

Avante!

PCP na frente da luta contra o Pacote Laboral

Ao lado dos trabalhadores



Empenhado em barrar o caminho às intenções do Governo e do patronato, o PCP iniciou uma jornada de esclarecimento sobre o Pacote Laboral e os ataques à Segurança Social. Uma edição do *Avante!*, com elevada tiragem, foi vendida por todo o País, contribuindo para o esclarecimento das razões das lutas em curso.

Pág. 5

Intelectuais americanos

Contra o imperialismo

Mais de quatro mil artistas, intelectuais, académicos e dirigentes religiosos norte-americanos apelam à resistência contra a política belicista e repressiva de Bush.

Pág. 19

Orçamento do Estado

Apertar o cinto

O projecto de Orçamento para 2003 foi entregue na Assembleia da República. Sem surpresas, o documento prevê a redução do défice público e o aperto do cinto.

Pág. 12

Manifestações nos EUA

Repressão em Washington

Na abertura da Assembleia Geral do FMI, um forte aparato policial reprimiu uma manifestação de cerca de um milhar de opositores ao capitalismo e ao imperialismo.

Pág. 15

Uma história manchada de sangue



Solidariedade com a Palestina

Assinalando o 2.º aniversário da Intifada, o Conselho Português para a Paz e Cooperação promoveu em Lisboa um momento de

solidariedade com o povo palestino. Milhares de documentos foram distribuídos.

Centrais

Avante!

Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE

Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO

Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO

R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt

Web:
http://www.pcp.pt

Director

José Casanova

Chefe de Redacção

Leandro Martins

Chefe Adjunto

Anabela Fino

Redactores

Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo

José Araújo

Fotografia

Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção

Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa

Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

VASP - Sociedade
de Transportes
e Distribuição, Lda.
R. da Tascoa, 16 - 4.
2745-003 Queluz
Tel. 21 439 85 00

ASSINATURAS

Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*

(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL

(Contínente e Regiões

Autónomas)

50 números: 9 000\$00
44,90 euros

25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA

50 números: 23 000\$00
114,75 euros

EXTRA-EUROPA

50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para

Editorial «Avante!»

nome, morada

com código Postal

e telefone

a acompanhar cheque

ou vale de correio.

Composição e impressão

Heska Portuguesa, SA
Campo Raso

2710 - 139 Sintra

Depósito legal n.º 205/85



CGTP promove cordão humano contra pacote laboral

Resumo

25 Quarta-feira

O grupo parlamentar do PCP pede ao presidente da Assembleia da República para interceder junto da ministra das Finanças para esclarecer, com carácter de urgência, a situação fiscal do líder do CDS-PP, Paulo Portas. O PCP emite um comunicado no qual fala sobre o adiamento da data limite para os défices orçamentais zero. O Presidente da República promulga o diploma de revisão do ensino básico e retira a disciplina de Educação Moral e Religiosa das horas lectivas daquele nível de ensino. A saúde do líder palestino, Yasser Arafat, «está em perigo» devido ao cerco militar israelita de que está a ser alvo no seu quartel-general em Ramallah, adverte o seu médico pessoal, o jordano Ashraf Kurdi.

26 Quinta-feira

O PCP exige a presença urgente do ministro da Segurança Social e do Trabalho na comissão parlamentar dos Assuntos Sociais para esclarecer os contornos da demissão em bloco de 18 directores dos centros distritais da segurança social. Os funcionários dos impostos decidem, em plenário, a realização de uma greve de cinco dias, numa medida que visa protestar contra a falta de investimento do Governo do sistema fiscal. Dois palestinianos são assassinados por soldados israelitas na Cisjordânia e Faixa de Gaza. Recomeça o julgamento de Slobodan Milosevic, no Tribunal Penal Internacional.

27 Sexta-feira

Os educadores de infância manifestam-se contra o novo calendário do pré-escolar, horas depois de o ministro da Educação se explicar no parlamento sobre este e outros problemas do sector, a pedido do PCP. 14 milhões de eleitores vão às urnas para eleger o novo Parlamento marroquino. Um activista do movimento islâmico Hamas é assassinado pelo Exército israelita na cidade de Hebron, no sul da Cisjordânia. Slobodan Milosevic acusa, no TPI, os serviços secretos franceses de implicação no massacre perpetrado no enclave muçulmano de Srebrenica, na Bósnia, em 1995.

28 Sábado

«Os Verdes» acusam o Governo de dar prioridade a grandes obras como o TGV e o aeroporto da Ota no Orçamento de Estado para 2003, relegando para segundo plano questões fundamentais como a «energia e transportes».

Milhares de pessoas manifestam em Londres a sua oposição a um ataque ao Iraque. Milhares de palestinianos saem à rua para assinalar o segundo aniversário da Intifada. A manifestação antiglobalização em Washington, onde se realiza a assembleia-geral do FMI e Banco Mundial, é marcada pela violência da polícia sobre os manifestantes. Cerca de três mil trabalhadores da construção civil manifestam-se em Zurique, Suíça, pela reforma aos 60 anos.

29 Domingo

A população da cidade de Ramallah, na Cisjordânia, encontra-se sob recolher obrigatório, imposto pelo Exército israelita, findo o cerco militar à sede da Autoridade Nacional Palestiniana, presidida por Yasser Arafat. A USFP vence as eleições legislativas em Marrocos ao obter o maior número de deputados à futura Câmara de Representantes, elegendo 45 parlamentares dos 325 que compõem o parlamento. Presidente jugoslavo, Vojislav Kostunica, vence a primeira volta das eleições presidenciais da Sérvia, derrotando o candidato pró-occidental. Cerca de 5 mil pessoas concentram-se em Washington para manifestar a sua oposição a uma intervenção militar norte-americana no Iraque.

30 Segunda-feira

Carlos Carvalhas garante o apoio dos comunistas às «formas de acção» que os sindicatos decidirem adoptar contra o «inaceitável retrocesso» que representa o Código do Trabalho proposto pelo Governo. O Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social apela à CGTP para que aprove a data da realização de uma greve geral contra o pacote laboral. O crédito bonificado à habitação é formalmente extinto. A Rússia critica os EUA e o Reino Unido pelos recentes ataques aéreos ao Iraque.

1 Terça-feira

Milhares de sindicalistas da CGTP unem simbolicamente todo o país através de um cordão humano contra o pacote laboral. O preço do gasóleo rodoviário e agrícola aumenta dois centimos por litro. A Comissão de Utentes do Hospital de Crianças Maria Pia, no Porto, entrega no Ministério da Saúde um abaixo-assinado com 18 mil assinaturas em que pede a construção urgente do Centro Materno Infantil do Norte. As Nações Unidas recusam um pedido dos Estados Unidos para adiar o regresso ao Iraque dos inspectores de desarmamento da ONU. O exército israelita prendeu 25 palestinianos em vários locais da Cisjordânia.

Aconteceu

Crédito bonificado extinto

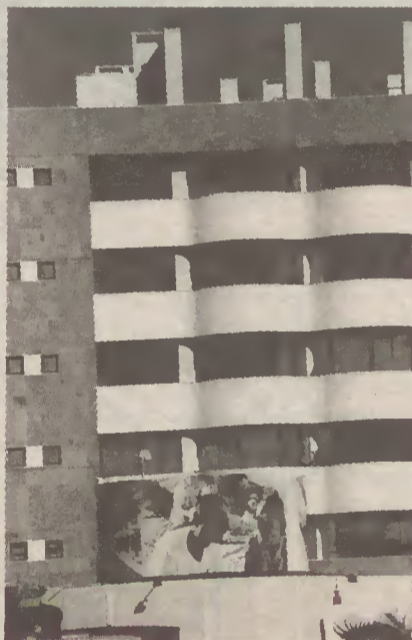
O crédito bonificado à habitação foi extinto na passada segunda-feira depois de ter sido criado pelo Estado há 19 anos para ajudar as famílias e os jovens com menores rendimentos a comprar residência própria.

O corte nas bonificações para compra de casa foi uma das primeiras medidas de contenção orçamental anunciadas pelo Governo de Durão Barroso, um mês depois da tomada de posse e que permitiria poupar cerca de 500 milhões de euros (10 milhões de contos).

A decisão foi justificada como o re-

sultado da participação de Portugal na União Económica e Monetária, que implicou uma redução «significativa» das taxas de juro desde 1998, o que diminuiu a dificuldade e o preço do acesso ao crédito.

Com o fim do regime pensa-se que os bancos encontrarão outras soluções, que poderão passar pelo regresso às prestações mensais crescentes, pela criação de empréstimos com prazo de carência de capital, pelo alargamento do prazo dos empréstimos ou pelo reforço da figura do fiador.



Multa por anúncios discriminatórios

A Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) começou, na passada semana, a multar os jornais e empresas que divulguem anúncios de emprego que discriminem o sexo do trabalhador. Para as grandes empresas as coimas serão superiores a sete mil euros.

A medida insere-se na próxima fase de um programa que a IGT, em conjunto com a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), tem em vigor desde 2000. De acordo com Helena Serra, subinspectora-geral do Trabalho, o programa tem tido

resultados positivos.

A IGT começou por enviar cartas a 1200 entidades anunciantes para as sensibilizar para a necessidade de acabar com a discriminação no acesso ao emprego.

Uma equipa de investigadores norte-americanos e chineses identificou a origem da imunidade natural verificada junto de alguns seropositivos infectados pelo vírus da SIDA, mas que acabam por nunca desenvolver a doença.

A descoberta, que vem coroar 15 anos de trabalho, abre caminho à possibilidade de desenvolver novos tratamentos promissores, considerou David Ho, director do Centro de Investigações Aaron Diamond sobre a SIDA (ADARC), em Nova Iorque.

Portugal vendeu urânio ao Iraque

Portugal vendeu secretamente munições para o Irão e serviu de entreposto do tráfico de armas para o Médio Oriente, durante a década de 80, numa altura em que este país estava em guerra com o Iraque de Saddam Hussein, revelou na passada semana a RTP.



A mesma fonte refere ainda que no início da década de 80 foram vendidas mais de 280 toneladas de urânio ao Iraque, sem salvaguardar o fim a que se destinava.

Os documentos dão conta do envolvimento de Portugal nesse tráfico de munições. O relatório da Comissão de Inquérito do Parlamento inglês sobre a venda de material militar para o Iraque afirma que, entre 1986 e 1988, duas empresas estatais portuguesas, a INDEP e a SPEL, venderam

munições ao Irão de forma encoberta. Leonardo Ribeiro de Almeida era, em 1986, o ministro da Defesa do X Governo Constitucional, o primeiro liderado por Cavaco Silva. Já em 1988, no governo de maioria cavaquista, o titular da pasta era Eurico de Melo.

A investigação da RTP revela ainda a existência de provas que ligam Portugal à guerra entre o Irão e o Iraque e ao próprio programa nuclear do regime de Saddam Hussein.

Fax revela ligações no caso Moderna

Um fax apreendido numa busca à casa de José Medeiros, grão-mestre maçónico da Grande Loja Regular de Portugal, analisado, na passada quinta-feira, no julgamento da Moderna, sugere uma teia de ligações a uma «Loja Secreta» que ninguém soube explicar.

Rui Albuquerque, actual presidente da cooperativa proprietária da Moderna (Dinensino) e assistente no

processo, não soube decifrar o documento, alegando nunca o ter visto e não saber o significado do cabeçalho: «Loja Secreta Fénix Tipo P-2».

Na véspera, Rui Albuquerque admitiu conhecer José Medeiros da Grande Loja Regular de Portugal, à qual também pertenciam José Braga Gonçalves (antigo homem forte da gestão da Moderna) e reconheceu que a Moderna pagava a

renda da «Casa do Sino», onde os maçons se reuniam.

O fax exibido em tribunal traça um organograma com várias ligações entre Dinensino, Grupo de Comunicação Social, PSD, Universidade Moderna, Casa do Sino, Causa Monárquica, ONG Nau, Nova Acrópole, empresas de Construção Civil, Agência de Viagens Brotur e Falcon Tours, MKT/Publicidade e Sociedade de Advogados.



Imunidade ao vírus da SIDA

Uma equipa do ADARC conseguiu isolar um grupo de proteínas que denominou defensas-alfa-1, alfa-2 e alfa-3, capazes de inibir a replicação do vírus, impedindo assim a progressão da infecção nos cerca de 1 a 2 por cento de seropositivos que nunca desenvolvem SIDA. «Compreendendo como o sistema imunitário de certas pessoas consegue controlar a infecção causada pelo HIV, poderemos ser capazes de desenvolver novos tratamentos que tirem partido desse fenómeno», referiu o director da equipa.

Crónica Internacional

• Jorge Cadima

Mudança de regime

Os actuais dirigentes norte-americanos estão activamente empenhados numa nova guerra de agressão. Desta vez, o objectivo é invadir o Iraque e efectuar uma «mudança de regime» (*regime change*) para assegurar o controlo directo da imensa riqueza petrolífera deste país, e como prelúdio para operações análogas em todo o Médio Oriente. Incapazes de encontrar argumentações «nobres» para justificar esta guerra, saltam de uma desculpa para outra. Não são propriamente notícias frescas, mas o artigo publicado na edição de 23.9.02 da revista norte-americana *Newsweek* constitui uma leitura instrutiva e reveladora da baixa moral e política dos criminosos e mentirosos dirigentes da maior potência capitalista do planeta.

Referindo-se aos anos 80, a *Newsweek* escreve que «altos dirigentes do governo Reagan viam Saddam como um instrumento útil. Ao desencadear a guerra contra o Irão, iria sangrar os mullahs radicais que haviam retirado o Irão do controlo do Xá pró-americano. [...] Washington decidiu dar uma mãozinha amigável ao Iraque. Após a visita de Rumsfeld a Bagdade em 1983, os serviços secretos dos EUA começaram a fornecer ao ditador iraquiano as imagens de satélite mostrando as posições iranianas. Documentos oficiais sugerem que a América pode também ter organizado em segredo o envio de tanques e outro equipamento militar para o

Iraque, numa operação de troca – tanques americanos para o Egipto, e tanques egípcios para o Iraque. [...] O governo Reagan começou a autorizar que os iraquianos comprassem uma larga gama de equipamento e material de “uso duplo” a fornecedores norte-americanos. De acordo com documentos de import-export confidenciais do Ministério [norte-americano] do Comércio a que a *Newsweek* teve acesso, a lista de compras incluía [...] numerosos carregamentos de “bactérias/fungos/protozoa” para a Comissão Iraquiana para a Energia Atómica. [...] Os Estados Unidos sabiam, quase seguramente, que Saddam estava a utilizar armas químicas contra tropas iranianas. Quando Saddam bombardeou os rebeldes e civis curdos com um cocktail mortal de gás mostarda, sarin, tabun e VX, em 1988, o governo Reagan começou por culpar o Irão, antes de reconhecer, sob pressão dos Democratas no Congresso, que os culpados eram as forças de Saddam. Na altura, apenas houve protestos oficiais simbólicos. [...] Os Estados Unidos estavam muito mais preocupados em proteger o petróleo iraquiano de ataques do Irão [...]. Em 1987 um míssil iraquiano Exocet atingiu um contratorpedeiro norte-americano, o USS Stark, no Golfo Pérsico, matando 37 membros da tripulação. Incrivelmente, os Estados Unidos desculparam o Iraque alegando tratar-se dum erro não intencional, e usaram antes o incidente para culpar o Irão de estar a escalar a guerra. A inclinação americana a favor do Iraque tornou-se mais pronunciada. Comandos dos EUA começaram a fazer explodir as plataformas petrolíferas iranianas e a atacar navios-patrolha iranianos. Em 1988, um navio de guerra americano derrubou por engano um Airbus iraquiano, matando 290 civis. Poucas semanas depois, o Irão, exausto e receoso duma intervenção americana, desistiu da sua guerra com o Iraque».

São curiosos vários aspectos desta notícia: o anúncio da participação directa de tropas especiais dos EUA na guerra Irão-Iraque ao lado de Saddam Hussein e para lhe salvar a pele; os apertos de mão com que o actual ministro da Defesa Donald Rumsfeld brindava Saddam em Bagdade; a inclusão do derrube do avião comercial iraniano pelos EUA na lista de incidentes que levaram o Irão a aceitar o fim da guerra, parecendo até que os autores do artigo da *Newsweek* alberguem dúvidas quanto à real natureza desse «engano». E, naturalmente, o facto de os programas de desenvolvimento de armas de destruição massiva do Iraque terem sido promovidos e encobertos pelos EUA, quando os alvos de Saddam eram também os alvos dos EUA. A falta de escrúpulos é total. Sacrifica-se a vida de milhões de seres humanos em jogos de poder e lucro. As mentiras sucedem-se em catadupa.

Agressividade e o aventureirismo belicista do imperialismo norte-americano fazem com que os EUA sejam, desde há muito tempo, «uma ameaça para a paz mundial», como recentemente afirmou Nelson Mandela. Para bem da Humanidade, impõe-se que os povos lutem por uma urgente mudança de regime: o *regime change* nos EUA.

Sacrifica-se a vida de milhões de seres humanos em jogos de poder e lucro

Editorial

INSUBSTITUÍVEL

Informar e esclarecer sobre os objectivos reais do chamado «Código do Trabalho»; alertar os trabalhadores para os perigos nele contidos e mobilizá-los para a luta; demonstrar a necessidade da luta e que, lutando, é possível travar esta violenta e antidemocrática ofensiva contra os direitos dos trabalhadores: eis algumas das razões que estiveram na origem da jornada de esclarecimento promovida pelo PCP na passada quinta-feira.

Jornada que se traduziu num incontestável êxito. Os cinquenta mil exemplares do «Avante!», contendo oito páginas com a informação essencial sobre o pacote antilaboral, esgotaram-se, praticamente, na própria quinta-feira. Nas ruas, nas empresas ou à porta delas, nas estações de caminhos-de-ferro e do Metro, nos terminais rodoviários, à porta das repartições públicas, enfim, por todo o lado, os militantes comunistas, com entusiasmo e dedicação notáveis – e com as naturais e inevitáveis diferenciações decorrentes da situação concreta de cada organização partidária – contactaram dezenas de milhares de pessoas, informaram, dialogaram, venderam o «Avante!». E, assim, mais uma vez marcaram a diferença, evidenciaram traços distintivos do PCP em relação a qualquer outro partido

iniciativa do PCP, jamais lhes chegaria por intermédio de qualquer outro partido nacional; milhares de trabalhadores e trabalhadoras foram informados daquilo que cuidadosamente lhes tem vindo a ser ocultado por muitos dos produtores e difusores da «informação» que convém aos donos do País – que, sublinhe-se e insista-se, é a «informação» dos grandes grupos económicos, é a «informação» que serve os interesses da política de direita; milhares de trabalhadores e trabalhadoras ficaram, assim, melhor preparados e motivados para participarem nas lutas que o terrorista «Código do Trabalho» lhes impõe.

A venda especial do «Avante!» na jornada de 26 de Setembro deve ser vista como um ponto de partida quer para o desenvolvimento da luta em curso contra o pacote antilaboral – luta travada pelo PCP enquanto tal e luta travada pelo movimento sindical com a participação e a intervenção decisivas dos militantes comunistas – quer para o desenvolvimento e intensificação da campanha de difusão do órgão central do PCP, campanha que tem como objectivo essencial fazer chegar mais longe a nossa voz, a voz dos comunistas, a voz do Partido Comunista Português, o Partido que hoje, como ontem, como no futuro, é o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores.

“Saudamos fraternalmente o colectivo partidário”

nacional, mostraram a quem persiste em manter os olhos fechados às novas e velhas realidades que, sejam quais forem as condições existentes, sejam quais forem as dificuldades e os obstáculos que se lhes deparem, os comunistas não desistem de ocupar o lugar que a história e as responsabilidades do Partido lhes exigem.

É claro que a concretização de uma iniciativa como a que foi levada a cabo na passada quinta-feira dá trabalho, muito trabalho, exige esforço, muito esforço, exige dedicação, muita dedicação, exige uma forte, muito forte, consciência política, de classe e partidária – qualidades que, como se viu mais uma vez, não faltam ao colectivo partidário que daqui saudamos fraternalmente.

Sem coberturas em directo ou em diferido pelas televisões; sem qualquer destaque nos jornais e nas rádios; sem qualquer referência por parte dos mil e um analistas e comentadores que, salvo raras e honrosas excepções, todos os dias, pelas mais diversas formas e nos mais diversos estilos, propagam a ideologia do pensamento único, os militantes comunistas vieram para a rua e foram protagonistas de uma grande acção de informação e de um dos grandes acontecimentos ocorridos no nosso país no passado dia 26 de Setembro. Em consequência disso, milhares de trabalhadores e trabalhadoras tiveram acesso a uma informação que, sem esta

Esta jornada de intervenção e luta foi, ainda, um elemento de arranque para a preparação de outra importante iniciativa do Partido: o Encontro Nacional do PCP sobre a organização do Partido junto dos trabalhadores, a realizar nos dias 19 e 20 de Outubro e cujo objectivo essencial é o reforço da ligação à classe operária e aos trabalhadores.

«Sim, é possível! Um PCP mais forte, sempre com os trabalhadores!» é o lema deste Encontro Nacional: um Encontro que, a partir da análise do recrudescimento da ofensiva capitalista à escala planetária visando a reestruturação global das condições de exploração da força de trabalho, procurará analisar em profundidade e pormenor a realidade portuguesa e as medidas anunciadas pelo Governo PSD/PP quer em matéria de legislação laboral quer no que respeita às visíveis intenções de desfiguração do regime democrático-constitucional.

Conhecer, com rigor e em profundidade, a realidade – política, económica, social – é condição indispensável para uma intervenção adequada por parte dos comunistas. É, igualmente, condição indispensável para, com trabalho, persistência e perseverança, alcançar um dos objectivos primeiros deste Encontro Nacional: o reforço das organizações do Partido nas empresas e locais de trabalho, elemento-chave para resistir às dificuldades, irradiar influência, promover a renovação de forças.

A ligação do Partido aos trabalhadores, aos seus problemas e anseios, às suas reivindicações e lutas, constitui a sua maior fonte de força e de influência. Pelo que, o objectivo de aumentar a expressão social, política e eleitoral do PCP tem, no reforço dessa ligação aos trabalhadores, o caminho mais seguro e mais certo. E esse (sabemo-lo pela teoria e pela prática) é aquele que só um partido comunista pode trilhar – e que faz do PCP um partido insubstituível.

Actual

Provedor de quem?

● José Casanova

É exemplo típico dos métodos e práticas a que recorre a todo-poderosa nova ordem comunicacional, é a resposta do Provedor do Leitor do *Jornal de Notícias* a uma carta do Dr. Raul Castro (JN, 15.9.02). Começando por simular uma síntese da carta de Raul Castro; escreve o Provedor que se trata de «um protesto pela forma como o *Jornal de Notícias* vem favorecendo a causa dos 'renovadores', em prejuízo das posições do Comité Central do PCP, no diferendo que opõe aqueles militantes e a estrutura dirigente do Partido Comunista». O sublinhado é meu e serve apenas para destacar o facto de ser o Provedor (e não Raul Castro) quem coloca as coisas de forma a induzir o leitor a concluir mal, ou seja, a relegar a imensa maioria dos militantes comunistas para o papel de espectadores passivos da realidade interna do PCP...

Mas o Provedor não se fica por aí. Fazendo-se eco das afirmações do

subdirector do JN — o qual, peremptório e sem se rir (mas sabendo, certamente, que provoca gargalhadas ou sorrisos de comiserção em todos os estudiosos da situação da comunicação social actual) «repudia» o «estafado cliché da Comunicação Social sujeita aos interesses dos 'grandes

grupos económicos capitalistas'... — o Provedor apresenta-nos o jornal onde provê como um caso único na imprensa mundial: um jornal isento, imparcial, independente, enfim bacteriologicamente puro e absolutamente impermeável a qualquer influência.... E, demonstrando que ali não se favorece nem se desfavorece seja quem for, o Provedor, acusando Raul Castro de «enveredar pelo insulto» (ainda que «na defesa dos seus ideais»), sublinha que esses «ideais (estão) bem mais próximos das posições do Comité Cen-

tral do que da abertura e do diálogo preconizados pelo crescente movimento de militantes 'renovadores'... O sublinhado é meu e mais não pretende do que destacar a isenção e a equidistância do isento e equidistante Provedor — o qual, depois de insultar Raul Castro com a afirmação de que «a paixão furta lucidez a Raul Castro e fá-lo (...) enveredar pelo insulto», envereda por uma curiosa explicitação do conceito de notícia — plena de lucidez... e de isenção, e de independência e de imparcialidade... — que tem como objectivo essencial permitir-lhe escrever sobre aquilo a que chama «a contestação e a repressão dos renovadores»...

Deixando para outra altura (se houver pachorra para tal) a referência do Provedor ao «Avante!», fica a pergunta: Provedor de quem?



A estabilidade dos poderosos

● Jorge Cordeiro

Não fosse conhecer-se as razões que determinaram a decisão da Comissão Europeia acerca do cumprimento do pacto de estabilidade e ser-se-ia tentado a concluir que finalmente algum bom senso havia temperado o fundamentalismo e irracionalidade monetarista dos donos da Europa. Não é esse obviamente o caso. Não fossem as dificuldades da França e em particular da Alemanha em cumprir o prazo fixado para o «equilíbrio das contas públicas», e não seriam seguramente as razões de fundo que deveriam conduzir à anulação daquele absurdo e insustentado objectivo que prevaleceriam na decisão agora anunciada. Pelo que não há razões para infundadas tranquilidades. Trata-se de uma decisão de ocasião ditada estritamente pelos interesses dominantes e não por qualquer revisão dos critérios essenciais da política económica e de integração europeia, mas que em si torna mais evidente o carácter aleatório do objectivo e a sua inconsistência na construção de uma política económica séria e sustentada.

A reacção do actual Governo pela mão da ministra das Finanças — de aparente alívio pelo alargamento do prazo mas de simultânea declaração de intenção de prosseguir uma política restritiva — não deixa de ser sintomática quanto à sua posição de aceitação e subordinação aos critérios monetaristas da União Europeia.



Percebe-se porquê: o de aproveitar o pretexto do pacto de estabilidade e das imposições do Banco Central Europeu para continuar a justificar e impor uma política ditada pelos interesses do grande capital assente nas privatizações, no desmantelamento dos serviços públicos, na redução das despesas sociais.

Ontem como hoje é preciso erguer a voz e dar combate, como desde sempre o PCP tem feito, à aceitação cega do pacto de estabilidade e dos seus critérios de convergência na definição e condução da política económica nacional. Pelo que as vozes que agora se ouvem em sentido convergente com a do PCP, a corresponderem a uma reavaliação séria das suas anteriores posições, parecem significar que alguns começam a compreender as graves consequências na economia e nas condições de vida dos trabalhadores de uma política determinada pelos constrangimentos do pacto de estabilidade. Bom seria que assim fosse e que em todos emergisse com clareza a rejeição desta lógica de integração europeia e se afirmasse a defesa de uma política económica soberana ditada pelo interesse nacional, orientada para a elevação do nível de vida dos trabalhadores e do povo, a superação das desigualdades e da injustiça social. Sob pena de se passar ao lado do essencial e assegurar a estabilidade aos poderosos.

Sem surpresas

● Leandro Martins

O tempo é de fazer contas. E, deitadas as contas à vida, dar então opinião fundamentada. O PCP não deixará de o fazer, estudado o Orçamento agora apresentado pelo Governo da direita. Mas, sem desprimor para quem investiga aturadamente as medidas contidas no documento que a ministra Ferreira Leite tornou público, parece-me ser possível, desde já, tecer algumas considerações que certas medidas já reveladas sugerem. Em primeiro lugar, para dizer que não há surpresas. Um governo de direita produz orçamentos de direita, tal como um governo eleito na base de promessas de esquerda mas enfeudado aos interesses do capital não produzirá um orçamento de esquerda. A confusão entre a esquerda das palavras e a direita da prática acaba por desacreditar governos. Mas não é bastante para produzir alternativas.

Teremos então que o descrédito da política de direita do anterior

governo do PS levou ao poder o PSD, acolitado pela extrema-direita doméstica. E que os deslizamentos orçamentais «socialistas» forneceram o pretexto para o agravamento das políticas seguidas antes pelo executivo de Guterres.

Tal como antes, as «dificuldades» serão resolvidas em duas direcções contraditórias. Por um lado, o chamado «aperto do cinto» incidirá sobre quem menos recursos possui — o mesmo é dizer sobre quem trabalha, ou

já trabalhou, ou se prepara para uma longa espera na grande praça de jorna em que se tornou o «mercado de emprego» em Portugal. Por outro lado, o Estado espera arrecadar mil e quinhentos milhões de euros com privatizações de empresas estruturantes da economia nacional — Portucel, Galp Energia, Rede Eléctrica Nacional, Águas de Portugal e TAP.

Isto é, enquanto, de mão beijada, o capital vai poder enfiar mais fundo a mão no saco da riqueza pública, os trabalhadores vêem o caso mal parado: não só o IRS será agravado na actualização prevista (e nós sabemos quem é que na realidade o paga) como se prevê uma «forte moderação salarial», expressão que não é necessário traduzir, pois também não há trabalhador que não saiba do que se trata. Entretanto, prevê-se um aumento. Também aqui não há surpresas. Trata-se do desemprego, que crescerá cerca de 5,5 por cento.



Frases

“Muitos médicos e treinadores forçam o uso de dopantes.”

(Richard Pound, director da Agência Mundial Antidopagem /AMA, Público, 30.09.02)

“Apesar das determinações em contrário, o regime [israelita] de Sharon continua a autorizar a implantação de novos colonatos nos territórios ocupados (...) e a sua política militar continua a ser a de liquidar todas as bases do já de si inexistente poder palestino.”

(Nuno Pacheco, idem)

“Enquanto o Governo israelita, contrariando (...) sobretudo as resoluções da ONU, prossegue uma ofensiva destrutiva e sangüinária que tem todas as características do mais obscuro terrorismo de Estado, são muitos os que se entusiasma com a ideia de uma guerra exemplar contra o Iraque.”

(Eduardo Prado Coelho, idem)

“Será esta guerra vantajosa para os próprios Estados Unidos de um ponto de vista económico? Existem as maiores dúvidas.”

(Idem, ibidem)

“Marcelo [Rebello de Sousa] diz que Cavaco tem mais “seriedade” que Santana [Lopes] e Durão [Barroso].”

(Título, idem)

“Durão ressuscita tese cavaquista das “forças de bloqueio”.”

(Título, idem)

“Quando um ministro reconhece em público (...) que fez muitos pagamentos sem recibos, em clara infracção fiscal, e continua em funções, não se demitindo nem sendo demitido, o problema não está tanto no homem, (...) mas no próprio sistema político.”

(Leonel Moura, A Capital, 29.09.02)

“O caso Portas ameaça tornar-se grotesco (...) Pelos vistos, o ridículo não mata. Politicamente falando, claro está!”

(Alfredo Barroso, Expresso, 28.09.02)

“Uma coisa é certa: os portugueses acham que o ministro de Estado mente. Ele não se demite. É uma situação demente.”

(Pedro Tadeu, 24 Horas, 28.09.02)

“O caso Paulo Portas não acaba por decreto. Aliás (...) nunca mais vai acabar (...) Não há operação de “marketing” político que o resolva, nem os anunciados votos de silêncio vão permitir que a coligação recupere a inocência perdida.”

(Fernando Madrinha, Expresso, 28.09.02)

“Portugal comete a extraordinária proeza de nunca ter alternativa para as catástrofes que lhe caem misteriosamente em cima.”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 28.09.02)

“O futebol é um mundo de branqueamento de dinheiros sujos, com promiscuidades políticas, que não se sabe onde começam e acabam e que são altamente nocivas para as instituições democráticas.”

(Magistrada Maria José Morgado, Público, 29.09.02)

“Em Portugal temos desigualdade de Justiça. Em Portugal só temos pobres diabos presos.”

(Idem, ibidem)



A distribuição dos documentos era muitas vezes acompanhada de conversa esclarecedora

PCP na frente da luta contra o pacote laboral Ao lado dos trabalhadores

Empenhado em contribuir para barrar o caminho às intenções do Governo e do patronato, o PCP iniciou na passada segunda-feira uma jornada nacional de esclarecimento sobre o pacote laboral e a segurança social.

Alicerçado no seu projecto e na sua natureza de classe, o PCP já tomou o seu lugar na luta contra as intenções do patronato e do Governo PSD/PP, estando nas ruas desde o início da semana com uma jornada de esclarecimento contra o pacote laboral e as alterações à Lei de Bases da Segurança Social. Suportada por cartazes e folhetos, a jornada, que tem como lema «Pacote Laboral, Segurança Social – Andar para trás, não!», tem como objectivo

contribuir para o esclarecimento e mobilização dos trabalhadores contra as graves ofensivas em curso, pois só desta forma será possível barrar o caminho a estas medidas de retrocesso civilizacional. O folheto chama a atenção para o facto de nunca um Governo ter ido tão longe na agressão aos direitos dos trabalhadores, designadamente em relação à Segurança Social, aos horários de trabalho e aos despedimentos sem justa causa.

Iniciaram-se na passada segunda-feira as distribuições dos documentos, nomeadamente nas empresas e locais de trabalho, mas também noutros locais de grande afluência de trabalhadores. Estando, em todo o País, previstas milhares de acções de esclarecimento junto das empresas, Carlos Carvalhas participou ontem numa primeira grande acção, junto às instalações das OGMA, em Alverca, onde contactou com os trabalhadores e chamou a atenção para uma série de consequências práticas decorrentes de uma eventual aprovação do «Código do Trabalho». Fernanda Mateus, Bernardino Soares, Paulo Raimundo, Odete Santos, Júlio Vintém, Américo Costa,

É só pela luta que se poderá derrotar o Pacote Laboral

Vicente Merendas, Lino de Carvalho e António Filipe são alguns dos dirigentes comunistas que participarão nas acções previstas no âmbito desta campanha.

Sempre que for possível, será privilegiado o contacto directo com os trabalhadores no interior das empresas e locais de trabalho, por intermédio dos membros das células comunistas.

Na frente institucional, realizou-se na passada segunda-feira uma audição pública sobre o anteprojecto de «Código de Trabalho» e, no próximo dia 9, o Grupo Parlamentar do PCP interpellará o Governo sobre a política laboral e sobre as principais alterações que este pretende incluir na legislação laboral.

Preparar o Encontro

Esta campanha desenrola-se num momento particularmente exigente para a vida do Partido, em vésperas da realização do Encontro Nacional sobre acção e intervenção nas empresas e locais de trabalho. Este Encontro nasceu de uma necessidade, verificada na preparação do XVI Congresso e confirmada na Conferência Nacional de Junho passado, de reforço da ligação do PCP à classe operária e a todos os trabalhadores. A gravidade da situação, com a apresentação do anteprojecto de «Código de Trabalho» atribui ainda uma maior importância à preparação e realização desta iniciativa, bem como às conclusões e medidas que dela saírem.

Dada a impossibilidade – aritmética – de o Pacote Laboral ser derrotado no Parlamento, pois a coligação governamental tem a maioria absoluta dos deputados, o reforço orgânico do Partido nas empresas assume uma importância primordial no sentido da mobilização dos trabalhadores para a luta, decisiva para provocar o recuo do Governo, impedindo desta forma o retrocesso que a aprovação dessa legislação representaria.

Assim, a preparação do Encontro está a ser realizada tendo em conta dois vectores: a discussão do projecto de resolução política e a tomada de medidas orgânicas, quer reforçando as células já existentes quer criando outras em empresas onde estas não existem.

Avante! chegou mais longe

Inserida em duas campanhas – de divulgação do órgão central do Partido e contra o Pacote Laboral –, a venda especial do *Avante!* da passada semana saldou-se num enorme sucesso. O objectivo, vender 50 mil exemplares, era arrojado, mas a dedicação e criatividade das organizações do Partido levou mais longe a voz dos comunistas, que assumiram decisivamente o papel de vanguarda – que lhe pertence – na luta contra a ofensiva da direita e do patronato.

Pouco passava das sete da manhã quando, um pouco por todo o País, brigadas de militantes comunistas contactavam com os trabalhadores e com a população em geral – à porta das empre-

sas, nos terminais de transportes, na rua, um pouco por todo o lado – no sentido de divulgar a imprensa do Partido e de esclarecer em relação aos perigos decorrentes da nova legislação laboral que se prepara. Oito páginas do *Avante!* eram dedicadas a vários aspectos da mais violenta ofensiva do pós-25 de Abril contra os mais elementares direitos dos trabalhadores.

A par da venda, as conversas acerca da situação actual do País em matéria laboral e social tidas entre vendedores e compradores do jornal aguçavam a curiosidade do futuro leitor. Abordagens como «Sabe o que está em causa com o «Código do Trabalho?» ou «Sabia que com a aprovação das leis laborais que o Governo prepara poderá ser despedido sem justa causa?» eram frequentes e despertavam muitas vezes animadas conversas, que frequentemente acabavam na compra do *Avante!*. O resultado não podia ser melhor: em várias organizações, o número de jornais vendidos foi várias vezes superior à venda normal.

«Levar mais longe a nossa voz» é o lema da campanha de divulgação do *Avante!* que teve nesta venda especial um magnífico arranque. Importa agora prosseguir os esforços para que muitos dos que tomaram contacto com o órgão central do PCP pela primeira vez se mantenham leitores assíduos.



Os trabalhadores foram o alvo privilegiado na venda especial do *Avante!*



As medidas constantes no Pacote Laboral
reduziriam vencimentos e direitos dos trabalhadores do Turismo

Pacote põe em causa qualidade

O Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria e Turismo do Norte considera que a aprovação do Pacote Laboral aumentaria de tal maneira a precariedade laboral que a qualidade do serviço deixaria praticamente de existir.

Após uma primeira fase de análise global ao Pacote Laboral, composto por cerca de setecentos artigos, os sindicatos voltam-se agora para um estudo mais pormenorizado do documento e para as suas consequências em cada um dos sectores. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte emitiu, na passada quinta-feira, um comunicado a expressar a sua oposição às medidas constantes no «Código de Trabalho» e aos «efeitos nefastos que teriam no sector», nomeadamente um grande aumento da precariedade e consequente diminuição da qualidade do

Só o patronato do sector do Turismo beneficiará com o Pacote Laboral

serviço. O Sindicato considera que com o alargamento do conceito de contratação em regime de prestação de serviços, na prática, quaisquer trabalhadores admitidos de novo, que o patrão «considere que vão exercer funções de confiança, bem como o secretário de apoio, ficarão na mão do patrão e poderiam ser despedidos a qualquer momento sem direito a qualquer indemnização».

Considerado como um frete ao patronato do turismo é a medida que prevê a possibilidade de se contratar a prazo durante toda a vida para as actividades sazonais.

O Sindicato entende que este Pacote traria também a

redução da retribuição dos trabalhadores do sector, pois enquanto hoje se paga o trabalho nocturno acrescido de 50 por cento – o que representa para a generalidade dos trabalhadores dos hotéis um aumento de cerca de 250 euros – com o «Código», que exclui o sector do pagamento de trabalho nocturno, «os patrões deixariam de ser obrigados a pagar». Os trabalhadores dos refeitórios, bares e cantinas também seriam prejudicados, já que o «Código» apenas considera trabalho nocturno quando se trabalhe três ou mais horas nesse período.

A possibilidade de se trabalhar até 12 horas por dia e 60 por semana, sem direito a retribuição suplementar, provocaria também uma diminuição da massa salarial dos trabalhadores. Assim, seria possível trabalhar 60 horas semanais nas épocas altas, sem subsídios, trabalhando menos nas restantes épocas do ano. Para além da redução do vencimento, os trabalhadores



As alterações à retribuição do trabalho nocturno pode provocar reduções de 250 euros nos rendimentos mensais de muitos trabalhadores

ficariam com a sua vida familiar e social completamente desregulada.

Mais mobilidade e menos privacidade

Os referidos «efeitos nefastos» para o sector do

turismo, hotelaria e restauração não se ficam por aqui. Com as alterações ao conceito de mobilidade, seja funcional ou geográfica, os trabalhadores podem ser obrigados a exercer funções que nada têm a ver com a sua categoria profissional, bem como a serem transferidos de local de trabalho, e mesmo de empresa.

O Pacote Laboral traria também a alteração do período experimental máximo, que no sector é de 60 dias, para 90. Caso se tratem de dias úteis, este período experimental poderia estender-se por 114 dias «em que o trabalhador fica sem qualquer contrato, e como a regra na restauração e bebidas, que são a maioria das empre-

sas, é não fazer descontos para a segurança social no período experimental, então teremos os trabalhadores a laborar na época alta sempre ilegais».

Outros direitos postos em causa com a aprovação do Pacote Laboral prendem-se com a salvaguarda de direitos dos trabalhadores, tais como o direito à privacidade sobre o estado de saúde, situação familiar, gravidez, etc.

A hipótese de responsabilização dos sindicatos por greves «ilícitas», o aumento de motivos a constituir «justa causa» para despedimento e a não garantia de dois dias de folga são algumas das restantes preocupações do sindicato.

Educadores manifestam-se em Lisboa

Milhares de educadores de infância de todo o País manifestaram-se, no passado dia 27, em Lisboa, contra a imposição por parte de um Governo de um calendário escolar específico para os jardins de infância da rede pública. Segundo o Sindicato de Professores da Grande Lisboa, SPGL, o Governo pretende, com esta medida, reduzir a educação pré-escolar à dimensão de um serviço de guarda de crianças durante o período laboral dos pais.

Este nível de ensino conta, na opinião da Federação Nacional dos Professores – FENPROF – com duas componentes: uma educativa, da responsabilidade dos educadores de infância, e outra socioeducativa, para a qual deverão ser recrutados

os recursos humanos necessários para garantir o funcionamento das instituições para além das cinco horas diárias a cargo dos educadores.

A FENPROF afirma que esta medida viola o Estatuto de Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, que regula os direitos e deveres de todos estes profissionais, não sendo possível que uma parte deles seja excluída do calendário escolar que se aplica a todos os outros.

Os educadores prometem continuar a luta, estando já convocada uma greve nacional para o próximo dia 8 de Outubro.



Os educadores contestam que a sua função seja guardar as crianças durante o horário de trabalho dos pais

40 enfermeiros despedidos

Um em cada quatro enfermeiros do Hospital de Amaranate vai ser despedido. Esta decisão, da responsabilidade do Ministério da Saúde, vai afectar os quarenta enfermeiros a trabalhar com contrato a prazo naquele hospital, que conta com 166 profissionais de enfermagem. O SEP, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, considera que esta medida visa cumprir uma lei que nem sequer existe e que apenas está em discussão, o projecto de lei de alteração à Lei de Gestão Hospitalar.

Os enfermeiros afectados realizaram uma reunião, na qual aprovaram uma resolução que lembrava os estudos feitos pelo Ministério acerca do número de enfermeiros necessários para um nível aceitável de prestação de cuidados de enfermagem. Esse estudo determina que, para uma lotação de 131 camas, com uma taxa de ocupação de 69 por cento, seriam necessários 125 enfermeiros para assegurar um nível mínimo de cuidados de enfermagem.

Fazendo a conversão para a actual lotação praticada, de 190 camas, seriam necessários cerca de 180 enfermeiros para assegurar um nível mínimo de cuidados. Ora, com o despedimento anunciado, o Hospital ficará apenas com 126 enfermeiros, muito aquém do necessário actualmente, e no nível mínimo fundamental para uma lotação de 131 camas, que nada tem a ver com a ocupação que actualmente se vive na instituição.

A resolução lembra ainda que todos os enfermeiros visados pelo despedimento exercem funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços, com subordinação hierárquica e em regime de tempo completo.

Os enfermeiros exigem a clarificação das intenções do Governo quanto ao futuro do Hospital de Amaranate e o reconhecimento público por parte da Administração do Hospital quanto ao seu papel no assegurar da continuidade dos cuidados de saúde às populações e utentes da instituição.

Rádio Capital

Processados por cumprirem dever

A administração da Rádio Capital entregou, na passada semana, a três jornalistas uma nota de culpa no âmbito de um processo disciplinar com intenção de despedimento. Os três jornalistas, dois dos quais delegados sindicais, são acusados pela empresa de violação do dever de lealdade e respeito pela entidade patronal, pelo facto de terem

feito referência, em noticiários, aos atrasos verificados no pagamento de salários do mês de Agosto. O caso foi denunciado publicamente pelo Sindicato dos Jornalistas, que, num comunicado de 27 de Setembro, entende estar no quadro das competências e no exercício da liberdade de expressão e criação que a lei confere aos jornalistas, a

decisão de noticiar este facto na antena da referida estação.

Foi neste mesmo quadro legal que os referidos jornalistas consideraram indispensável complementar a informação divulgada pela Agência Lusa com a reprodução de comunicados emitidos pelos sindicatos representativos dos trabalhadores da empresa, com declarações de diri-

gentes sindicais e citando, inclusivamente, responsáveis da entidade patronal.

Esta reacção da administração da empresa é, na opinião do SJ, ilegal porque «atenta contra a liberdade de informação e é uma manobra intimidatória que, ao envolver dois delegados sindicais, atenta também contra o direito à actividade sindical».

Falências aumentam

O número de falências no primeiro semestre deste ano aumentou em Portugal cerca de 20 por cento relativamente a 2001, divulgou na passada segunda-feira o *Diário de Notícias*. Este aumento das falências deve-se, segundo aquele diário, aos sectores da construção, do comércio retalhista e da metalurgia, maioritariamente nos distritos de Lisboa, Porto, Leiria e Coimbra. O número de empresas que faliu neste período foi de 962. Para a CGTP, que o *DN* cita, este problema tenderá ainda a agravar-se caso o Governo insista na actualização salarial com base no cálculo da inflação média europeia, porque retrai mais o consumo interno. Para ultrapassar a situação, a Intersindical defende que as empresas deveriam organizar melhor a sua actividade, modernizar-se, apostar na investigação e desenvolvimento de novas tecnologias, com o consequente aumento da produtividade e salários dos trabalhadores.

Salários em atraso

Em Castelo Branco, a União de Sindicatos calcula que mais de 1900 trabalhadores do distrito tenham salários em atraso ou não tenham recebido pontualmente os seus vencimentos relativos ao mês de Setembro. Este número, segundo responsáveis da USCB, inclui operários em actividade bem como outros cujas empresas encerraram. Estes problemas afectaram sobretudo o sector dos têxteis e confecções, maioritário na região, tendo no ano passado encerrado cerca de duas dezenas de empresas. Entre os casos mais graves estão a Eres, no Fundão, que deixou no desemprego cerca de 500 trabalhadores e a Montebela, sediada em Belmonte, com 220 operários. Nos centros de emprego da Beira Interior - distritos de Castelo Branco e Guarda - estavam registados cerca de 9 600 pessoas. O centro de emprego da Covilhã - que engloba também o concelho do Fundão - liderava o desemprego na região, com cerca de 3295 inscritos, contra os 1605 contabilizados em Castelo Branco e os 1958 na Guarda. Seia, Serã e Pinhel seguiam-se na lista.

Falta de inspecção

Contando com a inoperância da Inspeção Geral do Trabalho (IGT) de Aveiro, a Yasaki Saltano, de Ovar, viola a lei da greve, substituindo os trabalhadores em greve por outros, internos e externos à empresa. A IGT de Aveiro, previamente avisada pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro (SIEC), «não actua, deixando assim as mãos livres à empresa para poder reduzir ao mínimo os efeitos de tal paralisação», afirma o SIEC em nota da passada segunda-feira. A greve prende-se com a negociação das carreiras profissionais de técnico de manutenção com os trabalhadores afinadores de máquinas, que a empresa bloqueou respondendo à determinação dos trabalhadores - 95 por cento dos afinadores de máquinas aderiram à greve - com acções que violam a legislação vigente.

CGTP promoveu Cordão Humano pelo trabalho com direitos

Dar as mãos e reivindicar

Por todo o País, milhares de trabalhadores participaram no Cordão Humano pela Solidariedade e Trabalho com Direitos, realizado anteontem, dia do aniversário da CGTP-IN. Esta foi a primeira iniciativa de rua contra o Pacote Laboral.

Unir o País contra a política do Governo. Era este o principal objectivo da CGTP ao promover esta grande iniciativa de rua contra a política laboral do Governo da coligação PSD/PP. E foi cumprido. Por todo o País, milhares de pessoas deram as mãos para reivindicar um futuro de solidariedade e de trabalho com direitos, rejeitando o Pacote Laboral e as alterações à Lei de Bases da Segurança Social.

Não sendo possível quantificar o número exacto de pessoas que aderiu à iniciativa, foram vários milhares por todo o País, do Minho aos Açores. Esta iniciativa ocorreu em todos os distritos do País, em cerca de trinta cidades. Alguns distritos, como Setúbal ou Castelo Branco, optaram por realizar acções em vários concelhos, enquanto que noutras regiões, a opção recaiu na centralização de trabalhadores dos vários concelhos numa única e grande iniciativa.

Em Lisboa, o Cordão Humano começou no largo de São Bento, em frente à Assembleia da República e terminou junto à residência oficial do Presidente da República, em Belém. Durante a marcha, centenas de tra-

balhadores dos mais variados sectores caminharam unidos por uma longa faixa vermelha. Como estes eram mais do que a faixa conseguia suportar, os restantes deram as mãos, completando o cordão.

Também pelas ruas do Porto se desfilou, tendo-se

ros e em Cedofeita. A mensagem da Intersindical ecoou firme pelas principais ruas da cidade e revelou a disposição de luta e resistência dos trabalhadores contra as medidas sociais e políticas laborais que o Governo pretende implementar. Patente na intervenção de João Torres, coordenador da USP, ficou a promessa da continuação e incremento da luta dos trabalhadores.

Para além das duas gran-

Tempo de agir

O secretário-geral da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, esteve presente no Cordão Humano realizado em Lisboa. Na sua intervenção, afirmou que «ou nós conseguimos mostrar as razões que nos assistem e fazemos com que a sociedade participe nas causas dos trabalhadores ou pode dar-se início a um ciclo político de perda irrepa-

O PCP solidarizou-se com a iniciativa e apelou à participação



O País esteve unido de norte a sul contra os ataques do Governo às leis do trabalho

concretizado um grande cordão humano por toda a Avenida dos Aliados, envolvendo mais de um milhar de pessoas, que convergiram das pré-concentrações na Praça do Marquês, na Praça dos Povei-

des iniciativas, as restantes foram igualmente marcadas por grandes adesões populares e por uma grande determinação de que apenas com a luta é possível derrotar as intenções do Governo.

rável de direitos e de laços de solidariedade». «É tempo de agir», desafiou.

Em seguida, o dirigente da Inter dirigiu-se a «todos quantos se dizem preocupados com o futuro do País», afirmando que o «tempo não é de meias tintas». Quem está contra o Pacote Laboral terá de o mostrar de forma activa, na prática, considerou. «É preciso assegurar muita mobilização, pois a ofensiva é muito grande», afirmou Carvalho da Silva, lembrando que a «luta deve ser de massas, da generalidade dos trabalhadores portugueses». Para o secretário-geral da CGTP, há que dizer não à política do Governo, que empurra milhares de trabalhadores para o trabalho precário e para o desemprego, e que privatiza os serviços públicos de saúde e segurança social.

Em seguida, acusou o ministro do Trabalho, Bagão Félix, de continuamente - e conscientemente - repetir mentiras acerca das medidas constantes no Pacote Laboral e das suas alegadas justificações.

Respondendo à «preocupação» do ministro Bagão Félix de «actualizar» a legislação laboral, que o titular da pasta afirma - erradamente, para o secretário-geral da CGTP - ser uma mistura de leis fascistas e do período revolucionário, Carvalho da Silva questionou acerca da razão pela qual ninguém no Governo se preocupa com o Código Civil, que é de 1966, ou com o Código Comercial, que data de 1898.



No Porto, várias centenas de trabalhadores responderam ao apelo da Intersindical



Tradicionalmente combativos, os trabalhadores de Évora compareceram em massa ao cordão humano

Químicos

O Pacote Laboral é «uma ofensa aos trabalhadores e uma agressão à Constituição da República e ao Regime Democrático», afirma a moção aprovada no Encontro de dirigentes e delegados sindicais das indústrias química e farmacêutica, bem como membros de Comissões de Trabalhadores do sector, realizado no passado dia 26. Os trabalhadores reunidos, no âmbito do SINQUIFA - Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas -, entenderam «repudiar energeticamente e rejeitar literalmente este Pacote Laboral, assim como os objectivos de regressão social e de desumanização das relações de trabalho que o mesmo comporta».

Os activistas reunidos disponibilizaram-se a participar em todas as acções de luta que a CGTP venha a convocar para «derrotar este pacote laboral desde já», nomeadamente no plenário nacional de activistas de 10 de Outubro e na jornada de luta que este venha, eventualmente, a aprovar.

Coruche

A Assembleia Municipal de Coruche reuniu no passado dia 27 e aprovou uma moção - com 16 votos a favor da CDU, com 2 do PS, 9 abstenções dos restantes eleitos socialistas e 2 votos contra do PSD - contra o Pacote Laboral. A assembleia considera que esta revisão das leis laborais satisfaz as exigências das multinacionais e das confederações patronais ao retomar conceitos «dos primórdios do capitalismo». Para os eleitos municipais do concelho ribatejano, o Governo «desencadeou a mais retrógrada e brutal ofensiva contra o edifício jurídico-laboral visando eliminar, restringir ou desregulamentar direitos individuais e colectivos». No documento, destacava-se ainda o «assalto ao sistema público e universal de Segurança Social e ao Serviço Nacional de Saúde».

Famalicão

Também em Vila Nova de Famalicão, a Assembleia Municipal aprovou uma moção, apresentada pelo grupo da CDU, acerca do Pacote Laboral. Para os membros desta Assembleia, «apenas uma diferença distingue esta nova ofensiva das que a antecederam: esta não tem paralelo no Portugal democrático». Na moção lê-se também que não é retirando direitos arduamente conquistados a quem trabalha que se aumenta a produtividade e a qualidade. Isto exige, pelo contrário, uma aposta na formação e qualificação dos trabalhadores, na gestão e organização do trabalho, no investimento em novas tecnologias. O que se pretende fazer em Portugal é o oposto: precarizar, despedir, pagar menos. A moção foi aprovada com 33 votos favoráveis, oriundos dos eleitos da CDU, do PS e dos independentes. Os votos contra - 9 - tiveram a marca do CDS/PP. Os 41 eleitos do PSD optaram, estranhamente, pela abstenção.

PCP critica política de restrições orçamentais do Governo e obediência cega ao Pacto de Estabilidade

Um absurdo político e económico

Não é apenas Portugal que não consegue cumprir o Pacto de Estabilidade, mas também as principais economias europeias - Alemanha, França e Itália -, disse, na semana passada, Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, comentando as recentes medidas da Comissão Europeia, relativas aos défices orçamentais.

Para Agostinho Lopes, o adiamento para 2006 da data-limite para que os países da União Económica e Monetária apresentem défices orçamentais zero demonstra, assim, a irracionalidade e inaplicabilidade do Pacto de Estabilidade.

Por sua vez, a «obsessiva fixação e dramatização» do Governo em torno do valor do défice orçamental - em vez de reclamar em Bruxelas a suspensão e revisão do Pacto de Estabilidade -, é «manifestamente incompatível com o clima de recessão e com as necessidades actuais e futuras do País». Trata-se, pois, de uma orientação que revela a determinação do Governo em prosseguir a sua política

Governo determinado a prosseguir restrições

de restrições orçamentais nas áreas sociais, nos salários e nos investimentos e de acelerar as privatizações, para, «contrariando» embora as necessidades do País, se aproximar dos indicadores económicos e sociais dos outros países da União Europeia.

Ora o que o Governo devia fazer era aproveitar a «folga» agora admitida pela Comissão «para relançar o investimento, a actividade produtiva e aliviar as dificuldades de tantos trabalhadores e reformados.»

Insanidade política

Quanto à adopção de um relatório sobre a situação

das finanças públicas em Portugal como primeira medida do «Procedimento relativo ao Défice Excessivo» é, sob a óptica dos comunistas, uma «total insanidade política e intelectual», na medida em que poderá desencadear um processo conducente a uma possível sanção a Portugal por défice excessivo, quando «o que se encontra colocado em cima da mesa do debate comunitário é a revisão desse Pacto».

O PCP «estranha» mesmo que só agora algumas forças políticas e alguns economistas tenham descoberto a necessidade de introduzir elementos «da produtividade e do emprego» e «repensar a aplicação do Pacto» e constatado que o Pacto não pode prejudicar «o investimento reprodutivo e o



O PCP defende a revisão do Pacto de estabilidade

desenvolvimento». É, pois, para os comunistas, um «absurdo político e económico» que a elaboração do próximo Orçamento do

Estado obedeça «cegamente» aos critérios do Pacto, hoje «abertamente postos em causa por muitos dos países da Comunidade e

criticados por reputados especialistas internacionais da teoria económica dos mais diversos matizes ideológicos».

Despedimentos na Cachoeira CE dá razão ao PCP

Em resposta a uma pergunta formulada pela eurodeputada, do PCP, Ilda Figueiredo, sobre o despedimento das seis trabalhadoras da Cachoeira, em Oliveira de Azeméis, a Comissão Europeia deu razão ao PCP, relativamente à ilegitimidade deste despedimento.

Em nota à comunicação social, a Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP reitera de novo a sua solidariedade para com estas trabalhadoras, vítimas do abuso patronal e do desrespeito pelos seus direitos, e reclama da parte das entidades competentes

uma intervenção que as defenda.

Como Ilda Figueiredo recordou na sua pergunta à CE, os 100 trabalhadores da ASONI, Lda., empresa de confecções de Cucujães, Oliveira de Azeméis, passaram a trabalhar, em 1 de Junho passado, por transferência de estabelecimento, na Cachoeira, Confecções, Lda., uma empresa com ligações ao grupo ASONI SA, com sede em Vila do Conde. Entretanto, a gerência da nova empresa decidiu despedir, sem qualquer justificação, nem indemnização, 6 trabalhadoras, incluindo uma dirigente sindical.

Face a um despedimento, desde logo «inaceitável perante a legislação portuguesa e comunitária», a eurodeputada comunista solicitou à Comissão que a informasse sobre se tinha conhecimento de que aquelas empresas recebessem qualquer apoio comunitário e, em caso afirmativo, que medidas pensava tomar «para defender a direito ao emprego de todos os trabalhadores».

A Comissão veio, agora, reconhecer que, de acordo com a Directiva 2001/23/CE, a transferência ocorrida não justifica aquele despedimento, sendo que

o seu artigo 6.º regula, nessas situações, as condições da manutenção do estatuto e da função dos representantes dos trabalhadores bem como a sua protecção. Mais, o artigo 7.º obriga a que as empresas intervenientes numa transferência informem os representantes dos trabalhadores sobre, nomeadamente, as consequências sociais da transferência para os trabalhadores bem como sobre as medidas previstas em relação a eles. Ora a representante dos trabalhadores na empresa foi uma das visadas pelo dito despedimento.

Conhecer para transformar

No âmbito da preparação do Encontro Nacional do PCP sobre acção e intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho, realizou-se no passado dia 26, em Lisboa, um debate sobre a «realidade social portuguesa, consciência de classe e consciência política». Com o salão do Centro de Trabalho Vitória completamente cheio, o debate iniciou-se com uma intervenção de Francisco Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, na qual reafirmou a convicção de que a classe operária não só não desapareceu como constitui uma importante camada da população activa portuguesa. Segundo este dirigente do Partido, as alterações ocorridas nas formas de produção não modificaram a realidade que é a exploração.

Quanto às dificuldades da formação da consciência de classe e da consciência política, Francisco Lopes considerou não serem maiores do que há anos atrás. Mas para isso, lembrou, é necessário que o PCP lá esteja.

O segundo orador da noite foi Francisco Marques, membro do grupo de estudos do PCP para os trabalhadores e a realidade social. Fazendo uma apresentação estatística, divulgou diversos dados que demonstravam a estrutura actual do emprego em Portugal, caracterizada por um grande declínio da agricultura, uma explosão do sector dos serviços e uma estagnação do crescimento do trabalho operário. Este último, alvo de grandes transformações, mantém-se, segundo os dados oficiais apresentados, perto dos 40 por cento do total do emprego.

Costa Feijão, do mesmo grupo de estudos e terceiro membro da mesa a tomar da palavra, desmistificou muitos dos dados estatísticos apresentados. Lembrando que os dados estão dependentes dos critérios utilizados - mas «são os únicos de que dispomos» -, Costa Feijão abordou as alterações introduzidas em diversas empresas e desmascarou ainda que a revolução tecnológica apenas afecte o emprego industrial, dando o exemplo das auto-estradas e dos meios de pagamento automático. «Por cada cliente que adere a esse modo de pagamento, são menos postos de trabalho de portageiros que são criados», afirmou.

A última intervenção da mesa ficou a cargo de Gisela da Conceição, da direcção do sector intelectual de Lisboa, que falou sobre a questão da consciência política e de classe.

Para além das intervenções da mesa, muitos assistentes quiseram dar nota das suas opiniões, vivências e mesmo pesquisas sobre os vários assuntos em debate.

Emigração

Em defesa da língua portuguesa

A Direcção da Organização do PCP na Emigração está solidária com os cerca de 40 professores dos cursos de português contratados na Suíça que, face ao risco de irem para o desemprego, decidiram ocupar as instalações do consulado de Portugal em Genebra, depois de terem esgotado outras formas de luta sem que o Ministério da Educação tenha dado resposta aos seus problemas.

De facto, expressando mais uma vez «o desprezo que vota às comunidades portuguesas, o Governo do PSD/PP, agora, já depois de iniciado o ano lectivo naquele país e unicamente por critérios economicistas, decidiu publicar um despacho alterando os critérios de contratação, introduzindo desta forma um clima de instabilidade nos cursos de portu-

guês que abrangem cerca de 4 mil alunos.

Em denúncia feita na semana passada, a DOE - que encara a defesa, a expansão e promoção da língua e cultura portuguesas «como uma questão estratégica para Portugal e para o seu futuro» -, diz não bastar «o contentamento» por a língua portuguesa ser uma das mais faladas no Mundo. É preciso «desenvolver e perspectivar políticas que preservem e projectem esta potencialidade nacional».

Assim, decidiu, através do seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República, confrontar o ministro da Educação com esta e outras situações e, ao mesmo tempo, exorta as comunidades portuguesas «a dinamizarem a luta em defesa do ensino da língua e cultura portuguesas».

Casa de Portugal em perigo

A eventual transferência da Casa de Portugal - Residência André de Gouveia, em Paris, para a alçada da Administração da Cidade Internacional Universitária de Paris significaria a alteração dos padrões que desde há 35 anos regem esta importante e prestigiada instituição, alertou, recentemente o PCP.

Aliás, trata-se de uma ameaça que já sente há dez anos - desde que a Fundação Calouste Gulbenkian manifestou a intenção de deixar de administrar a Casa de Portugal -, apesar dos alertas e avisos lançados pela comunidade portuguesa.

Entretanto, o Governo português assinou um protocolo com a Gulbenkian, onde se prevê que a parte do Conselho de Administração de sua pertença

passa para a alçada do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, dando a Gulbenkian uma verba para a execução de obras na Casa de Portugal. Os comunistas mostram-se insatisfeitos, dizendo que o Governo se fica por um protocolo apenas estabelecido entre partes portuguesas, em vez de recorrer a todos os canais diplomáticos para defender o interesse de Portugal e reclama uma «atitude activa» no sentido de resolver a situação.

As preocupações do PCP são, ainda, adensadas pelo facto de a resposta ao requerimento dirigido pela deputada Luísa Mesquita ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior ter vindo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que, sem fazer qualquer referência ao Protocolo assinado uma semana antes, diz não ser o assunto da sua competência.

CORROIOS Questionário às mulheres

O PCP lançou, no dia 21 de Setembro, um questionário, que decorre até 21 de Outubro, dirigido especialmente às mulheres de Corroios.

O inquérito, que aborda temas como a infância, a juventude, a terceira idade, a deficiência, a saúde e o emprego, tem como finalidade saber quais os principais problemas com que as mulheres se defrontam e procurar soluções que os minorem ou resolvam. Esta acção é dinamizada pela Comissão de Freguesia do PCP, através de uma comissão específica que tem vindo a realizar diversas acções.

ESCOURAL Casquinha e Caravela homenageados

Fez, na passada sexta-feira, 23 anos que António Casquinha e José Geral (Caravela) foram assassinados a tiro pela GNR, na Herdade de Vale de Nobre, em Montemor-o-Novo, quando desenvolviam uma firme luta em defesa da Reforma Agrária.

Uma delegação de militantes comunistas deslocou-se, assim, nesse dia, ao cemitério de Escoural para prestar uma sentida homenagem à memória daqueles dois corajosos comunistas e trabalhadores da Reforma Agrária.

SANTARÉM Ensino começa mal

A Direcção da Organização Regional de Santarém reuniu, no passado dia 25 de Setembro, para analisar aspectos da situação política e social e aprofundar alguns problemas do distrito, designadamente na área do ensino.

O início do ano escolar está marcado por problemas «de gravíssimas consequências» para toda a comunidade educativa, diz o PCP, que denuncia, ainda, as crescentes contradições da realidade do distrito, com uma população escolar de 80 mil jovens e crianças.

Assim, enquanto há turmas superlotadas de alunos, particularmente nos centros urbanos, há pessoal docente a aguardar colocação, situação que afecta mais de 100 educadores de infância, 370 professores do 1.º ciclo e mais de milhar e meio de professores do Ensino Básico 2, 3 e Secundário.

Para além disto, a DORSA denuncia a extinção, em vários concelhos, de cursos em escolas do ensino secundário, assim como de cursos do ensino recorrente, por reduzirem a oferta e as oportunidades para os alunos, agora confrontados com problemas de deslocação e uma maior sobrecarga financeira. Uma medida, portanto, que «afecta a qualidade do ensino e compromete o futuro do país».

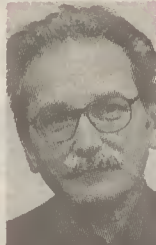
ALENTEJO PCP dinamiza actividade

Também a Direcção da Organização Regional do Litoral Alentejano reuniu, no dia 25, para fazer o balanço da preparação do Encontro Nacional do Partido sobre a acção e organização do PCP nas empresas e locais de trabalho e traçar o plano de actividade para os próximos tempos. Assim, a DORLA decidiu realizar até ao fim do primeiro trimestre de 2003 as Assembleias de Organização Concelhia de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines, e, até ao fim do primeiro semestre, a 2.ª Assembleia da Organização Regional. Para o princípio do próximo ano, está ainda programado um encontro regional sobre a acção dos comunistas no Poder Local.

Aprovado foi, também, o recrutamento de 150 novos militantes até à próxima Festa do Avante e o aumento da venda do Avante! em mais 50 exemplares.

A esquerda e a guerra

A batalha das ideias passa necessariamente pelas palavras e o seu real significado. Quando após as eleições na Alemanha a generalidade da comunicação social titula que «a esquerda venceu as eleições» é oportuno questionar o real significado político e ideológico de tal afirmação que numa penada passa um certificado de «esquerda» ao Partido Social Democrata (SPD) e à política do seu governo de coligação com os «Verdes».



Albano Nunes
Membro
do Secretariado

Como ensinou Lênine, «a análise concreta da situação concreta» é a alma do marxismo, pelo que na caracterização da prática governativa do SPD é obrigatório levar em conta pelo menos três questões: (1) uma política económica e social reconhecidamente determinada pelos interesses do grande capital alemão, confirmando Schröder como «o camarada dos patrões»; (2) o quase sistemático alinhamento da Alemanha com os EUA nas questões centrais da globalização capitalista; (3) o recrudescimento do militarismo alemão e a participação, pela primeira vez no pós-guerra, de tropas no estrangeiro, nomeadamente nos Balcãs e Afeganistão. Terá isto algo que ver com um conceito de esquerda em que a luta pela justiça social e luta contra a guerra constitu-

dominantes. Sendo reais as diferenças em relação à reacção CDU/CSU que agora foi justamente derrotada, elas residem entretanto, actualmente, sobretudo na forma, estilo e ritmo da política realizada e não quanto ao seu conteúdo e natureza de classe.

Por isso uma «grande coligação» SPD/CDU-CSU (como em 1965/69) é uma possibilidade sempre presente no panorama político alemão, embora o sistema prefira obviamente o mecanismo de «bipolarização» e «alternância». Tem sido ele que lhe tem permitido conter, domesticar e desbaratar o desenvolvimento de fortes correntes de esquerda dentro do SPD e do movimento sindical alemão, incluindo no poderoso IG-Metal. E permitido até — aqui reside uma das mais perversas funções objectivamente desempe-

nhadas pela social-democracia internacional — a realização quando no poder, em ambiente de relativa «paz social», de políticas de regressão popular e democrática

que a direita «tout court» mais dificilmente poderia realizar por falta de base social e política de apoio.

Na hora de cumprir

O desenvolvimento do militarismo e do intervencionismo alemão num país onde a Constituição (e os acordos do pós-guerra) o proibiam — é talvez o mais espectacular e perigoso exemplo dos serviços prestados pela cúpula do SPD (e mais ainda dos «Verdes» dada a sua génese pacifista) ao imperialismo alemão.

É na verdade abusivo, no mínimo, dizer que a «esquerda venceu as eleições» na Alemanha. Mais correcto será dizer que foi a oposição à guerra que triunfou e que foi a reacção CDU/CSU que as perdeu. É o que aliás mostra a evolução das sondagens que inicialmente apontavam para uma derrota quase inevitável da coligação governamental, cuja política, como noutros países com governo social-democrata, defraudou as promessas e as expectativas do eleitorado. Foi o andamento da campanha, com a «frontal» oposição de Schröder e Fisher à guerra contra o Iraque e o bombástico paralelismo de Bush com Hitler feito pela ministra da Justiça, que fundamentalmente determinou a viragem. E com ela o malfadado «voto útil» que sempre penaliza as forças de esquerda mais consequentes — sejam o PCP em Portugal ou o PDS na Alemanha, — quando o eleitorado ainda não vê uma perspectiva real de alternativa.

Por isso se poderá até dizer que «a esquerda perdeu», pois o PDS, a grande força de esquerda que, sem esquecer os camaradas do DKP, se bate pelos interesses dos trabalhadores, contra o poder do grande capital e pela paz, foi praticamente afastado do Bundestag, pela iníqua lei eleitoral alemã que lhe rouba cerca de 30 deputados. Um resultado injusto que vai criar dificuldades à afirmação e actividade do PDS, deixando mais espaço livre à demagogia e manipulação política e ideológica das massas. O que é mau para a Alemanha e para a Europa.

Tudo indica que tinham razão aqueles que vaticinaram que a seguir às eleições Schröder e a sua coligação rasgariam os compromissos com o eleitorado e correriam a entender-se com Bush sobre a guerra no Iraque. No momento em que este artigo é escrito esse processo está em marcha. O que é motivo de profunda inquietação. E para séria reflexão sobre o perigo de, mesmo no plano táctico, passar certificado de «esquerda» a forças cuja política se alinha sistematicamente com o imperialismo, o militarismo e a guerra. Confunde e desarma. Em tempos de grandes perigos de regressão civilizacional a clivagem «esquerda»/direita não pode deixar de passar pela atitude em relação aos problemas da paz e da guerra.

“Foi a oposição à guerra que ganhou as eleições na Alemanha”

em marcas de identidade incontornáveis?

Naturalmente que não deve confundir-se, e nós não confundimos, a massa dos membros e simpatizantes do SPD e as suas aspirações de progresso social e de paz, com a cúpula burocrática corrompida que há muitos anos determina a política deste partido e a sua rendição às destruidoras políticas neoliberais. Já nem se trata, como nos primeiros tempos do reformismo e revisionismo social-democrata, de uma política de conciliação e colaboração de classes mas de autêntica identificação com as classes



ALGARVE

Comunistas preparam Encontro

A Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP, reunida na semana passada, analisou a situação política e social e aprovou uma diversificado conjunto de iniciativas na Região.

Em análise estiveram, também, os trabalhos preparatórios do Encontro Nacional do PCP sobre a acção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho, que se deverão centrar numa reflexão actualizada sobre a realidade social em mutação e na tomada de medidas para o reforço dessa acção e organização.

A Organização Regional, que se fará representar no Encontro por várias dezenas de participantes e convidados a indicar pelas organizações concelhias, tomou, ainda, algumas medidas internas para o reforço do Partido e dos organismos de direcção regionais, nomeadamente a realização de uma reunião sobre o trabalho autárquico, de várias assembleias de organização concelhias e, a 14 de Dezembro, da 5.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve, que se deverá inserir no quadro da intensa actividade partidária contra a política de direita.

CASCAIS

Contra implosão do Estoril-Sol

O PCP está em desacordo com a medida de implosão do Hotel Estoril-Sol, anunciada pelo presidente da Câmara de Cascais, a quem condena por ter tornado públicas as suas pretensões sem previamente as ter apresentado em reunião de Câmara.

Em nota à comunicação social, a Comissão Concelhia de Cascais diz serem falaciosos os argumentos apresentados tanto pelo presidente da Câmara como pela Administração do Hotel e recusa-se a aceitar que, para viabilizar a especulação imobiliária, se sacrifique uma unidade hoteleira - indispensável ao desenvolvimento turístico do concelho e a única possuindo salas com capacidade para juntar 1200 pessoas -, e os postos de trabalho de 230 trabalhadores. Considerando que a recuperação paisagística e os excessos de volumetria de construção não são mais importantes neste caso do que noutros existentes no concelho, os comunistas opõem-se a que esta questão seja analisada à margem da situação dos 230 trabalhadores.

MANTEIGAS

Não aos aumentos da água e do lixo

Cerca de 2000 manteiguenses subscreveram um abaixo-assinado contra os aumentos das tarifas da água e do lixo, cuja suspensão exigem pelo impacto negativo que têm sobre a população e a economia do concelho, e de oposição à privatização da água de distribuição domiciliária que, em sua opinião, deverá permanecer municipalizada e pública. A Comissão Concelhia de Manteigas do PCP, associando-se à reclamação da população, rejeita a argumentação dos «poucos» defensores dos aumentos - investimentos no tratamento dos efluentes domésticos e custos do transporte dos lixos -, e lembra que essas obras são pagas quase a cem por cento pelos fundos comunitários e pelo Estado português, sendo, portanto, diminutas as verbas despendidas pelas câmaras municipais e pelas associações intermunicipais e multimunicipais. Mais, a água de Manteigas é, desde 1937, distribuída pela Câmara com bons resultados, pelo que não são «razões do interesse do concelho ou da população que levam a Câmara a entregá-la a uma empresa que vai ser privatizada e cujo objectivo é apenas o lucro».

SEIXAL

Governo lesa trabalhadores

A Comissão Concelhia do Seixal do PCP, profundamente preocupada com a ofensiva que o Governo está a querer desencadear contra os trabalhadores, através do chamado Código do Trabalho, decidiu, na sua reunião da semana passada, participar activamente numa campanha de esclarecimento aos trabalhadores sobre esta legislação. Nas suas conclusões, a Concelhia do Seixal denuncia, ainda, a política de encerramento de empresas com destruição dos postos de trabalho (caso da Vestus), de deslocalização de sectores de empresas, (Alcoa), a tentativa de impor tectos salariais com perda de poder de compra para os trabalhadores, e acusa o Governo de praticar políticas igualmente lesivas dos interesses dos trabalhadores e dos portugueses em geral, nas áreas do Ensino, da Educação, da Saúde e da Assistência Médica. Congratula-se, entretanto, com a mobilização reivindicativa da população do concelho, relativamente à necessidade de uma unidade hospitalar pública.

Comunistas denunciam política de «show off» realizada pela maioria PSD/PP na Câmara de Lisboa

Beato realiza 5.ª Assembleia

A Organização de freguesia do Beato, em Lisboa, realizou, no sábado passado, a sua 5.ª Assembleia de Organização, onde elegeu o novo organismo dirigente.

Depois de discutir o relatório de actividades apresentado pela Comissão de freguesia cessante e aprovado por unanimidade, os delegados aprovaram, ainda, as linhas de orientação política para o futuro.

A Assembleia analisou a situação política e social resultante do novo quadro político extremamente nefasto para os trabalhadores e população em geral, debruçando-se, embora, mais detalhadamente sobre a actuação da Câmara Municipal de Lisboa PSD/PP que, «virada para o show off criador de imagem e propaganda», não resolveu, ainda, qualquer problema concreto da cidade de Lisboa e muito menos da freguesia do Beato.

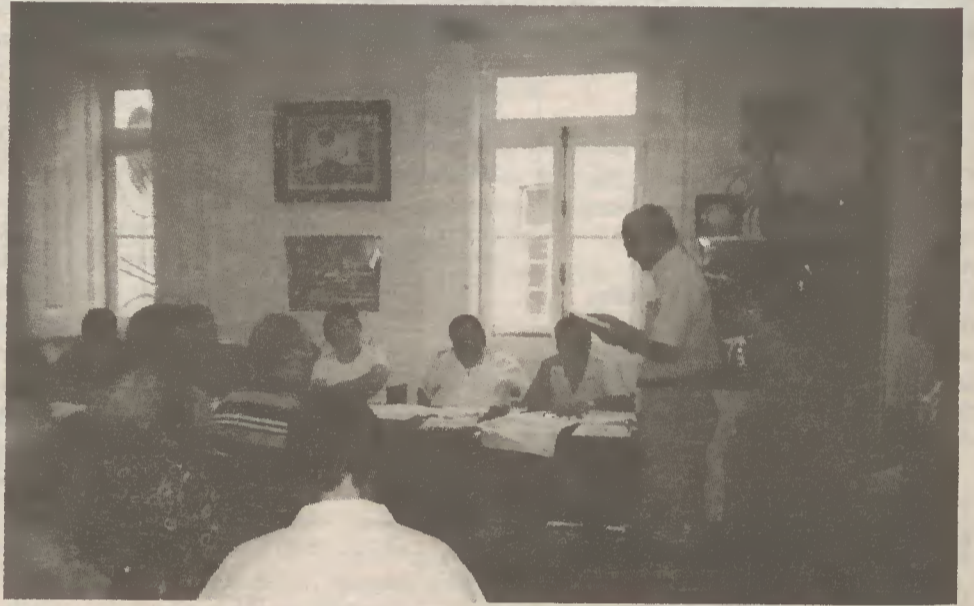
De acordo com a análise efectuada, a Câmara paralisou as empreitadas previstas para a habitação do Beato, deixou ao abandono os moradores das vilas operárias de Vila Dias, Vila Flamiano, Vila Maria Luísa, Vila Emília e outros núcleos, não resolveu nenhum problema relativo a trânsito e infra-estruturas, não respondeu às expectativas criadas relativamente à resolução dos problemas de segurança e toxicodependência ou dos transportes públicos, não deu nenhum sinal de melhoria do espaço público.

Também ao terminar com os Jogos de Lisboa e os Planos de Desenvolvimento Desportivo, que movimentavam na cidade mais de 25 mil jovens, a Câmara barrou a estes o caminho para a ocupação de tempos livres, deixando-lhes abertos os caminhos da marginalidade. Aliás, se eventualmente

lutar contra o pacote legislativo do Governo que visa retirar direitos aos trabalhadores e destruir a lei de bases da segurança social; pelo realojamento dos núcleos de barracas existentes na freguesia - Pátio 12 da Rua do Sol a Chelas, Pátio da Calçada do Grilo, Beco dos Toucinheiros e Vila Dias -; e pela concretização do plano de recuperação das vilas operárias. Não abdicará, ainda, de

Um compromisso dos militantes com a luta

lutar, nomeadamente, por uma rede de transportes que sirva em condições a população, pela recuperação da cantina da escola 28 e colocação de educadores de infância tanto nesta Escola como na 123, pela colocação em funcionamento de unidades de saúde que permitam um atendimento de proximidade, pela continuação das Escolas e Escolinhas de desporto.



A 5.ª Assembleia comprometeu-se a lutar contra o pacote legislativo do Governo

forem anuladas as Escolas e Escolinhas de Andebol, Futsal e actividades gímnicas que existem no Beato, a freguesia será palco de sérios problemas sociais.

A 5.ª Assembleia do Beato comprometeu-se, pois, a

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Constantino Marques da Silveira

Faleceu recentemente o camarada Constantino Marques da Silveira, de 81 anos, serralheiro civil de profissão na antiga fábrica Portugal. Antifascista de longa data e grande defensor dos direitos dos trabalhadores, foi preso pela polícia política, tendo cumprido pena em Caxias, entre 1958 e 1963. Militava actualmente na organização da freguesia da Penha de França, Lisboa.

Fernando António Gonçalves Silva

Vítima de doença prolongada, faleceu, no dia 26 de Setembro, com 50 anos de idade, o camarada Fernando António Gonçalves Silva. Membro do Partido desde 1980, pertenceu ao Secretariado da Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo e à Comissão Concelhia, de que era actualmente coordenador. Foi várias vezes candidato às eleições autárquicas, sendo presente eleito na Assembleia Municipal de Viana do Castelo. Camarada muito dedicado, foi também um grande defensor dos direitos dos trabalhadores, tendo integrado, durante 18 anos, a União dos Sindicatos de Viana do Castelo, de que foi coordenador. Pertencia ao Conselho Nacional da CGTP.

José Pereira Lopes

Após doença prolongada, faleceu, no passado dia 6 de Agosto, o camarada José Pereira Lopes, de 76 anos, natural de Alcântara e reformado da Profabril. Membro do Partido muito antes do 25 de Abril, pertenceu ao MUD, tendo sido aos 18 anos preso pela PIDE, face à qual manteve um comportamento exemplar. Actualmente militava no Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa. A sua participação, o conhecimento dos problemas, a generosidade e as suas sólidas convicções comunistas marcaram sempre a sua conduta ao longo da vida.

Rogério Filomeno São Paulo Almeida

Faleceu recentemente, com 75 anos de idade, o camarada Rogério Filomeno São Paulo Almeida, natural de Lagoa. Destacado antifascista de Alhos Vedros, esteve preso em Aljube e Caxias devido à sua actividade. Estava organizado na freguesia de Alhos Vedros.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Sarilhos Pequenos
Eleitos da CDU
exigem auditoria

Uma auditoria às contas da Junta de Freguesia de Sarilhos Pequenos, no concelho da Moita, volta a ser uma exigência dos eleitos da CDU da Assembleia de Freguesia local, que reuniu no dia 21 de Setembro.

A questão reporta-se ao início do actual mandato, logo que o PS ganhou aquele órgão autárquico, vindo a lume, pela boca do seu presidente, Rui Dourado, a pretensa existência de irregularidades financeiras na ordem dos 400 contos, herdadas dos anteriores executivos de maioria CDU. Esta eleito, perante reclamação de audição dos eleitos da CDU, foi ao ponto de proclamar que «os dados estão lançados, assumam-se agora as responsabilidades».

A exigência da CDU foi na altura tornada pública perante a população, com vista à reposição da verdade. Mas agora, na sessão de 21 de Setembro, em contradição com a afirmação de um eleito do PS - que para justificar a inexistência de qualquer actividade de vulto da nova Junta PS, chegou ao cúmulo de dizer que «os seis meses de mandato não foram reais, uma vez que se perdeu muito tempo com o engano na diferença das contas do Executivo anterior» (acta n.º 4, de 29 de Junho de 2002) -, são os eleitos do PS que procuram desculpar a ausência de auditoria por uma alegada falta de capacidade para tal, que teria sido evocada por parte da Comissão Coordenadora Regional de Lisboa e Vale do Tejo. A crer nas suas palavras, a CCRLVT teria mesmo justificado que uma verba de 400 contos não merecia qualquer atenção das entidades competentes.

Face a esta atitude, a Comissão de Freguesia de Sarilhos Pequenos do PCP e os eleitos da CDU assumem diligenciar junto das autoridades competentes a concretização da auditoria às finanças da Junta de Freguesia.

A propósito, a Comissão de Freguesia de Sarilhos Pequenos considera que toda a população deveria ter assistido à recente atitude dos eleitos do PS, de total desrespeito por quem no exercício legítimo da manifestação reclamava medidas para o regular funcionamento da Escola no princípio do ano lectivo.

Concentração popular na Amora

Utentes exigem hospital no Seixal

Os utentes da saúde do concelho do Seixal entregaram dia 26 mais de 22 mil assinaturas no Centro de Saúde de Amora, Seixal, reivindicando ao Ministério da tutela a construção de um hospital público concelhio.

No dia em que a Assembleia da República aprovou, com os votos a favor do PSD e do PP, a nova lei de gestão hospitalar, as comissões de Utentes da Saúde de Paio Pires, Amora, Arrentela, Corroios e Fernão Ferro, promoveram na passada quinta-feira uma concentração popular, na Amora, que contou com a participação de centenas de pessoas, para exigir a construção de um hospital para o concelho.

Mas o que são as Comissões de Utentes?, questionou Manuel Soares, membro do secretariado das Comissões de Utentes da Saúde da

damente, em Aldeia de Paio Pires, Arrentela, Vale Milhagos, Cruz de Pau e Foros da Amora. Chegam-nos as dificuldades que há no atendimento aos utentes e na marcação das consultas. Chegamos-nos queixas da população mais desfavorecidas pelo alto preço dos medicamentos em Portugal, comparado com o rendimento das famílias», alertou o membro do secretariado das Comissões de Utentes.

Manuel Soares aproveitou a ocasião para contar uma história publicada recentemente num jornal diário, onde se dava conta que «lá para os

Nós só queremos que haja dinheiro para tratar a vida humana



Mais de 22 mil pessoas subscreveram o abaixo-assinado exigindo um hospital público

Península de Setúbal. «São movimentos de cidadãos que se associam livremente, com o objectivo de atingir determinados fins, neste caso, a melhoria das condições de saúde da população do concelho do Seixal.»

«Todos os dias chegam até nós opiniões, queixas e críticas de pessoas que lamentam a falta de médicos e de outros profissionais dos Centros de Saúde. Chegamos-nos pedidos e apelos para a construção de instalações médicas, nomea-

lados do Seixal a população recolhe assinaturas para um novo hospital». O autor manifestava dúvidas que o Governo acesse à pretensão, mas dizia que «se fosse um estádio de futebol era já a curto prazo». Acrescentava ainda que «aquela população é gente rija e não desiste». «É por não desistirmos que estamos aqui e que recolhemos tantas assinaturas por um hospital no concelho do Seixal», afirmou, bastante aplaudido pelos populares.

Direito à indignação

«Ao longo dos anos os sucessivos governos não perceberam que neste concelho, com 150 mil habitantes, vivem pessoas, cidadãos, população, famílias, que tem direito a um sistema público de saúde que os sirva, e que tem direito à indignação quando não são bem tratados», disse Alfredo Monteiro, presidente da Câmara Municipal do Seixal, presente no encontro.

«As 22 mil assinaturas representam o direito e a legitimidade de as pessoas defenderem a sua saúde e o seu bem-estar. É um direito de cidadania de 50 mil pessoas que não têm médico de família. Na Amora, por exemplo, 22 mil pessoas não têm médico», alertou o presidente da Câmara do Seixal.

«Estamos num dos concelhos que sendo o 12.º em população é também o 12.º que contribui para o rendimento nacional. Em relação à saúde, os investimentos que têm vindo a ser feitos não têm nada a ver com estes dados. O Governo, a administração central, devem decidir, rapidamente, que este é um projecto que é necessário resolver e implementar. A Câmara Municipal do Seixal não vai desistir em relação ao hospital para o Seixal», concluiu Alfredo Monteiro, saudado entusiasticamente pelos presentes.

Garcia de Orta é insuficiente

E porquê uma nova unidade hospitalar pública neste concelho? «Convém fazer a história. O hospital Garcia de Orta, em Almada, que abrange os concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra foi planeado para 150 mil habitantes. Segundo os censos de 2001, este três concelhos tem 348 665 habitantes, ou seja, mais do dobro. Entretanto, o hospital Garcia de Orta tem um serviço de urgência muito reduzido, junto à sala de espera são misturados os doentes com os acompanhantes», denunciou o responsável da Comissão de Utentes.

«É um hospital que não tem camas para atender todos os doentes. Chegamos ao nosso conhecimento centenas de casos de pessoas que são convocadas para estarem às 8.00 horas para serem internadas e são despachadas para casa porque não tem cama. Centenas, ou mesmo milhares, de pessoas tem de estar seis ou sete horas à espera de uma consulta», afirmou Manuel Soares.

Os hospitais anunciados pelo Governo são todos na zona Norte do Tejo, nomeadamente para a zona da Grande Lisboa que tem três vezes mais camas do que a Península de Setúbal. «Infelizmente, a mesma coisa se passa relativamente a médicos e farmácias», alertou.

«Sabemos que esta luta não vai ser fácil. Só queremos que haja dinheiro para tratar a vida humana», comentou.

Reforçar Comissões de Utentes

«Apelamos a todos os cidadãos presentes e ausentes que adiram às Comissões de Utentes, que participem na sua actividade, que dêem opiniões. Só assim podemos, efectivamente, conseguir atingir os nossos objectivos», disse Manuel Soares, sublinhando que «o anúncio do Ministério da Saúde que vai reforçar a campanha a favor dos medicamentos genéricos, que vai instituir uma novo tipo de receitas para doentes crónicos e que as consultas para os Centros de Saúde que irão ser feitas através do telefone é resultado da luta dos utentes da saúde e das suas instituições, quer a nível regional, quer a nível nacional.»

As assinaturas recolhidas serão entregues ao Ministério da Saúde, acompanhadas de uma carta solicitando ao ministro da Saúde que receba as Comissões de Utentes. Até essa data, as comissões decidiram continuar a recolha de assinaturas para que todos os cidadãos deste concelho digam com orgulho: «o hospital é uma obra da população do Seixal».

Na Câmara de Lisboa

PSD e CDS declaram guerra à Cidade

As últimas semanas foram marcadas por ataques sucessivos e crescentes da nova maioria em exercício na Câmara de Lisboa, formada pelo PSD e CDS, contra a Cidade, ameaçando a vida cultural e a qualidade urbana na capital. Os três casos mais recentes desta postura têm a ver com a tentativa anunciada e proposta de suspender as regras de construção na capital, com a propalada descoberta do 'ovo de Colombo' estragado para financiar a operação Parque Mayer, e, ainda, com a ameaça de condicionamento de cedência de apoios municipais às juntas de freguesia, às colectividades e associações.

PDM: cheque em branco

Uma das últimas lembranças de Santana Lopes na CML foi a de propor uma suspensão do Plano Director Municipal (PDM) e alterações ao Regulamento Geral de Edificações Urbanas (RGEU), designadamente no que se refere à altura dos edifícios a construir. O fundo da questão é simples: construir mais andares no mesmo terreno dá mais lucro. Muito mais lucro, é o que precisam certos empresários que apoiaram e vão apoiar quem propõe estas soluções, as quais nada têm a ver com os interesses da cidade. O resultado seria o desvirtuamento da paisagem, uma machadada nas características de Lisboa como cidade mediterrânica que todos apreciam pela sua beleza. Confundindo negócio e especulação com desenvolvimento, PSD e CDS mostram a face. Nove meses foi o suficiente para toda a verdade vir a lume: suspenda-se o PDM; permita-se a construção a esmo e depressa. Ao pretender uma suspensão parcial do Plano Director Municipal, o PSD e o CDS querem pulso livre para as diversificadas formas que estão a preparar para vender a alguns o espaço aéreo de Lisboa. Sem regras, os prédios poderiam crescer, crescer... Com os lucros de uns poucos a crescer em espiral, ao mesmo tempo que se degrada a qualidade da vida dos lisboetas.

Parque Mayer: atentado contra a cidade

O Governo foi colocado ao serviço da tática de Santana Lopes: mentindo acerca de uma 'proposta da CML', que não existe, aprovou um casino para Lisboa. Santana Lopes quer-o no Parque Mayer. O PCP, não. E se o anterior presidente da CML o queria, o PCP seria contra e se fosse votado na altura, votaria contra. Porque a pretensa solução para o Parque à custa da qualidade de vida na cidade e à custa da instalação de um casino no centro da capital e num local de tradição cultural e de divertimento saudável é um verdadeiro atentado contra o centro da cidade. Santana Lopes pode até arregimentar (eles deixarão?) alguns artistas, ansiosos que estão por uma solução, qualquer que seja, e pode

até discorrer sobre esta solução com a maior das naturalidades e branqueando a solução 'casino' como se de coisa normal e adequada se tratasse num país com ordenados de miséria e com desemprego e precariedade quanto basta. Isso não altera o fundo da questão, já por várias vezes referido pelos vereadores do PCP: «Os jornais e a televisão não substituem o debate institucional que tem de ser efectuado, e, por outro lado, nada pode romper ou degradar a qualidade urbana das soluções constantes de protocolo celebrado há oito anos, no qual as questões culturais e o enquadramento das envolventes ficaram bem salvaguardadas. Esse protocolo é uma base inicial de trabalho, a adequar ao momento presente sem rupturas na cidade». Isto porque, dizem, «o Parque não é uma ilha e o jogo não leva pessoas ao teatro. Falta uma Comissão de Utentes que se pronuncie e falta o estudo de impacto ambiental». Do que se sabe pelos jornais, o projecto que estará na manga, aliás, parece anular mais de metade da vertente cultural do local e assenta raízes na criação de habitação de luxo, uma superfície comercial com lojas e quinze cinemas. Quinze! Que se fará do São Jorge, ali mesmo ao lado? Mais uma solução do tipo da destruição do Condes, ali bem perto? Privatização da EMEI na calha, como já se escreveu? E talvez com os mesmos operadores? «São questões demasiado sérias e devem merecer o debate dos lisboetas», defende o PCP na CML.

Colectividades subsidiam a CML

Uma prática saudável que estava em curso na anterior gestão camarária isentava as juntas de freguesia e as colectividades do pagamento de taxas pelo uso de materiais de decoração e outros. São estas formas concretas de apoio que permitem o intensa e desinteressado contributo destas instituições para a vida cultural e desportiva da cidade. Mas assim não o entendem o PSD e o CDS. Uma nova prática ameaça agora transformar a cidade num deserto cultural e asfixiar a criatividade daqueles organismos. De facto, por despacho, os apoios passam a depender do «pagamento de taxas de aluguer previstas na tabela de taxas», sendo que eventuais isenções serão estabelecidas «caso a caso». Leia-se: se a iniciativa agrada ao executivo municipal, quiçá se tiver o «alto patrocínio» da CML, ou ainda, se o mesmo considerar que a iniciativa prossegue «interesse público municipal», como se refere noutra passo do despacho. Um caso de previsível censura prévia ou, como referiu o PCP na Assembleia Municipal de Lisboa, uma situação em que «as colectividades subsidiam a autarquia», já que ainda por cima «o pagamento já chegou a ser exigido antecipadamente»? Um caso tanto mais grave, quanto é certo que os apoios às colectividades são quase inexistentes agora com esta maioria PSD/CDS.



Em causa política de combate à droga e à toxicoddependência

Governo por maus caminhos

O Governo tem andado mal na política de combate à droga e à toxicoddependência. O que foi dizer ao Parlamento, pela voz do ministro da Saúde, em debate de urgência requerido pelo PCP, só veio acentuar as preocupações.

Uma das questões centrais que sobreveio no debate foi a de que o Governo, em vez de consolidar e alargar a rede de respostas, na sua multidisciplinaridade, aos problemas da toxicoddependência, como a situação actual exige, está a «enveredar por um caminho de marcada desestabilização das estruturas» existentes vocacionadas para o efeito.

Quem o lembrou foi o deputado comunista Bruno Dias ao chamar a atenção para o facto de o Executivo estar a levar a cabo, na sequência da fusão do SPTT e do IPDT, uma política de corte dos efectivos.

Que a curto prazo, alertou, poderá conduzir ao encerra-

mento de diversas unidades, com o que isso representará de «redução da capacidade de resposta ao problema da toxicoddependência», de «diminuição do apoio e da qualidade de vida dos doentes», de «acréscimo dos «problemas conexos de saúde e segurança nas áreas mais afectadas».

Não entrando na controversa questão de saber se a referida opção de fusão daqueles serviços foi ou não correcta, para a bancada do PCP o «problema decisivo», como foi chamado, esse sim, está «nas condições em que essa fusão se está a concretizar, num quadro em que é política geral do Governo a não renovação de contratos de trabalho».

Resulta ainda claro para a bancada comunista que, a prosseguir este caminho, existe o grave risco de retroceder para «um modelo mercantilista, em que as estruturas públicas venham a exercer funções meramente complementares relativamente aos meios privados e em que os toxicoddependentes e suas famílias sejam vistos como uma fonte de lucros».

Importa, por isso, ao contrário do rumo que está a ser seguido pelo Governo – e esta é a perspectiva do PCP, como sublinhou Bruno Dias – que sejam adoptadas medidas concretas que garantam o funcionamento eficaz de uma estrutura de prevenção, em simultâneo com uma «verdadeira rede pública de tratamento» e com um «mais efectivo combate ao tráfico e branqueamento de capitais».

«Defendemos uma política assente na concepção de que um toxicoddependente é um doente e não um crimi-

noso e que o seu tratamento e reinserção social é um dever do País e não uma potencial fonte de receita privada», sustentou o parlamentar comunista.

Reacções críticas das bancadas da oposição mereceu, noutra plano, a posição de Luís Filipe Pereira no que se refere aos programas de substituição opiácea, nomeadamente a metadona. Disse o ministro que a aposta do Governo vai para os «programas livres de drogas» no tratamento dos toxicoddependentes, transferindo assim para a esfera política uma decisão que até agora tem estado na alçada dos clínicos.

Uma actuação do Governo que «não augura nada de bom», como observou Bruno Dias, depois de ter lembrado que a metadona é um medicamento. E houve mesmo que tivesse visto nesta posição do Governo a antecâmara de uma solução terapêutica assente nas «clínicas privadas e convencionadas».

Falta uma verdadeira rede pública de tratamento dos toxicoddependentes

Comunidades Portuguesas

Era aguardada para esta semana a deslocação do secretário de Estado das Comunidades à Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa. O pedido nesse sentido, com carácter de urgência, fora formulado há cerca de quinze dias pela bancada comunista em carta dirigida ao presidente da comissão. A justificar esta iniciativa, conforme refere no texto a deputada Luísa Mesquita, está a necessidade de esclarecer algumas medidas adoptadas pelo Governo no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

No que respeita às Comunidades Portuguesas, em concreto, urge avaliar a extinção das delegações regionais da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, bem como os protocolos assinados com algumas câmaras municipais.

O processo eleitoral do Conselho das Comunidades Portuguesas e a situação das crianças portuguesas nas escolas suíças são duas outras matérias que a bancada comunista quer ver clarificadas pelo Governo.

Ao Parlamento, com igual pedido de urgência, foi também chamado pelo PCP o ministro da Segurança Social e do Trabalho para esclarecer as razões que levaram o Governo a demitir 18 directores dos centros distritais de Solidariedade e Segurança Social.

As propostas do PCP

No próprio dia do debate sobre «políticas de combate à droga e à toxicoddependência», realizado a seu pedido com carácter de urgência, a bancada do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um projecto de resolução no qual defende uma linha de actuação e um conjunto de medidas em matéria de prevenção da toxicoddependência e luta contra a droga.

Entre as recomendações ao Governo está o estabelecimento de um conjunto de prioridades de intervenção, que vão desde a realização de um Estudo Nacional que defina mais claramente os novos fenómenos e tendências neste domínio até ao desenvolvimento de novas acções de prevenção primária, ou a consolidação da rede pública de atendimento, tratamento e reinserção social de toxicoddependentes.

Proposta é igualmente, como assinalou Bruno Dias, a execução de programas de intervenção para novas áreas críticas e de risco; a intervenção mais eficaz em meio prisional; o reforço do dispositivo e meios de combate ao narcotráfico e ao branqueamento de capitais.

Defendida é, por outro lado, a concretização efectiva da lei de despenalização do consumo de drogas, dando mais eficácia às Comissões para a Dissuasão da Toxicoddependência, uma experiência que no entender dos comunistas «importa defender e aperfeiçoar».

Preocupação pelos problemas no ensino

A adopção de medidas legislativas que garantam a gratuidade dos manuais escolares para a frequência da escolaridade obrigatória, tal é, em síntese, a recomendação ao Governo que consta de um projecto de resolução apresentado pelo PCP.

Na base da apresentação do texto está a consideração de que, a cada ano que passa, mais se evidencia o incumprimento da Constituição da República no se refere ao dispositivo que incumbe ao Estado «assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito», asseverando simultaneamente que «todos têm direito ao ensino com

garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar».

O documento, cuja discussão em plenário ainda não está agendada, foi entregue na Assembleia da República, na passada semana, no mesmo dia em que o ministro da Educação se deslocou à comissão parlamentar de educação, ciência e cultura. Comparência de David Justino que ficou a dever-se a diligências nesse sentido feitas pela bancada comunista, que requereu a sua presença com vista ao esclarecimento de questões que estão na ordem do dia e são motivo de preocupação de todos os

agentes que intervêm no processo educativo, desde pais e encarregados de educação até professores e alunos.

Ouvir o ministro sobre os novos e velhos problemas que «impedem um melhor funcionamento do sistema educativo português», como sejam, entre outros, a alteração do calendário escolar dos educadores de infância, o aumento do desemprego de educadores e professores, a diminuição do número de alunos ou a gratuidade e universalidade da escolaridade obrigatória.

Ora a verdade é que não se pode dizer que dos esclarecimentos prestados tenha resultado qualquer diminuição

nas preocupações do PCP. Pelo contrário, face ao declarado objectivo de contenção financeira enunciado pelo responsável da Educação, adensam-se os motivos de inquietação, como sublinhou em declarações ao Avante! a deputada comunista Luísa Mesquita.

Criticado, entre outros pontos, é sobretudo o propósito governamental de acentuar a vertente municipalizadora e não de descentralização, o que significa transferir para as autarquias novas competências em matéria de ensino, designadamente no plano da infância, sem os correspondentes meios financeiros.

Orçamento do Estado para 2003

Apertar ainda mais o cinto

Aprovado, segunda-feira, em Conselho de Ministros extraordinário, o Orçamento do Estado para 2003 foi entregue anteontem na Assembleia da República. Assumida como prioridade do Governo, segundo declarações da ministra das Finanças, é a redução do défice do Estado. Vertida no documento é ainda a intenção de privilegiar as obras públicas e as exportações. Completamente arredada está qualquer medida no sentido de concretizar os prometidos desagregamentos fiscais – uma das bandeiras eleitorais do PSD.

Manuela Ferreira Leite foi mesmo peremptória na afirmação de que em 2003 não haverá qualquer baixa de impostos, em nome, alegou, da redução do défice público. As suas palavras surgiram após as audiências com os partidos da oposição, no final da passada semana, no decurso das quais apresentou as linhas gerais do Orçamento do Estado para o próximo ano.

A reacção da bancada comunista, logo após o encontro com a responsável das Finanças, não se fez esperar. Bernardino Soares, presidente da bancada do PCP, manifestou a sua particular preocupação pela hipótese de o Executivo adoptar a média da inflação da União Europeia como referencial do cálculo dos aumentos salariais no próximo ano.

Um cenário que os comunistas rejeitam categoricamente por considerarem que o mesmo significará que os trabalhadores vão continuar a perder poder de compra.

«Este ano, a confirmar-se esta perspectiva, o corte será ainda maior com grande prejuízo para os portugueses que vêem o custo de vida a aumentar e não vêem o salário a aumentar na medida correspondente», advertiu Bernardino Soares.

Atrasos no pagamento de prestações sociais

PCP exige esclarecimentos

Vai-se ampliando o número relativo a atrasos no pagamento de prestações sociais. Os casos, em número crescente, chegam ao domínio público. Ao certo não se sabe exactamente quantas pessoas estão a ser afectadas. O que se sabe é que há subsídios de desemprego que estão a ser atribuídos com atrasos de seis meses e que estão igualmente a ser ultrapassadas todas as margens razoáveis de tempo no pagamento dos subsídios de doença.

O assunto esteve em debate no Parlamento pela mão do PCP. Foi na sessão de perguntas ao Governo que preencheu a agenda plenária da passada sexta-feira. «Como é que se chegou aqui?», foi a pergunta deixada pelo deputado comunista Lino de Carvalho.

O Governo, reconhecendo a importância e oportunidade da questão, endossou – pelo que se sabe com alguma razão – as responsabilidades para o PS. Mas não deu – como lhe era exigido – resposta à definição de um prazo concreto para resolver o que reconheceu ser um problema.

No entanto, face aos contornos pouco claros que rodeiam o assunto, o ministro

dos Assuntos Parlamentares expressou a disponibilidade do Governo para aprofundar o seu esclarecimento em sede de comissão parlamentar.

Adquirido como certo e na origem do problema, como explicou Lino de Carvalho, está o facto de o Executivo anterior ter entregue em Outubro de 2001 o processamento informático do registo dos salários (anteriormente executado pelos antigos Centros Regionais de Segurança Social) a uma empresa privada.

Cobrando pelo seu trabalho seguramente um elevado valor, a verdade é que aquela empresa privada tem revelado não ter capacidades suficientes para dar resposta ao serviço. O que só veio, como foi dito, agravar a «complexa e burocrática cadeia», com prejuízo para os serviços da Segurança Social e para os beneficiários.

«Este é um caso-estudo da burocracia e de como o afã de se criarem estruturas paralelas na Administração Pública e de se privatizarem serviços e funções só multiplicam os encargos para o Estado e agravam a solução dos problemas», sublinhou Lino de Carvalho.

Audição pública evidencia repúdio pelo pacote laboral

Esclarecer, intervir e lutar

Está agendada para o próximo dia 9 de Outubro a interpelação do PCP ao Governo sobre a situação social e o pacote laboral. A audição pública no Parlamento foi um momento importante na preparação daquela iniciativa e na actual batalha de esclarecimento em que está empenhado todo o Partido.

Perante a presença de cerca de centena e meia de representantes de comissões de trabalhadores, sindicatos, associações de deficientes, uniões sindicais e CGTP-IN o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, reiterou o apoio dos comu-

O pacote laboral é um projecto retrógrado e brutal contra os trabalhadores

es que justificam a firme e total oposição do PCP aos propósitos do Governo e do patronato materializados no pacote laboral.

«Pela nossa parte estamos disponíveis para ir para a luta e dar apoio às formas de acção que os sindicatos entenderem con-

tra este inaceitável retrocesso», afirmou o dirigente comunista, para quem a iniciativa governamental exige uma combativa «intervenção e acção».

Falando na abertura dos trabalhos, numa introdução ao debate, realizado segunda-feira, Jerónimo de Sousa denunciou a «ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e as conquistas sociais», erigida

tal, aumentando a exploração, eliminando direitos individuais e colectivos que são pilares fundamentais do Direito do Trabalho».

Recordado por Jerónimo de Sousa foi ainda a perspectiva do PCP segundo a qual os «direitos dos trabalhadores que incorporam o Direito do Trabalho foram sempre elementos constitutivos dos avanços

como prioridade pelo Executivo PSD/PP, na qual se integra o pacote laboral e as alterações à Lei de Bases da Segurança Social.

Num quadro de agravamento social marcado pelo «aumento do desemprego, das precariedades e pelo ressurgimento dos salários em atraso», segundo o deputado comunista, a actual ofensiva, pela sua «filosofia, natureza, dimensão e objectivos» constitui um «projecto retrógrado e brutal contra os trabalhadores e os seus direitos».

E o que está em causa, alertou, é a alteração da «relação de forças nas empresas a favor do capi-



Os trabalhadores não baixarão os braços perante a brutal ofensiva do Governo contra os seus direitos, foi sublinhado na audição pública promovida pelo PCP



tal, aumentando a exploração, eliminando direitos individuais e colectivos que são pilares fundamentais do Direito do Trabalho».

Recordado por Jerónimo de Sousa foi ainda a perspectiva do PCP segundo a qual os «direitos dos trabalhadores que incorporam o Direito do Trabalho foram sempre elementos constitutivos dos avanços

civilizacionais da sociedade e são indissociáveis do progresso e do desenvolvimento do país».

Como, aliás, está consagrado na Constituição, sublinhou, exactamente «ao contrário do que o Governo quer». Executivo a quem Jerónimo de Sousa acusou de com a nova Lei de Bases da Segurança Social «querer comprometer e, se puder, destruir o sistema público e universal onde o grande ganhador seria o capital financeiro e em particular as grandes seguradoras».

No combate à evasão e fraude fiscal

O que falta é vontade política

Em matéria de combate à fraude e evasão fiscais o que continua verdadeiramente a faltar no nosso país não são as medidas legislativas mas sim a vontade política. É sobretudo desta que o País carece para alterar uma realidade que nos coloca como um dos países da União Europeia onde aquele fenómeno atinge maiores proporções e onde simultaneamente se regista um dos menores graus de eficiência da administração tributária, não obstante o

esforço dos seus profissionais.

Para esta ideia central chamou há dias a atenção o deputado comunista Lino de Carvalho. Estava-se no debate de um projecto de lei do PS sobre medidas tendentes a garantir a eficiência e a combater os que agem de modo fraudulento no plano das suas obrigações fiscais.

Medidas estas, sobretudo no plano da organização dos serviços tributários, que, por serem necessárias

e mesmo óbvias em muitos casos, já deveriam ter sido postas em prática há muito. E que dispensavam, para o efeito, de qualquer medida legislativa, como salientou o parlamentar do PCP, que, por isso mesmo, classificou nesta matéria a iniciativa do PS de «redundante».

Onde o nosso ordenamento jurídico peca por ausência – e esta sim, uma questão fundamental, na perspectiva dos comunistas – é na definição de um quadro legal que permita o

acesso da administração fiscal às informações protegidas pelo sigilo bancário. Ora, neste capítulo, surpreendentemente, como foi dito, o PS não só nada fez enquanto foi Governo como ignorou por completo tal questão no projecto agora apresentado.

O que levou o parlamentar comunista a concluir que

nem o PS nem o PSD-CDS «mostraram ou mostram qualquer simpatia por esta opção». Na acção destes partidos, acusou, falar de combate à fraude e evasão fiscais é ficar-se «pelas palavras e pelas intenções».

«É por isso que continuamos a ser o País dos «bibis», das «Modernas» e das «Amostras», ironizou

Lino de Carvalho, depois de ter desmontado o argumento de que a abertura do sigilo bancário provocaria a desconfiança e a fuga de capitais. «Basta perguntar por que razão esse fenómeno não sucede na generalidade dos países da União Europeia onde há muito está assumida esta possibilidade», disse.

Uma vergonha

Levados a debate pela bancada do PCP foram alguns exemplos concretos que atestam bem o estado a que se chegou em matéria de fraude e evasão fiscais. Citado foi o facto de dois terços das empresas (mais de 140.000) não pagarem sistematicamente o imposto sobre os lucros (IRC).

No IRS, idêntica fuga ocorre sobretudo nos rendimentos do trabalho independente e dos rendimentos comerciais e industriais.

No IVA, o fenómeno atinge especialmente as transacções intracomunitárias, o mesmo sucedendo nos Impostos Especiais de Consumo, com a enorme proliferação de entrepostos fiscais.

Situações irregulares estão igualmente identificadas nos benefícios fiscais sem função social ou reprodutiva como sucede, por exemplo, em muitos dos benefícios contratualizados.

Foram por isso oportunas algumas perguntas formuladas por Lino de Carvalho. A que nenhuma outra bancada deu resposta. Como a de saber qual a razão que impede o avanço da «revisão dos benefícios fiscais não justificados, designadamente os que são concedidos em sede de operações financeiras e cambiais, em processos de privatização de empresas, em planos de poupança, acções ou em operações contratualizadas que não obedeçam a estritos critérios de apoio ao investimento produtivo ou orientador para regiões carenciadas». Ou ainda por que é que não se revêem as mais significativas componentes negativas da base tributável em IRC. Ou por que é que se «hesita e não se avança na criação do imposto sobre o património que tribute as grandes fortunas».

A situação fiscal de Portas PCP não desiste de obter esclarecimentos

O Grupo Parlamentar do PCP pediu ao presidente da Assembleia da República para que interceda junto da ministra das Finanças no sentido de esta prestar esclarecimentos, com urgência, tal como já lhe havia sido requerido, sobre a situação fiscal das empresas geridas pelo líder do CDS-PP, Paulo Portas,

enquanto manteve ligações à Universidade Moderna.

Na carta dirigida a Mota Amaral, o líder parlamentar do PCP, Bernardino Soares, justifica a insistência com o facto de continuar sem resposta o pedido de esclarecimentos anteriormente formulado em requerimento a Manuela Ferreira Leite, em 19 de Setembro, sobre a

situação fiscal das empresas «Amostra» e «Boas Festas», ambas geridas por Paulo Portas.

«A relevância da matéria», no entender do PCP, justifica não só a sua insistência na obtenção de esclarecimentos sobre o assunto como o pedido de que ao mesmo seja dado um carácter de urgência.

• Ilda Figueiredo

Pacto de Estabilidade e política classista

O Pacto de Estabilidade, com as suas consequências directas e indirectas, tem sido o argumento mais utilizado em Portugal para justificar as políticas desastrosas e classistas do Governo de Durão Barroso e Paulo Portas. Sendo certo que Portugal se comprometeu a cumprir critérios nominais que todos sabiam ser desajustados da nossa realidade económico-social, a verdade é que o governo português, em vez de insistir na sua revisão, dramatizou o cumprimento do défice orçamental e utilizou-o para justificar as suas políticas anti-sociais de cortes absurdos em áreas como a educação e a saúde, acabar com o crédito bonificado para habitação de jovens, rescindir contratos e impor tectos salariais aos trabalhadores da função pública. Ao longo do tempo temos vindo a afirmar a nossa oposição a esta política classista que o Pacto de Estabilidade, a pretexto da introdução do euro, tem facilitado. No entanto, pela primeira vez, nota-se alguma cedência dos responsáveis da União Europeia relativamente à falta de racionalidade económica, à arbitrariedade e incongruência de critérios nominais que estabelecem o mesmo limite para o défice de Estados-membros com níveis de desenvolvimento diferente e, por isso, com necessidades também diferenciadas.

Embora seja ainda uma posição tímida, creio estar aqui o princípio do fim de um Pacto de Estabilidade que tem objectivos sobretudo políticos, contribuindo para a aceleração do processo de privatizações, o desmantelamento dos serviços públicos, a entrega a lógicas de rentabilização privada dos sistemas de pensões, saúde e educação, além da moderação salarial, e servindo de pretexto para os mais graves atentados aos direitos dos trabalhadores, como está a acontecer em Portugal. No momento em que se está a preparar o orçamento da União Europeia para 2003, na base de uma proposta que é a mais baixa dos últimos dez anos (apenas 1,01% do PNB, quando se perspectivava 1,08% e podia atingir 1,27% nos termos da Agenda 2000, surgida no Acordo de Berlim), a Comissão Europeia analisou a situação das finanças públicas de quatro países e admitiu, pela primeira vez, adiar a obrigação do défice zero para 2006.

Deste modo, Portugal, França, Itália e Alemanha conseguiram a tal folga de dois anos para anularem os respectivos défices orçamentais, o que, naturalmente, não se deve aos problemas das finanças portuguesas mas sim às enormes dificuldades que as poderosas economias alemã e francesa estavam a enfrentar com a continuada desaceleração da economia internacional, incluindo a europeia e a americana.

A Comissão Europeia justifica a sua inversão da estratégia com o arrefecimento da economia europeia, que crescerá este ano menos de um por cento (contra uma previsão de 1,4%) e no próximo continuará abaixo dos três por cento de que se falava na Cimeira de Lisboa.

No entanto, é bom ter em conta que esta reviravolta na posição da Comissão Europeia não resulta de considerar que o orçamento representa um instrumento determinante e estruturante da execução da política económica-social e de resposta a choques económicos, mas, sim, para prevenir contra crises políticas que se adivinham se não forem cumpridas algumas promessas sociais.

É que a rigidez monetária e orçamental limitou o cabal aproveitamento das oportunidades de crescimento económico na União Europeia, não permitiu dar resposta aos níveis elevados de desemprego, às desigualdades, exclusão social e pobreza, o que criou problemas em vários países e, sem dúvida, contribuiu para aumentar as pressões sociais contra critérios de convergência nominal que não têm qualquer credibilidade.

De facto, a sua aplicação não conduziu a um maior rigor orçamental. Fomentou, sim, práticas de «contabilidade criativa» que ajudam a minar a credibilidade da aplicação dos dinheiros públicos, quando o que se precisava era de um sector público dinamizador com forte investimento para atingir um elevado grau de convergência real.

Registe-se, ainda, que cortes orçamentais cegos contribuíram para uma baixa execução dos fundos estruturais quando estes são o único instrumento de redistribuição comunitária dos Estados-membros mais ricos para os mais pobres. Só que, após a aprovação da Agenda 2002, onde foi incluída a regra «n+2» – cláusula, guilhotina –, prevendo que as verbas possam ser canceladas, dois anos após a sua autorização, em caso de não execução, a situação tornou-se mais grave. O Comissário Barnier alertou para a situação de Portugal, antes das férias de verão, afirmando que cerca de 400 milhões de euros destinados ao nosso país poderiam estar abrangidos por esta cláusula e que cerca de 11 programas operacionais estavam com execuções abaixo dos 50%. Segundo o Comissário, este risco poderá aumentar em 2003.

É neste quadro que inúmeros observadores afirmam a necessidade de revisão do Pacto de Estabilidade, o que igualmente evitaria a dupla injustiça da existência de um sistema de multas em caso de incumprimento. Mas, como o PCP tem defendido, o que se impõe com a maior urgência é a suspensão imediata do Pacto de Estabilidade, com os seus critérios actuais, para proceder à sua profunda revisão, nomeadamente para ter em conta as questões do desenvolvimento económico sustentável, do emprego com direitos e da aplicação de todos os direitos sociais, através da garantia de serviços públicos universais e de qualidade.

Por proposta nossa, na próxima sessão do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, na terceira semana de Outubro, teremos um debate sobre estas questões, na base de uma comunicação da Comissão. Esperemos que se consiga dar mais alguns passos no sentido da suspensão para revisão do Pacto de Estabilidade.

Proposta de orçamento comunitário é o mais baixo dos últimos dez anos

Abaixo da inflação

Para o próximo ano, a União Europeia quer cortar despesas a todo o custo propondo um orçamento que nem sequer cobre a inflação prevista para 2003

O crescimento das despesas apontado fica-se pelo 1,01 por cento, valor que é o mais baixo dos últimos dez anos, ficando aquém da inflação que deverá atingir os 1,9 por cento. Em termos reais, regista-se portanto uma redução face ao orçamento de 2002.

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu alertam que «o actual espartilho orçamental» e a não revisão das perspectivas financeiras da UE têm como consequência uma política de redistribuições e de cortes por exemplo ao nível das despesas administrativas das instituições comunitárias».

Assim, poderá estar em causa a garantia do aumento ou mesmo da manutenção do número de línguas oficiais na UE, bem como as prioridades do orçamento serão desviadas das questões do emprego e assuntos sociais.

Igualmente afectada é a política de desenvolvimento e cooperação, uma vez que as ajudas de pré-adesão para os países mediterrânicos, o financiamento da reconstrução do Afeganistão e mesmo a previsão de uma almofada financeira para um eventual ataque ao Iraque virão desta categoria orçamental.

Esta política já afectou este ano Timor Leste, efeito que o deputado, do PCP, Joaquim Miranda, num esforço com outros grupos políticos e deputados, tentou atenuar insistindo numa proposta que visa repor os meios do orçamento deste ano e combater os drásticos cortes propostos para 2003 (68%).

Quanto à reforma da Política Comum de Pescas, a deputada Ilda Figueiredo, no seu relatório de parecer ao orçamento de 2003, rejeita a proposta da Comissão Europeia

de reorientação dos fundos de modernização da frota para o abate de embarcações. A deputada do PCP exige ainda o cabal financiamento dos 27 milhões de euros remanescentes para compensar a frota portuguesa e espanhola afectada pelo fim do Acordo de Pescas com Marrocos.

O PCP considera ainda negativa a inclusão de uma nova cláusula que permite o cancelamento das verbas dos fundos estruturais dois anos após a sua autorização em caso de não execução.

Em contrapartida, é positiva a proposta de criação de um fundo de solidariedade comunitária para fazer face a catástrofes, recordando os deputados do PCP que desde 1996 têm vindo a fazer propostas neste sentido, as quais foram sempre rejeitadas. Neste contexto, reapresentaram a sua proposta de criar um fundo específico para fazer face às calamidades no sector agrícola, particularmente crises alimentares e catástrofes naturais.

UE falha estratégia do emprego

O balanço de cinco anos da estratégia do emprego, realizado na passada semana pelo Parlamento Europeu, mostra grandes insuficiências as quais se traduzem em primeiro lugar na manutenção de elevados níveis de desemprego, que continua a ser uma das principais causas de exclusão social.

Numa leitura do relatório Herman Schmid, a deputada, do PCP, Ilda Figueiredo, constatou que «a maior parte do emprego criado foi precário, a tempo parcial ou de prazo muito reduzido e sem a garantia do cumprimento de igualdade de direitos e oportunidades».

A persistência do desemprego de longa duração surge assim associada ao crescimento do trabalho precário e mal pago, fenómenos que afectam particularmente as

mulheres, cujos salários médios continua a ser bastante inferiores aos dos homens, enfrentando igualmente maiores dificuldades na promoção a cargos superiores e de chefia.

Uma das causas do fracasso da estratégia encontra-se, como frisou Ilda Figueiredo, na «manutenção das políticas restritivas do Pacto de Estabilidade, no corte nos investimentos públicos e na insistência das privatizações, designadamente dos serviços públicos». Esta orientação, acrescentou, «remete para segundo plano as políticas sociais e de criação de emprego».

A deputada criticou ainda as políticas comunitárias na área da concorrência, das pescas e da agricultura, que não tem em conta as pequenas e médias empresas, as

explorações familiares e a pesca artesanal. As reestruturações e deslocalizações de empresas, designadamente de multinacionais contribuem também fortemente para agravar o desemprego «com total desrespeito pelos direitos dos trabalhadores».

Significativo é ainda que «na generalidade dos Estados-membros haja um desconhecimento da estratégia europeia para o emprego e que nos seus planos nacionais não haja objectivos quantitativos, designadamente quanto a taxas de emprego para as mulheres, como definido na Cimeira de Lisboa».

Por último, a deputada notou que estes planos não passam pelos parlamentos nacionais nem são submetidos a qualquer debate público.

Tribunal Penal Internacional Europa aceita imunidade americana

Os países membros da União Europeia admitem a possibilidade de serem estabelecidos acordos bilaterais com os Estados Unidos que excluam o seu pessoal enviado para missões internacionais, da jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI).

Embora a decisão de firmar acordos bilaterais pertença agora a cada estado, que deverá avaliar a sua própria situação, o acordo de princípio representa um claro recuo

da União Europeia nesta matéria que contrasta com as ríspidas reprimendas feitas a países candidatos como a Roménia, os quais ainda recentemente cederam às pressões norte-americanas subscrevendo acordos de imunidade com os Estados Unidos.

Por outro lado, com a exclusão dos Estados Unidos, o país que mais intervenções militares realiza no planeta, qualquer hipótese de credibilizar a instância penal

internacional fica igualmente excluída.

Organizações como a Amnistia Internacional ou a Human Rights Watch já protestam contra esta decisão que permite aos quinze engrossarem a lista dos países que aceitam a imunidade dos EUA, juntando-se à já referida Roménia, Israel, Tadjiquistão, Honduras, Índia, Uzbequistão, Mauritânia, Ilhas Marshal e República Dominicana.

Franceses contestam privatizações

Na semana em que o parlamento francês inicia o debate sobre alteração do horário semanal das 35 horas, os sindicatos das empresas estatais de energia EDF (electricidade) e GDF (gás) convocaram para hoje, quinta-feira, uma grande jornada de luta contra os projectos de privatizações elaborados pelo Governo de direita para este sector.

À greve convocada esperava-se uma adesão superior a 80 por cento, aguardando-se que mais de 60 mil trabalhadores desfilassem pelas ruas de Paris. Várias estruturas sindicais da Air France anunciaram greves em protesto contra a venda da participação do Estado na empresa, enquanto outros sindicatos de grupos detidos total ou parcialmente pelo estado (caso da France Telecom, La Poste e SNCF) garantiram a sua presença nas manifestações.

Entre outras consequências, a privatização da EDF e da GDF implica profundas alterações no sistema de pensões, comum às duas empresas que têm um regime mais favorável. O governo pretende equiparar o sistema ao regime geral e aumentar a percentagem actual de contribuições de 7,8 por cento do salário para 11 o 12 por cento para aliviar as contabilidades dos dois gigantes energéticos e torná-los mais atractivos para os investidores na bolsa.

Polónia referenda adesão

A Polónia deverá referendar a sua adesão à União Europeia em Maio do próximo ano. As sondagens mais recentes indicam que cerca de 70 por cento dos polacos que querem participar no referendo têm a intenção de votar «sim», no entanto, o resultado só será válido se a participação ultrapassar 50 por cento dos eleitores inscritos.

Operários manifestam-se na Suíça

Cerca de três mil operários da construção civil manifestaram-se, sexta-feira, na cidade de Zurique, em frente da sede da Sociedade dos Empreiteiros e Construtores Suíços, para exigir a reforma aos 60 anos. A comunidade portuguesa, que constitui um quarto dos cerca de 100 mil trabalhadores da construção civil, esteve «muito bem representada» nesta acção, segundo referiu, à Agência Lusa, Manuel Beja, dirigente do Sindicato da Indústria e Construção (SIB). Os sindicatos, que já colocam a hipótese de recorrer à greve, pretendem obrigar o patronato a cumprir o acordo firmado anteriormente que previa a entrada em vigor do Contrato Colectivo de Trabalho para a Reforma Antecipada na Construção a partir de 1 de Julho de 2002.

Polícia reprime manifestações em Washington No país da «liberdade»

Na abertura da Assembleia Geral do FMI, na sexta-feira, um forte aparato policial controlava as ruas de Washington. Perto de um milhar de manifestantes foram detidos e nem médicos e jornalistas escaparam.

Apesar do gigantismo do dispositivo policial, activistas vindos de várias partes do mundo voltaram a manifestar-se no sábado e no domingo contra as políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

Muitos milhares participaram nas várias iniciativas e marchas, onde todo o tipo de protestos se fizeram ouvir, sobressaindo as críticas ao capitalismo e ao imperialismo norte-americano. A generalidade das agências referiu a detenção de 650 pessoas, na sexta-feira, e de mais quatro no sábado. No entanto, nos sites das organizações participantes, os números sobem e acrescentam-se pormenores que passaram despercebidos aos grandes meios de comunicação.

Envoltos por nuvens de gás lacrimogéneo, várias pessoas foram feridas por bastonadas da polícia metropolitana de Washington DC, que reprimiu de forma violenta todas as manifestações espontâneas que se realizaram na capital dos EUA.

Procurando novas formas de romper a proibição, os activistas expressaram seu protesto através do «Passeio de bicicleta da massa crítica», com o intuito de engarrafar o trânsito automóvel. Outros despiram-se. Quase todos foram detidos pela polícia.

Na noite de sexta-feira, vários jornalistas, com credenciais de imprensa, entre eles três fotógrafos, um colaborador da revista Time, dois do Centro de Média Independente (IMC) de Washington e quatro dos IMC de outras cidades norte-americanas, foram detidos no país da «liberdade de imprensa» quando exerciam a sua profissão.

As detenções a torto e a direito não pouparam sequer 12 profissionais de saúde (médicos, paramédicos e enfermeiros) que foram igualmente detidos quando assistiam feridos ou desmaiados por efeito dos gases.

A memória de Seattle

As autoridades norte-americanas podem alegar a possibilidade de novos atentados terroristas para tentar justificar o enorme dispositivo policial que ocupou a cidade, reavivando o fantasma do 11 de Setembro. Como que a fundamentar esta tese, a imprensa local noticiou que quatro manifestantes anti-globalização foram detidos, na noite de sábado, quando alegadamente fabricavam bombas artesanais. Afinal, eram algumas caixas metálicas carregadas de pregos e bombas de fumo, artefactos destinados a serem lançados nas ruas para atingir os pneus das viaturas policiais.

Não passando a ameaça terrorista de um mero pretext-

então não tem parado de crescer.

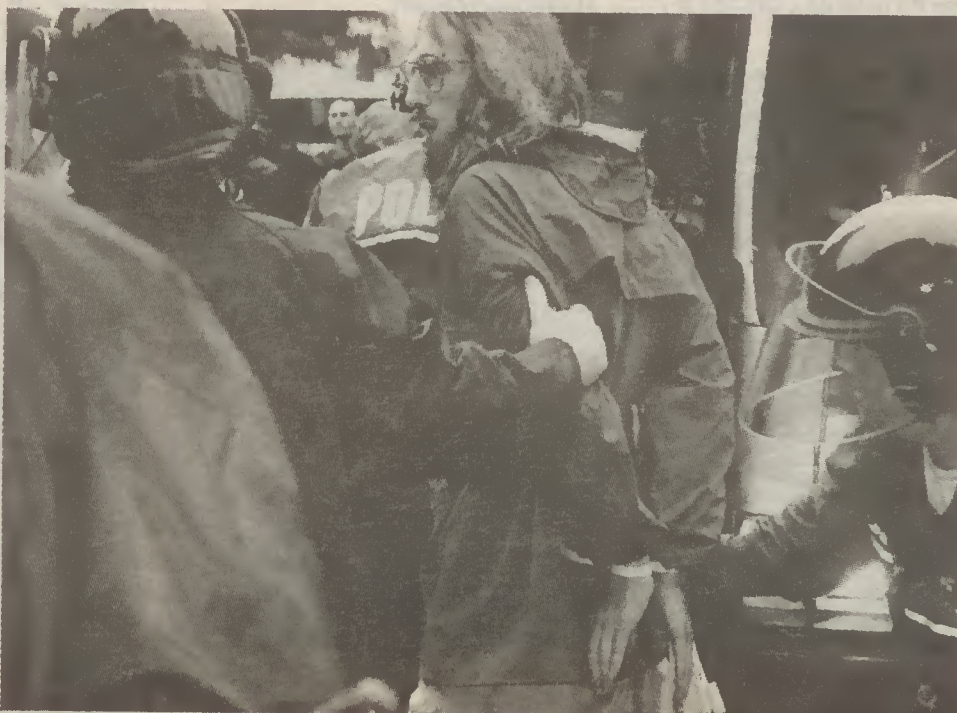
Num momento em que à crise norte-americana se somam as recessões europeias e japonesa, cuja economia estagnou há mais de dez anos, com efeitos devastadores em muitos países em desenvolvimento; depois de várias fraudes financeiras que levaram à falência colossos industriais lançando no desem-

FMI e BM prometem ajuda à Argentina e um plano para prevenir crises económicas

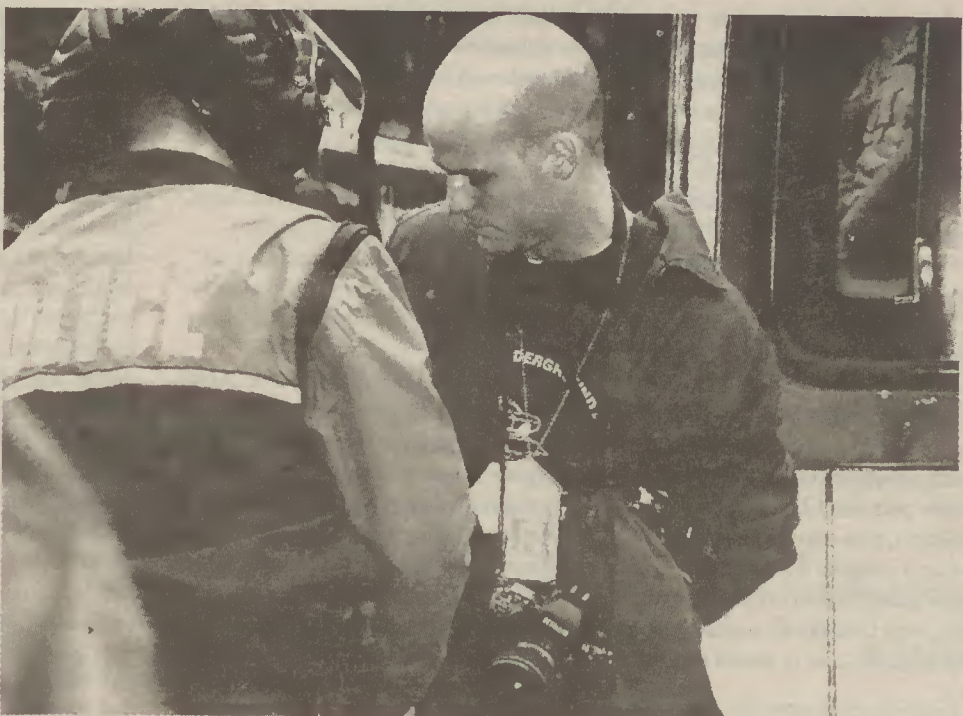
prego centenas de milhares de norte-americanos, muitos dos quais viram reduzidos a nada dos seus fundos de pensões, era previsível que o tom anti-capitalista das manifestações se acentuasse, adquirindo uma ressonância interna que outras acções anteriores não tiveram. E foi o que aconteceu. Desta vez a polícia mostrou-se à altura.



Os meios colocados à disposição da polícia de Washington DC levariam a crer que se preparara para combater um verdadeiro exército nas ruas da capital dos EUA



Nenhuma manifestação não autorizada se realizou e as detenções efectuadas na sexta-feira ultrapassaram o milhar



Ninguém escapava à fúria policial, mesmo médicos e jornalistas devidamente credenciados

Comunistas agendam debate

Por iniciativa dos deputados do PCP no Parlamento Europeu e do Grupo Com/federal Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, onde se integram, a Conferência de Presidentes do PE agendou um debate sobre o pacto de Estabilidade para a sessão plenária de 21 a 24 de Outubro, em Estrasburgo.

O debate tem particular importância num momento em que a aplicação do Pacto de Estabilidade está a provocar grandes dificuldades em diversos países da UE, designadamente em Portugal.

França mantém défice

O governo francês assegurou a Comissão Europeia de que se manterá fiel aos compromissos do Pacto de Estabilidade, mas não irá alterar o défice público de 2,6 para o próximo ano, considerado demasiado elevado pelas autoridades europeias. Para além de fortes investimentos na polícia, forças armadas e na justiça, o governo gaulês decidiu uma nova redução de um por cento no imposto sobre rendimentos, que se soma à de cinco por cento decretada após a vitória eleitoral de Junho.

Itália aumenta despesa

O governo italiano reviu em alta a sua previsão de défice público para 2002, que deverá atingir os 2,1 por cento do produto Interno Bruto, um aumento de 0,1 por cento face à previsão anunciada semanas antes. O orçamento para 2003, aprovado na segunda-feira pelo Conselho de Ministros, preconiza a racionalização da despesa pública e a redução do imposto sobre rendimentos. Revista em baixa foi ainda a expectativa de crescimento económico que não deverá ultrapassar os 0,6 por cento este ano, subindo para 1,5 por cento em 2003.

UE vai ajudar sector naval

O Conselho da Competitividade, reunido na segunda-feira, decidiu denunciar perante a Organização Mundial do Comércio a política de preços da Coreia do Sul na construção naval, e activar já este mês o mecanismo temporal de defesa, desbloqueando assim ajudas estatais ao sector. Esta é a reacção de Bruxelas à agressividade comercial sul-coreana, país que é acusado de estar a praticar preços abaixo dos custos reais, pondo em perigo a sobrevivência do sector naval europeu. A Coreia do Sul é actualmente o maior construtor naval detendo entre 30 e 35 por cento do mercado mundial.

Uma história manchada de sangue Solidariedade com a Palestina

Assinalando o 2.º aniversário da Intifada, o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) promoveu, sexta-feira, ao final da tarde, na Rua Augusta, em Lisboa, um momento de solidariedade com o povo palestino. Milhares de documentos, distribuídos a quem por lá passava, davam conta da situação explosiva que se vive actualmente na Palestina.

O exército israelita lançou, nos últimos dias, uma nova e brutal ofensiva contra as instalações da Autoridade Nacional Palestiniana, ameaçando deliberadamente a vida do presidente Yasser Arafat. Ao mesmo tempo, verifica-se um recrudescimento da repressão contra as manifestações e protestos legítimos do povo palestino em todos os territórios ocupados. Esta nova ofensiva prolonga o que tem sido uma sistemática e desumana campanha, cujo o único objectivo é destruir a resistência do povo da Palestina e

afogar em sangue os seus direitos internacionais reconhecidos. «Hoje faz dois anos que se reiniciou o levantamento de todo o povo palestino face à provocação de um criminoso de guerra, Ariel Sharon, que invadiu um local sagrado de todos os muçulmanos, da nação árabe e dos palestinianos na esplanada das mesquitas», disse Domingos Lopes, vice-presidente do CPPC, às centenas de pessoas que assistiam à iniciativa. No encontro estiveram também presentes António Filipe, António Abreu e Bernardino Soares. «Estas provocações compreendem-se melhor se lembrarmos os massacres de Sabra e Chatila no Líbano e de que se pretende não só pôr em causa todos os acordos celebrados até essa data, mas liquidar em sangue toda a resistência e toda a luta de um povo, que é o povo palestino. Um povo que luta pelo direito nacional e pela retirada das tropas israelitas dos territórios de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Leste», continuou Domingos Lopes.

«Ainda agora, em Nova Iorque, numa reunião da ONU, saiu a decisão de lutarmos por todos os meios, na ONU e fora dela, para por fim à ocupação israelita. Temos que lembrar às pessoas que existe um conflito, existe uma guerra, existe uma ocupação», disse.

No encontro o Conselho Português para a Paz e Cooperação apelou à opinião pública nacional para que se manifeste no sentido de repúdio pela acção criminosa do governo de Ariel Sharon e por uma solução política justa para o Médio Oriente que respeite os direitos do povo da Palestina.

«Nós, CPPC, acreditamos que é importante que a nossa solidariedade não falte, que em Portugal possamos perceber a importância de pressionarmos o primeiro-ministro Durão Barroso, tão submisso ao George W. Bush, a Assembleia da República e o próprio Presidente da República, para que Israel não possa continuar nesta base perfeitamente irracional», acrescentou o vice-presidente do CPPC. «Há alguns anos ninguém acreditava que o apartheid caísse, e caiu, que Timor-Leste vencia, e venceu. A Palestina também vai vencer. Estamos aqui para dizer: Basta! É possível, se nós quisermos, e se formos capazes de nos mobilizar, de parar esta máquina de guerra», concluiu Domingos Lopes.



“Esta luta heróica tem de dar frutos”



Hanan Awad
em
declarações
ao Avante!

«Apesar da gravidade da situação que se vive na Palestina, o presidente Yasser Arafat fez questão que uma delegação palestiniana participasse na Festa do Avante!, para manifestar o seu apreço e reconhecimento pela solidariedade do PCP e do povo português com a causa palestiniana.» As palavras são de Hanan Awad, conselheira cultural de Arafat e presidente da União de Escritores palestinianos, em declarações ao Avante!. Sensibilizada com o monumento à Palestina que este ano marcou de forma indelével a 26.ª edição da Festa, Hanan Awad sublinhou que as pedras simbolizam a resistência e a luta do povo palestiniano pela sua liberdade e independência, mas não deixou de lembrar que a imagem do seu povo «é uma flor, sinónimo de luta, sangue e sacrifício», mas também do «espírito do amor e da amizade com os povos de todo o mundo». Foram esses princípios que presidiram,

segundo Hanan Awad, aos entendimentos dos palestinianos com todas as forças de esquerda a nível mundial, incluindo as de Israel. «Infelizmente, nos últimos dois anos, a esquerda israelita respondeu com o silêncio aos massacres de que o povo palestiniano tem sido vítima», diz Awad, lembrando que «a paz dos bravos» proposta por Yasser Arafat radicava na esperança de que as forças de esquerda se mobilizassem para a paz na região. Não foi o que sucedeu. O governo israelita, dirigido por Ariel Sharon, «está a destruir todos os passos que foram dados para a paz, e a esquerda só nos tem dado palavras de cortesia», lamenta a responsável palestiniana, sublinhando como têm sido manifestamente insuficientes as iniciativas para se alcançar um acordo de paz. O novo cerco a Arafat ilustra de forma dramática esta realidade. «O mundo civilizado assiste como espectador, e os movimentos da paz são incapazes de fazer

face a esta situação», diz Hanan Awad, que não hesita em classificar o cerco a Arafat e ao povo palestiniano como «crimes contra a humanidade e a dignidade». Garantindo que o povo palestiniano vai continuar a lutar, apesar das graves dificuldades que é forçado a enfrentar e dos escassos apoios com que pode contar, Awad sublinha que «as decisões e resoluções da ONU têm de ser implementadas porque dizem respeito ao direito internacional». Que não é fácil manter a confiança no futuro, confessa-o a escritora, mas a política é ainda capaz de «ver a luz ao fundo do túnel», sobretudo tendo em conta o exemplo do presidente da Autoridade Palestiniana, «um lutador» que ficará na história «como um herói», verdadeiro símbolo da luta do seu povo pela liberdade, pela independência, pela paz. Como afirma Hanan Awad, «esta luta tem de dar frutos».

Poucas nações terão sido amadas de forma tão desinteressada como a Palestina.

Quase todas as pátrias têm algo a dar, ainda que a dádiva se possa resumir ao ar, à água, à paisagem.

Aqueles que ainda a habitam, a Palestina não oferece mais do que a humilhação, a violência, a desfiguração, que acontecem sem eles, apesar da sua presença.

Aqueles que estão longe, ela apenas oferece recordações amargas, um conhecimento indirecto, do «diz-se que...» e nenhuma certeza de um dia repousarem no seu seio.

• Yasser Arafat



Vós que passais entre as palavras passageiras

1

Vós que passais entre as palavras passageiras
levai os vossos nomes e parti
Retirai do nosso tempo as vossas horas, parti
Extorqui o que quiserdes
do azul do céu e da areia da memória
Tirai as fotografias que quiserdes, para saber
que não sabereis
que as pedras da nossa terra
sustentam o tecto do céu

2

Vós que passais entre as palavras passageiras
Vós fornecéis a espada, nós fornecemos o sangue
vós fornecéis o aço e o fogo, nós fornecemos a carne
vós fornecereis outro carro, nós fornecemos as pedras
vós fornecéis a bomba lacrimogénea, nós fornecemos a chuva
Mas o céu e o ar -
são os mesmos para vós e para nós
Tomai pois o vosso quinhão do nosso sangue, e parti
ide jantar, festejar e dançar, depois parti
A nós cabe-nos defender as rosas dos mártires
a nós cabe-nos viver como queremos

3

Vós que passais entre as palavras passageiras
como a poeira amarga, passai por onde quiserdes
mas não passai no meio de nós como os insectos volantes
Nós temos que trabalhar na nossa terra
temos que cultivar o trigo
que o regar com o orvalho dos nossos corpos
Nós temos o que não vos agrada aqui
pedras e perdizes
Levai, pois, o passado, se quiserdes
ao mercado de antiguidades
e devolvei o esqueleto à poupa
num prato de porcelana
Nós temos o que não vos agrada
nós temos o futuro
e temos que trabalhar no nosso país

4

Vós que passais entre as palavras passageiras
empilhai as vossas ilusões numa cova abandonada, e parti
restituí as agulhas do tempo à legitimidade do bezerro de ouro
ou à cedência musical do revólver
Nós temos o que não vos agrada aqui, parti
Nós temos o que vós não tendes:
uma pátria que sangra, um povo que sangra
uma pátria útil para o esquecimento e para a lembrança

5

Vós que passais entre as palavras passageiras
é tempo de partirdes
de vos fixardes onde vos aprouber
mas não vos fixeis no meio de nós
É tempo de partirdes
de morrer onde vos aprouber
mas não morrais no meio de nós
Nós temos que trabalhar na nossa terra
aqui, nós temos o passado
a voz inaugural da vida
e temos o presente, o presente e o futuro
temos o cá em baixo e o lá em cima
Saí, pois, da nossa terra
da nossa terra firme, do nosso mar
do nosso trigo, do nosso sal, da nossa ferida
de todos os lugares, saí
das lembranças da memória
ó vós que passais entre as palavras passageiras

• Mahmud Darwich

(Tradução de Albano Martins, editada pela livraria «Modo de Ler»)

Desenho: Jorge Pinheiro

EUA bombardeiam Iraque

Aviões de guerra norte-americanos bombardearam, domingo, pela segunda vez em três dias, o aeroporto internacional de Basora, no Sul do Iraque, segundo autoridades de Bagdad. O Pentágono já confirmou a informação. Segundo um porta-voz do Ministério do Transporte e Comunicações, o ataque ocorreu de madrugada e causou sérios danos nas instalações do sistema de radar do aeródromo, que já tinha sido alvo de ataque na passada quinta-feira.

USFP vence em Marrocos

A USFP venceu as eleições legislativas em Marrocos ao obter o maior número de deputados à futura Câmara de Representantes, elegendo 45 parlamentares dos 325 que compõem o parlamento, segundo os resultados divulgados domingo. Segundo o ministro do Interior marroquino, numa declaração à imprensa, 22 das 26 formações políticas que concorreram elegeram deputados, tendo, depois da União Socialista das Forças Populares, do primeiro-ministro Abderrahman Youssouf, ficado em segundo lugar o partido Istiqlal, com 43 deputados. Em terceiro lugar ficou o PJD (Partido da Justiça e Desenvolvimento, islamita) e a União Nacional dos Independentes (RNI), ambos com 37 deputados.

Milosevic agiu a favor da paz

O ex-presidente jugoslavo Slobodan Milosevic disse na passada quinta-feira que agiu «a favor da paz e não como um protagonista da guerra» nos conflitos da Bósnia e Croácia. Milosevic falava no início da segunda fase do julgamento que decorre no Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia (TPI). Na sua declaração preliminar, Milosevic repetiu que não reconhece qualquer legitimidade àquele tribunal. A primeira fase do processo, que começou a 12 de Fevereiro, consagrou-se às responsabilidades do ex-chefe de Estado jugoslavo nos crimes cometidos no Kosovo em 1998 e 1999.

Presidenciais sérvias

O presidente sérvio, Vojislav Kostunica, e o economista liberal Miroljub Labus vão disputar a segunda volta das eleições presidenciais sérvias, agendada para 13 de Outubro, anunciou, domingo, o Centro Eleições e Democracia (CESID). Os últimos dados do CESID indicavam que Kostunica terá alcançado 31,2 por cento dos votos, contra os 27,7 por cento de Labus. Em terceiro lugar ficou o candidato ultranacionalista Vojislav Seselj com 22,5 por cento dos votos. A taxa de participação no acto eleitoral foi de 55,7 por cento, acrescenta o CESID.

Inspectores da ONU pensam regressar a Bagdad em fins Outubro, mas Washington e Londres continuam a preparar a guerra

Iraque em debate no Conselho de Segurança

O chefe dos inspectores de desarmamento da ONU para o Iraque, Hans Blix, apresenta hoje ao Conselho de Segurança os resultados das negociações de Viena.

Apesar de se dizerem muito preocupados com o alegado armamento de destruição maciça do Iraque, os EUA tentaram esta semana adiar o regresso dos inspectores da ONU àquele país.

A pretensão norte-americana foi apresentada segunda-feira à noite pelo secretário de Estado Colin Powell, a pretexto de que os inspectores de desarmamento deveriam aguardar a adopção, pelo Conselho de Segurança, de uma resolução definindo o novo regime de inspeções. A resposta chegou no dia seguinte através de

Melissa Fleming, que recorreu a Powell que os inspectores já têm um mandato do Conselho de Segurança para a sua missão.

Guerra contra o Iraque pode custar 9000 milhões de euros por mês

«Continuamos as discussões com base no nosso mandato e teremos garantidamente em conta qualquer directiva do Conselho de Segurança (...)

Devemos continuar como se fôssemos regressar», declarou Melissa Fleming, da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), organismo da ONU encarregado do desarmamento do Iraque, juntamente com a Comissão de Controlo, Verifi-

cação e Inspeção das Nações Unidas (COCOVINU).

Embora não se conheçam ainda pormenores, as negociações de Viena parecem ter sido produtivas, estando os inspectores na expectativa de poderem efectuar a sua primeira visita ao Iraque na terceira semana de Outubro.

Curiosamente, as negociações em Viena coincidem o crescendo das acusações ao Iraque por parte do presidente norte-americano, George W. Bush, e do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, que pretendem que o Conselho de Segurança aprove uma resolução com novas exigências a Bagdad. A expectativa de Washington e Londres é a de conseguirem fazer aprovar exigências inaceitáveis pelo regime iraquiano para assim «legitimarem» o ataque que se propõem desencadear.

Apesar dos esforços diplomáticos de Washington e Londres, países como a China, Rússia e França, que têm poder de veto no Conselho de Segurança, mostraram-se renitentes em apoiar a política anglo-saxónica, tanto mais que continua a não haver, até o momento, nenhuma evidência de que o Iraque possuía as armas de destruição maciça de que é acusado.

Contas à guerra

Entretanto, segundo a Lusa, o gabinete do orçamento do Congresso dos Estados Unidos informou esta semana que o custo de uma guerra contra o Iraque pode ascender aos 9000 milhões de euros por mês e que os seus preparativos e conclusão podem custar outros 20 000 milhões.

Na opinião do próprio responsável por aquele órgão, Dan Crippen, os cálculos são no entanto incertos, já que «dependem de muitos factores que se desconhecem de momento, como o número de efectivos envolvidos, a estratégia utilizada e a necessidade de reconstruir as infra-estruturas do Iraque».

Segundo o gabinete, o envio de forças norte-americanas para a região do Golfo custaria entre 9000 e 13 000 milhões e na conclusão do conflito, para fazer regressar os militares e equipamento, seriam gastos mais 5000 a 7000 milhões.

A estimativa dos custos foi apresentada antes da discussão e votação, prevista para esta semana, de uma resolução que autoriza Bush a utilizar a força militar para derrubar o presidente iraquiano Saddam Hussein.

Médio Oriente

Crianças vítimas da guerra

As crianças são as maiores vítimas da violência no Médio Oriente, denuncia relatório da Amnistia Internacional. O documento foi divulgado segunda-feira, no mesmo dia em que forças israelitas fizeram mais duas vítimas na cidade de Nablus.

«Tanto a Força de Defesa Israelita (IDF) como os grupos armados palestinos se mostram profundamente indiferentes às vidas de crianças e de outros civis», afirma o documento, que chama a atenção para a impunidade destes crimes. O Exército israelita, afirma a AI, não puniu soldados que responderam com o «uso ilegal e excessivo de força letal» às pedras atiradas por crianças em manifestações. Segundo o relatório, muitas

crianças foram mortas com tiros de tanques de guerra disparados de forma propositada e deliberada por soldados israelitas. De acordo com os dados da AI, nos últimos dois anos foram mortas mais de 250 crianças palestinas, 80 das quais apenas num mês.

As crianças israelitas também sofreram as consequências dos ataques suicidas levados a cabo por palestinos, ascendendo o número de vítimas a mais de 70. «Tanto o governo israelita como a Autoridade Palestiniana devem agir rápida e firmemente para investigar as mortes de cada criança e garantir que os responsáveis pelos crimes sejam levados à Justiça», defende a AI.

A organização de direitos humanos advoga ainda o envio

de observadores internacionais para a região, alegando que a sua presença poderia ter

«salvo a vida de crianças israelitas e palestinianas, bem como de outros civis». Esta

pretensão, subscrita pelos palestinianos, enfrenta a firme oposição de Israel.



As crianças são as maiores vítimas da guerra

EUA

41 milhões de pessoas sem assistência médica

Um total de 41,2 milhões de pessoas não dispõem de um sistema de assistência médica nos EUA, revela um estudo oficial do Centro Nacional do Censo, que registou igualmente o maior aumento em oito anos do número de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza.

Segundo Leighton Ku, representante do Centro sobre Orçamento e Políticas Prioritárias, com sede em Washington, os motivos que estão na base desta situação são conhecidos: «a economia está com dificuldades, o desemprego aumentou signifi-

cativamente em fins 2001, e os custos da saúde estão a subir».

De acordo com os dados agora vindos a público, um milhão e meio de adultos perdeu a cobertura de saúde privada no primeiro trimestre de 2002.

A maioria ficou sem emprego, sendo forçada a inscrever-se no Medicaid, o programa público de saúde destinado aos pobres. Considerado muito precário, de acordo com os padrões dos países desenvolvidos, o Medicaid é reservado a quem ganha menos de 450

dólares mensais, servindo normalmente a população indigente. O que se verifica, no entanto, é que as inscrições no Medicaid subiram de 29,5 milhões em 2000 para 31,6 milhões em 2001, e em mais de um milhão só no primeiro trimestre deste ano.

A situação agrava-se nos estados com menos recursos, que estão a reduzir os serviços prestados pelo Medicaid, restringindo seu alcance, o que provavelmente deixará mais pessoas pobres sem cobertura, segundo Leighton Ku.

Situação tende a piorar

Um artigo publicado no jornal «The Miami Herald» revela, por outro lado, que é a população de origem hispânica, o segmento populacional que cresce mais depressa nos EUA, quem tem mais possibilidade de ficar sem um plano de saúde. Segundo o jornal, em 2001, os imigrantes latino-americanos nestas condições ascendiam a 12,4 milhões, ou seja, 33,2 por cento desse segmento. Para os norte-americanos de origem asiática a taxa era de 18,2 por cento, e para a população branca não hispá-

nica 10 por cento (19,4 milhões de pessoas). Segundo os analistas, a tendência de aumento dos «sem convénio» de saúde tende a piorar, dado o custo crescente dos serviços médicos e dos medicamentos e a redução das despesas do governo com a saúde pública.

Ainda segundo a mesma fonte, que cita dados oficiais, o número de pobres nos EUA ascendia a quase 33 milhões no final de 2001, o maior valor dos últimos oito anos. A classe média também não foi poupada pela crise económica, o que acontece pela primeira vez na última década.

Milhares de intelectuais dos EUA apelam à resistência

Manifesto contra o imperialismo norte-americano

Mais de quatro mil artistas, intelectuais, académicos e dirigentes religiosos norte-americanos apelam à resistência contra a política belicista e repressiva de Bush.

«Que não se diga nos EUA que as pessoas não fizeram nada quando o seu governo declarou uma guerra sem limites e instaurou novas medidas repressivas. Os subscritores deste apelo convida-

dam a população a resistir às políticas e às directivas gerais que emergiram após o 11 de Setembro e que ameaçam gravemente os povos do mundo.» Assim começa o documento que conta, entre os seus subscritores, com Gore Vidal (escritor), Robert Altman (director de cinema), Susan Sarandon (atriz), Laurie Anderson (compositora, dramaturga), grupo Ozomatli (banda de rock de Los Angeles), Oliver Stone (director de cinema), Kurt Vonnegut (escritor) e Noam Chomsky (académico).

Os responsáveis por esta iniciativa dizem não reconhecer ao governo Bush o

Achamo-nos perante uma nova política imperial face ao mundo

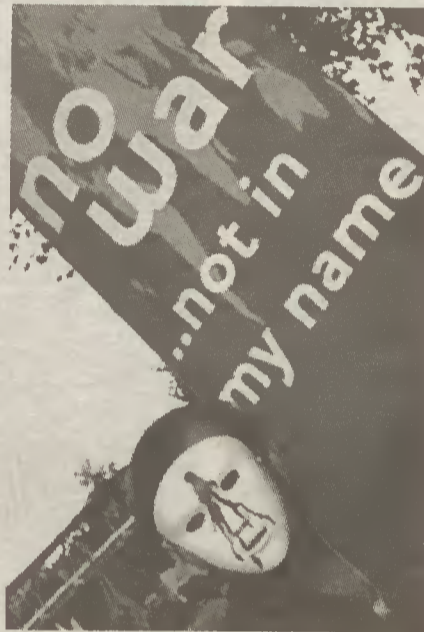
direito de falar em nome de todos os norte-americanos e apelam aos seus compatriotas para que lutem contra os desígnios agressivos da Casa Branca. Reproduzimos de seguida o texto na íntegra, traduzido para português a partir da versão espanhola publicada no jornal *La Jornada*.

Em nosso nome, não!

«Que não se diga nos EUA as pessoas não fizeram nada quando o seu governo declarou uma guerra sem limites e instaurou novas medidas repressivas. Os subscritores deste apelo convidam a



Também nos EUA cresce a oposição à guerra



prio destino, livres de qualquer coerção militar das grandes potências. Acreditamos que todas as pessoas presas ou perseguidas pelo governo norte-americano devem ter os mesmos direitos. Questionar, criticar e discordar são atitudes que devem ser valorizadas e protegidas.

«Acreditamos que as pessoas conscientes devem assumir a responsabilidade das acções dos seus governos, e opor-se em primeiro lugar às injustiças cometidas em seu nome. Convidamos todos os norte-americanos a resistir contra a guerra e a repressão lançadas sobre o mundo pela administração de Bush. É injusta, imoral e ilegítima. Fazemos uma causa comum com os povos do mundo.

«Observámos com angústia os terríveis acontecimentos do 11 de Setembro de 2001. Também chorámos os milhares de vítimas inocentes e horrorizámo-nos perante a terrível carnificina, que nos trouxe à memória cenas semelhantes em Bagdad, Panamá ou, há uma geração, no Vietname. Como milhões de norte-americanos, interrogámo-nos como era possível que uma coisa destas tivesse acontecido.

«Mas enquanto a dor estava apenas no começo, as

mais altas instâncias desencadearam o seu espírito de vingança. Escolheram um lema simplista: “os bons contra os maus”, que imediatamente foi adoptado pelos meios de comunicação submetidos e acobardados. Disseram-nos que o simples facto de fazer perguntas sobre estes terríveis acontecimentos roçava a traição. Não devia haver nenhum debate. Não havia lugar para dúvidas éticas ou políticas. A única resposta possível era a guerra no exterior e a repressão dentro de casa.

«Em nosso nome, a administração Bush, com a quase unanimidade do Congresso, atacou o Afeganistão e arrogou-se, com os seus aliados, o direito de destruir forças militares em qualquer lugar e momento. As brutais repercussões fizeram-se sentir desde as Filipinas à Palestina, onde os tanques e os bulldozers israelitas traçaram um terrível caminho de morte e destruição. E o governo dispõe-se agora a empreender uma guerra total contra o Iraque, país que não tem nenhuma relação com os factos do 11 de Setembro. Que espécie de mundo será este se se permitir ao governo dos Estados Unidos lançar comandos, assassinos e bombas onde quer que lhe apeteça?»

Manifestações pela paz

Mais de 400 000 pessoas manifestaram-se em Londres no último fim-de-semana, na maior manifestação contra a guerra dos últimos 30 anos. Como afirmou na ocasião o cineasta britânico Ken Loach, «não podemos aceitar esta guerra. Não podemos aceitar o assassinato de mais 100 000 iraquianos, apenas para satisfazer os interesses petrolíferos dos norte-americanos e a sua dominação na região».

Comunista e denunciaram os objectivos da guerra que os EUA preparam, gritando «As nossas vidas valem mais do que o vosso petróleo». A Itália, que se prepara para uma greve geral, a 16 de Outubro, contra os planos anti-sociais do governo Berlusconi, vai juntar às suas reivindicações o «Não à guerra».

Em Marselha, cerca de 10 000 pessoas manifestaram-se em solidariedade com o povo palestino, no último domingo, e denunciaram a política belicista de Bush.

Também em Sydney cerca de 1500 manifestantes clamaram contra a guerra, ao som de palavras de ordem como «Sangue por petróleo não» e «Bush é um carniceiro».

Em Washington, 3000 pessoas manifestaram-se, domingo, junto das embaixadas britânica e turca e da residência do vice-presidente Cheney, protestando con-

tra a guerra no Iraque.

Em São Francisco, os protestos juntaram 7000 manifestantes, fazendo ouvir duras palavras de ordem como «Deixem cair Bush, não bombas», e «Precisamos de outro regime nos EUA, não no Iraque».

população a resistir às políticas e às directivas gerais que emergiram após o 11 de Setembro e que ameaçam gravemente os povos do mundo.

«Acreditamos que as pessoas e as nações têm o direito de determinar o seu pró-

Repressão injusta e imoral

«Em nosso nome, o governo criou nos Estados Unidos duas classes de cidadãos: aqueles a quem pelo menos se promete os direitos básicos do sistema legislativo e aqueles que agora parecem não ter direito nenhum. O governo prendeu mais de mil imigrantes e encarcerou-os em segredo e sem limite de tempo. Centenas de pessoas foram deportadas e centenas continuam na prisão. Pela primeira vez em décadas os procedimentos de imigração submetem determinadas nacionalidades a um tratamento desigual.

«Em nosso nome, o governo desencadeou uma onda de repressão na sociedade. O porta-voz do presidente intimidou as pessoas dizendo que “tenham cuidado com o que dizem”. Os artistas, intelectuais e professores dissidentes vêem os seus pontos de vista distorcidos, atacados e silenciados. O chamado *Patriot Act*, juntamente com um sem-fim de medidas similares em diversos estados, dá à polícia novos e mais amplos poderes de investigação e sequestro, com cobertura de procedimentos secretos.

«Em nosso nome, o executivo usurpou constantemente os papéis e funções das outras áreas do governo. Uma

ordem executiva pôs em funcionamento tribunais militares. Uma assinatura presidencial basta para definir como “terrorista” um determinado grupo de pessoas. Devemos levar muito a sério os governantes quando falam de uma guerra que durará uma geração e de uma nova ordem. Achamo-nos perante uma nova política imperial face ao mundo e uma política interna que gera e manipula o medo para limitar os direitos.

«Há uma estratégia mortal nos acontecimentos dos últimos meses que deve ser vista como o que é, frente à qual há que resistir.

«Demasiadas vezes na história as pessoas esperaram para resistir até quando já era demasiado tarde. O presidente Bush declarou: “Ou conosco ou contra nós.” Esta é a nossa resposta: rejeitamos que fale em nome de todos os norte-americanos. Não entregaremos as nossas consciências a troco de uma falsa promessa de segurança. Dizemos: em nosso nome, não. Negamo-nos a fazer parte destas guerras e rejeitamos todas as acções empreendidas em nosso nome ou em nome do nosso bem-estar. Estendemos a mão aos que no mundo sofrem em consequência destas decisões.»

Unidade para enfrentar o desafio

«Mostraremos com palavras e actos a nossa solidariedade. Os subscritores deste apelo convidam todos os norte-americanos a unir-se a este desafio.

«Aplaudimos e apoiamos as propostas em curso, uma vez que reconhecemos a necessidade de fazer muito mais para pôr fim a esta loucura. Inspiramo-nos na decisão dos reservistas israelitas que, assumindo um risco pessoal, declaram que há um limite e se negam a servir em Gaza e nos territórios ocupados.

«Inspiram-nos numerosos exemplos de resistência e consciência que nos oferece a história dos Estados Unidos: desde os que combateram a escravatura até aos que puseram fim à guerra do Vietname desobedecendo a ordens, negando-se a incorporar-se nas fileiras e apoiando os que resistiam.

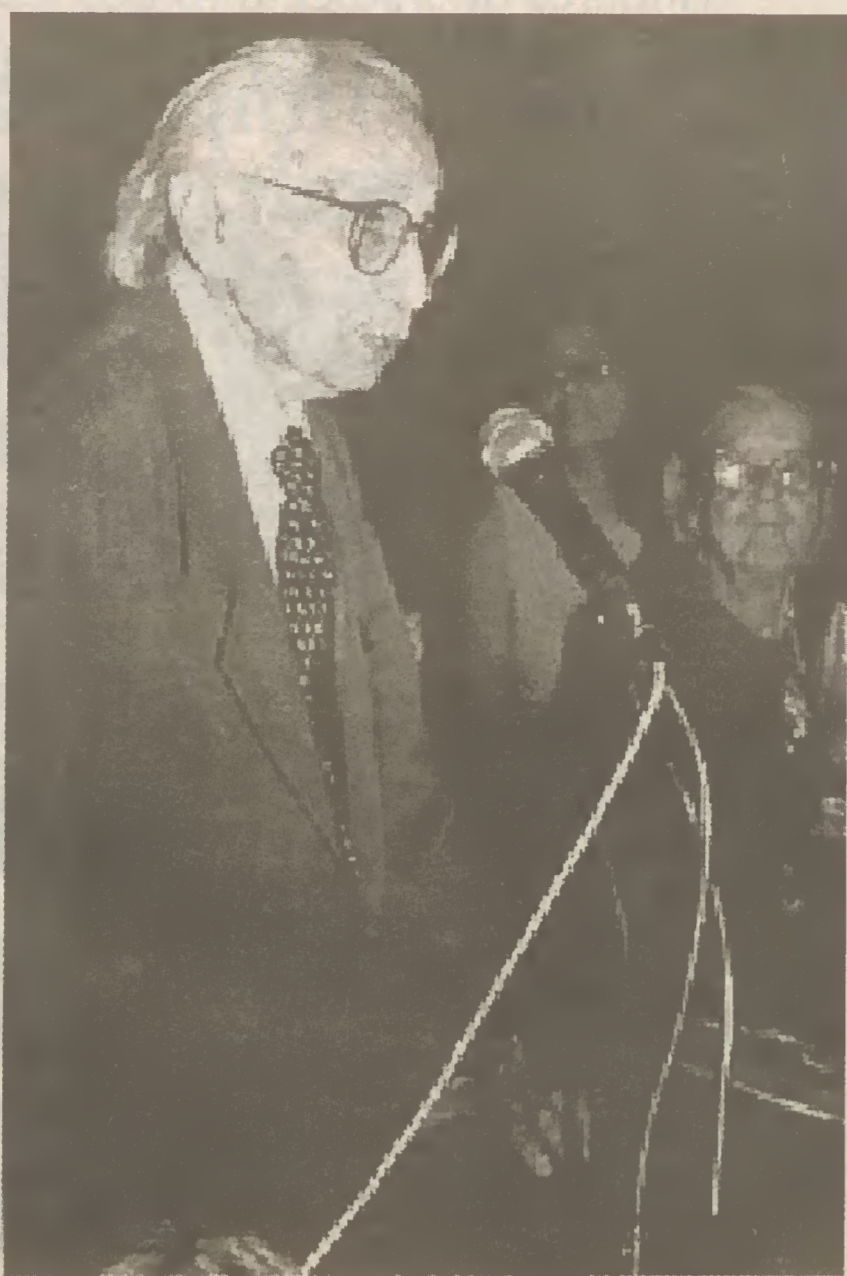
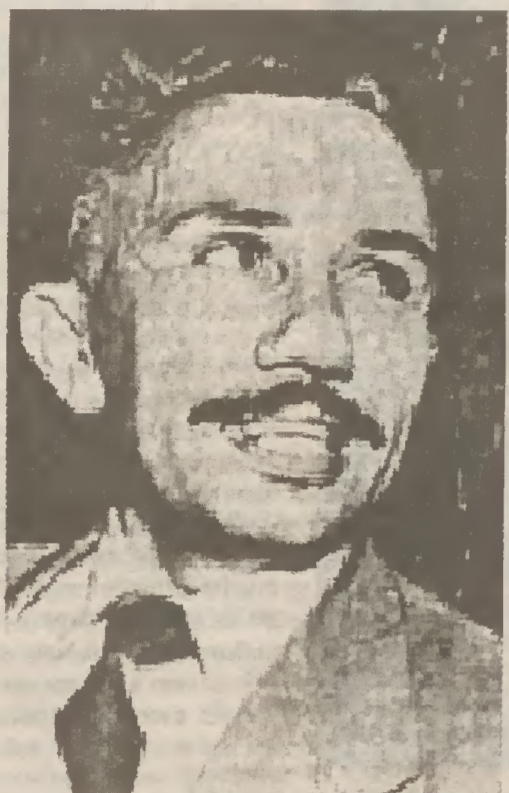
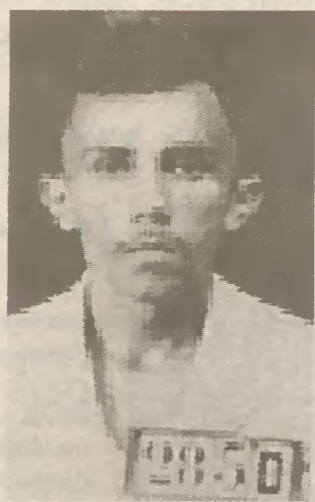
«Não permitiremos que o mundo que nos contempla se desespere pelo nosso silêncio e pela nossa incapacidade de acção. Fazemos com que possa sentir o nosso compromisso. Resistiremos face à máquina de guerra e à repressão e faremos tudo o for possível para a deter.»



Vindos de todo o país, os manifestantes fizeram ouvir palavras de ordem como: «Não ataquem o Iraque! Libertem a Palestina»; «Quem é terrorista? Blair é terrorista! Bush é terrorista!».

Em Roma, 100 000 pessoas responderam ao apelo da Refundação

● Miguel Urbano Rodrigues



João Amazonas, paradigma do revolucionário que responde aos sonhos da juventude que hoje recusa a hegemonia do sistema de poder imperial dos EUA e denuncia a ameaça que a sua irracionalidade agressiva representa para a humanidade, não está mais conosco. Mas o seu exemplo permanece como lição

João Amazonas

um revolucionário irrepertível

o seu comportamento como organização revolucionária no país onde se formou e actua. É a sua atitude no combate diário perante o inimigo – a classe dominante e o imperialismo –, a fidelidade aos objectivos traçados, o respeito pelo funcionamento interno da democracia socialista (tão espeznhado na URSS) e a permanente consciência de que o povo é o sujeito da história.

O PC do B terá sido desde o seu aparecimento o mais severamente criticado dos partidos da esquerda marxista brasileira, o mais maltratado pela *intelligentsia* burguesa, o mais ignorado pelos *mass media*. Apesar disso, foi o único que cresceu na luta. Não abdicou dos ideais, dos princípios e da prática comunista quando, nos anos 70 e 80, o PCB entrou no processo de degenerescência culminado com a renúncia ao nome e aos símbolos e com a metamorfose que deu origem ao Partido Popular Socialista – PPS, caricatura do antigo partido de Luiz Carlos Prestes.

Foi nesse contexto que a tríada formada por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar desempenhou um papel fundamental, dirigindo um pequeno e acoitado partido revolucionário. Foi com assombro que nas grandes cidades do Sul, submetidas ao terror da ditadura, se tomou conhecimento de que o Exército mobilizava milhares de homens para combater algures, nas selvas do baixo Araguaia, uma guerrilha fantasmática, de perfil quase legendário, que desafiava o poder de contornos fascizantes que oprimia o povo brasileiro.

Eram os combatentes da força que entraria na história com o nome de Guerrilha do Araguaia. Quase todos pereceram nessa trágica epopeia.

Ética e paixão no debate ideológico

Um quarto de século depois, em 1996, tive em Brasília o privilégio de participar, como ex-parlamentar português, numa audiência promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para ouvir depoimentos sobre a cha-

cin dos últimos guerrilheiros do PC do B, acto político em que a principal intervenção esteve a cargo de João Amazonas.

Não esqueço que nessa tarde, ao intervir na discussão, alertei os presentes para duas questões que me preocupavam e continuam, aliás, a preocupar, relacionadas com a ética e a paixão no debate ideológico travado dentro da esquerda, com o sectarismo e o dogmatismo e também com a coerência nas lutas revolucionárias.

Quase todos os que num passado relativamente próximo, como dirigentes ou simples militantes de partidos e organizações revolucionárias – e estavam na sala alguns – se tinham batido em múltiplas frentes contra a ditadura terrorista, haviam durante anos, reflectindo a atmosfera da época, não somente falado e actuado como se a estratégia do seu partido, na luta contra o inimigo comum, fosse não apenas a mais lúcida e adequada ao momento histórico como a única aceitável, mas assumindo também na crítica perante os companheiros de outros sectores da esquerda revolucionária uma atitude arrogante e dogmática.

Quantos não haviam, então, prejudicado com o seu sectarismo os objectivos por que se batiam? A grande maioria. Pelo que me dizia respeito, fazia ali acto de *mea culpa*.

Ora, contemplados já com algum distanciamento aqueles anos, chegava-se à conclusão de que nenhum partido tinha então concebido, como os factos demonstraram, uma estratégia infalível que levasse à vitória. Nem isso era possível no contexto histórico e com a relação de forças existente.

Recordando o panorama de lutas da época, o que me comovia na audiência que ali nos reunia naquele salão da Câmara de Deputados era a profunda admiração que todos nós, homens e mulheres que havíamos militado em partidos diferentes, sentíamos agora pelos guerrilheiros do Araguaia e por quantos, noutras frentes, haviam levado a sua coerência de revolucionários, comunistas e não comunistas, até à entrega do bem supremo que é vida. Evoquei, numa transposição de cenário, o combate herói-

co e consequente dos dirigentes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas no tempo em que os governantes fascistas de Lisboa os definiam como «bandoleiros e assassinos». E, contudo – sublinhei – passados 16 anos, os presidentes das jovens repúblicas africanas nascidas desse combate eram aplaudidos de pé no parlamento português e iam dormir nas camas dos antigos reis de Portugal, no Palácio de Queluz.

Na pessoa de João Amazonas, ali presente, eu prestava homenagem aos guerrilheiros do Araguaia, independentemente da correcção ou não da estratégia que os levava às selvas amazónicas ao encontro da morte, na fidelidade a um ideal de transformação revolucionária do mundo.

O exemplo permanece

João Amazonas não está mais conosco. Mas o seu exemplo permanece como lição.

Identifico nele o paradigma do revolucionário que responde aos sonhos da juventude que hoje recusa a hegemonia do sistema de poder imperial dos EUA e denuncia a ameaça que a sua irracionalidade agressiva representa para a humanidade.

João Amazonas faz lembrar, noutro contexto, os revolucionários profissionais russos que, mobilizando o seu povo, tornaram possível a Grande Revolução de Outubro de 1917. Operário, sindicalista, agitador, constituinte em 45, dirigente do Partido ainda jovem, preso múltiplas vezes, clandestino em largas temporadas, forçado ao exílio, produtor de ideologia, foi confrontado pela vida com a exigência de opções de que iriam depender o rumo do seu Partido, e, mais tarde, a vida de muitos camaradas.

Nunca lhe ouvi – em longas e repetidas conversas que mantivemos na sede da Rua Major Diogo, em São Paulo, onde comparecia pontualmente todas as tardes às 4 horas – um comentário, uma frase da qual transpirasse orgulho ou vaidade. A sua firmeza de convicções era incompatível com atitudes de suficiência. Nunca ocultou o seu desejo de aprender enquan-

to procurava transmitir, e muito era, o saber teórico e prático adquirido numa existência de lutador. Os camaradas gostavam nos últimos anos de lembrar que ele fora no Brasil um dos primeiros comunistas a chamar a atenção para o perigo mortal da política de Gorbachev, denunciando-a como «via de consolidação do regresso da URSS ao capitalismo». Os seus camaradas identificam nele «o ideólogo e o construtor do Partido Comunista do Brasil».

João Amazonas foi, como outros grandes dirigentes políticos, o produto de uma época. As suas lutas não podem ser dissociadas do Brasil em que viveu, do meio em que se moldou o seu carácter, do circunstancialismo histórico. Mas a relação harmoniosa existente entre o cidadão e o revolucionário e o cenário humano, social e cultural do Brasil contemporâneo permitiu que qualidades incomuns imprimissem à sua intervenção pessoal na história marcas inapagáveis.

A sua travessia do século XX – nasceu em 1912 – acompanha a história do Partido que dirigiu ao longo de um período simultaneamente trágico e maravilhoso, assinalado por guerras, conquistas sociais e científicas e também actos de barbárie que transformaram a vida na Terra mais do que ela o fora nos últimos trezentos anos.

A confiança no homem e a consciência de que são temporárias as derrotas que adiarão a concretização dos ideais da Revolução de Outubro nunca abalaram minimamente a sua convicção de que o comunismo acabará por se tornar realidade, precisamente porque responde a valores eternos da condição humana.

As suas cinzas, de acordo com desejo por ele manifestado, serão lançadas sobre a região do Araguaia, onde um punhado de heróicos guerrilheiros do PC do B caiu sob as balas da ditadura, lutando pela liberdade, pela democracia, pela ideia de revolução.

Flores vermelhas e de muitas cores brotarão dessas cinzas no silêncio da selva. O verde infinito da maior floresta do mundo torna-se moldura da esperança comunista, também infinita, de João Amazonas, revolucionário irrepertível.

A morte de grandes figuras políticas suscita sempre comentários que expressam avaliações diferentes, por vezes antagónicas, do significado da sua intervenção na história.

Isso acontece não somente entre os adversários mas também entre aqueles que admiraram o desaparecido e se situam no mesmo quadrante ideológico. Incluo nessa categoria de homens João Amazonas, falecido a 27 de Maio pp.

A dificuldade que enfrento, ao escrever sobre o revolucionário e o amigo, não a encontro na sua personalidade nem no seu percurso de combatente. Dele se pode dizer que foi um comunista exemplarmente coerente.

É em mim que encontro a dificuldade. O PC do B nasceu em 1962 da crise profunda que abalou o Partido Comunista Brasileiro após o XX Congresso do PCUS.

Sendo um comunista português, as circunstâncias da luta levaram-me a militar, simultaneamente, como internacionalista, no Partido Comunista Brasileiro. Com ele fiquei após a cisão que golpeou a maior força política da esquerda brasileira, anunciadora das que se produziram nos anos da ditadura.

Não teria sentido entrar aqui na apreciação das polémicas então travadas em torno do Relatório do XX Congresso, de Estaline e da estratégia posterior de Kruchev. Apenas recordarei, por ser inseparável do tema deste artigo, que me distanciei das posições maximalistas assumidas então com paixão. Sempre separei o ho-

mem Estaline – cuja personalidade e métodos me inspiravam repulsa – do juízo de valor sobre a URSS da sua época, prestigiada universalmente pela vitória sobre a Alemanha nazi, e da contribuição decisiva para a descolonização e as grandes conquistas económicas e sociais que fizeram da pátria de Lenine um país desenvolvido e o único adversário respeitado pelo imperialismo.

Este esclarecimento prévio facilita a compreensão de uma evidência que para muitos intelectuais de esquerda continua a não ser óbvia: transcorridas quatro décadas sobre a crise de 62, o PC do B não pode, naquilo que é hoje, como partido marxista-leninista revolucionário, ser cabalmente compreendido apenas através da exegese dos acontecimentos ocorridos na URSS depois da morte de Estaline.

Não obstante o PC do B ter, ao longo dos anos, reafirmado a fidelidade a posições assumidas durante o conflito sino-soviético, não é também na aceitação das teses chinesas sobre a estratégia da tomada do poder e, portanto numa aproximação ao maoísmo, que poderemos encontrar a explicação de um fenómeno político que desconcerta os analistas da burguesia: a sobrevivência de um pequeno partido que, perseguido com ferocidade pela ditadura dos generais, foi na luta crescendo enquanto se enraizava progressivamente entre os trabalhadores.

Crescer na luta

O que define a intervenção na história de um partido comunista é, antes do mais,



• Eugénio Rosa

Perguntas

sobre a política de saúde do Governo PSD/PP (1)

e respostas

Os direitos laborais e os direitos sociais dos portugueses estão a ser atacados neste momento pelo Governo PPD/PSD. É o mais violento ataque verificado depois do 25 de Abril a estes direitos. O direito à saúde, um direito garantido pela Constituição da República, está a ser posto em causa pelo Governo, nomeadamente através de propostas de lei que visam privatizar saúde. Se tais propostas forem aprovadas e implementadas passará a vigorar neste importante sector o conhecido princípio que «quem quiser saúde que a pague», criando-se, desta forma, na sociedade portuguesa profundas desigualdades, a juntar às já existentes, em relação ao acesso a este bem essencial que protege os portugueses na doença, entre quem tem dinheiro para o pagar e quem não tem dinheiro, não tendo por isso, acesso a ele.

Para se poder compreender as características e dimensão da ofensiva em curso é importante conhecer também

grupo José de Mello (o antigo grupo CUF), empresa esta que controla cerca de 70 por cento do mercado português de adubos. Portanto, pelo lugar que ocupava, o actual ministro da Saúde era um homem de confiança do grupo José de Mello. Este possui o maior grupo privado de saúde (controla a Sociedade Gestora do Hospital Amadora-Sintra, e possui ainda o Hospital CUF, o Hospital CUF Descobertas, a Clínica Santa Maria de Belém, a SAGIES, a Companhia das Águas Medicinais de Felgueiras).

O sector privado de saúde embora esteja a crescer, e seja nas próprias palavras do grupo José de Mello um negócio com futuro, precisa do apoio do Estado para se desenvolver rapidamente e se transformar num efectivo grande negócio.

Para isso, necessita que seja criado um mercado de saúde financiado pelo Orçamento de Estado, a que tenha acesso. Daí a política de preços de referência pagos pelo Estado por cada acto de saúde, concorrendo em pé de igualdade entidades privadas e públicas, de que é já exemplo

I - Por que razão os grandes grupos económicos estão tão interessados no sector de saúde em Portugal?

Para se compreender o interesse dos grandes grupos económicos na privatização do Serviço Nacional de Saúde é necessário conhecer que valores, em dinheiro, movimentam todos os anos o Serviço Nacional de Saúde e, conseqüentemente, os lucros que o grande capital privado poderia obter com o seu controlo.

Em 1985, as despesas com o Serviço Nacional de Saúde atingiram 129,9 milhões de contos, em 1994 já eram 622,6 milhões de contos, e em 2002 devem já rondar os 1 500 milhões de contos. Tudo a preços correntes.

De acordo com o Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde, entre 1985 e 1994, portanto em 10 anos, as despesas com o Serviço Nacional de Saúde, a preços correntes, somaram 3 266 milhões de contos, enquanto entre 1998 e 2002, portanto nos últimos 5 anos, atingiram cerca de 6 023,7 milhões de contos também a preços correntes.

Por outro lado, a preços correntes, em 1994 as transferências do Orçamento de Estado somaram 541,1 milhões de contos, enquanto em 2002 devem atingir os 1 245,7 milhões de contos, portanto mais que duplicaram entre 1994 e 2002.

São valores enormes que estão em jogo, que atraem o apetite do grande capital financeiro, que anseia controlar valores desta dimensão. E para isso é necessário transformar a saúde também num negócio para assim multiplicar os seus lucros. Daí o grande interesse e pressa que existe actualmente na privatização do Serviço Nacional de Saúde.

II - Que conquistas no campo da saúde estão em perigo?

O direito aos cuidados de saúde, independente dos recursos de cada um, é uma das conquistas da Revolução do 25 de Abril.

Este direito é garantido pela Constituição da República a todos os portugueses. De acordo com a Constituição de 1976 era garantido a todos os portugueses, independentemente da sua situação económica e financeira, o direito à saúde, por isso este direito era um direito universal e gratuito garantido e financiado pelo Estado.

A Constituição de 2001, que está em vigor, no seu art.º 64, continua a garantir esse direito universal, tendo estabelecido que é um direito tendencialmente gratuito, de forma que a ausência de recursos financeiros continua a não constituir um obstáculo ao acesso a cuidados de saúde.

Este direito tem sido garantido, na prática, pelo Serviço Nacional (SNS). Foi precisamente a existência do Serviço Nacional de Saúde que determinou que se registassem importantes sucessos no campo da saúde em Portugal que, apesar das numerosas deficiências que existem ainda no seu funcionamento, não devem nem serem esquecidas, já que se a saúde fosse um bem privado sujeito à lógica do lucro certamente a situação seria muito diferente.

Esses ganhos importantes na saúde verificados depois do 25 de Abril tradu-

zem-se em resultados quantificados, alguns dos quais se apresentam seguidamente como exemplos.

Assim, a mortalidade perinatal (mortalidade de nascituros por cada 1000 nascimentos), entre 1973 e 2000, passou de 33,3 por mil para apenas 5,5 por mil (baixou 6 vezes); a mortalidade infantil (mortes até um ano de idade), entre 1973 e 2001, baixou de 44,3 por mil para apenas 5 por mil (desceu 8 vezes); a esperança de vida à nascença cresceu, entre 1973 e 2001, de 69 anos para 76,9 anos (sendo 73,5 para os homens e 80,3 anos para as mulheres).

Estes ganhos na saúde ainda se tornam mais claros se se estabelecerem comparações com os da União Europeia.

Assim, em relação à mortalidade perinatal (número de crianças que nascem mortas por cada 1000 nascimentos), em 2002, o valor era em Portugal de 5,5 por mil, e na União Europeia de 6,3 por mil; em relação à mortalidade materna, em 2000, era de 2,5 por mil em Portugal enquanto a média na U. E. era de 5,4 por mil.

Num relatório sobre o estado da saúde em Portugal, elaborado pelo director geral e alto-comissário da saúde, José Pereira Miguel, cujos resultados foram publicados no Expresso de 29 de Março, com o expressivo título «Relatório faz retrato cor-de-rosa da saúde», pôde-se ler o seguinte: - «Os dados divulgados no estudo - assente na comparação entre 1996 e, quando possível, 2001 - revelam progressos na maioria dos indicadores que mais preocupam a opinião pública: sinistralidade, consumo de tabaco, álcool e drogas ilícitas, tuberculose, doenças do aparelho circulatório». Portugal ocupa o 12.º lugar no mundo em cuidados de saúde fornecidos à população.

Portanto, as melhorias na saúde verificadas depois do 25 de Abril são significativas e importantes, e por isso não devem ser esquecidas, devendo mesmo ser valorizadas, pois elas resultam da criação e funcionamento do Sistema Nacional de Saúde.

No entanto, estes ganhos importantes registaram-se apesar de continuarem a existir deficiências importantes no funcionamento do Serviço Nacional de Saúde que importa identificar com clareza e frontalidade, e lutar pela sua resolução, pois as forças da direita e do grande capital estão também a utilizá-las na sua campanha demagógica para destruir aquele importante serviço que garante o direito constitucional à saúde universal e tendencialmente gratuita a todos os portugueses.

III - Quais são ainda os grandes problemas do Serviço Nacional de Saúde (SNS)?

O SNS tem ainda deficiências importantes que importa rapidamente identificar e resolver para que os portugueses tenham cuidados de saúde de qualidade e de acesso fácil, e para que também os dinheiros públicos destinados à saúde, que são muito elevados e que têm como origem os impostos, sejam aplicados de uma forma eficiente e eficaz.

E entre os problemas mais importantes que enfrenta os SNS destacam-se os que a seguir se apresentam e se analisam embora muito resumidamente.

Promiscuidade entre o público e o privado

A promiscuidade entre público-privado no âmbito do SNS é um dos mais gra-

Quadro 1

Repartição dos recursos financeiros do SNS pelos centros de saúde e pelos hospitais (Milhões de contos)

ENTIDADES	1995	1999	Aumento em milhões de contos entre 95/99
ARS	284	377	93
HOSPITAIS			
Centrais e Maternidade	184	235	
Distritais	110	170	
Nível 1	17	23	
IPO	17	22	
SUBTOTAL	328	450	122
TOTAL	612	827	215

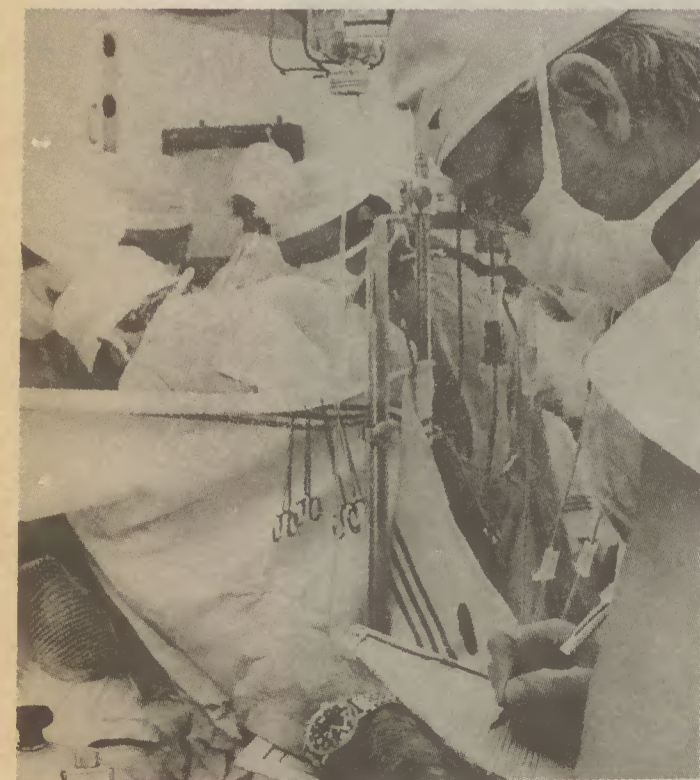
quem é o homem que, no Governo, dirige essa ofensiva, e que interesses defendia antes de entrar para o governo.

O ministro da Saúde, Luís Filipe Pereira, foi até Março de 2002 presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração da empresa da ADP-Adubos de Portugal que pertence ao

concreto a chamada resolução das listas de espera, que vai já custar ao Estado cerca de 50 milhões de contos, enquanto meios existentes em hospitais públicos continuam subutilizados.

Para se poder desenvolver rapidamente, o sector privado da saúde necessita que o Estado lhe financie não só mercado mas também que lhe forneça os meios e os equipamentos. Daí a intenção do actual Governo, já traduzido em projectos de lei, em entregar a construção e a exploração dos novos hospitais a entidades privadas (lei parceria público privado). Daí também a política de entregar os serviços mais rentáveis dos hospitais públicos (blocos operatórios, serviços de hemodiálise, etc.) a entidades privadas ficando apenas no público aquilo que os privados não estiverem interessados (nova lei de gestão hospitalar).

Estes aspectos e outros também importantes da política de saúde do Governo PSD/PP serão analisados de uma forma concreta com base nas leis, nas propostas de lei e em outras medidas já tomadas pelo actual Governo. Para a sua leitura e compreensão vamos dividir todas estas questões em perguntas e respostas de fácil leitura, e que poderão ser lidas independentemente, pois para compreender a resposta a cada uma delas não é necessário previamente ter lido as outras.





ves problemas que enfrenta o sistema público de saúde em Portugal.

Essa promiscuidade traduz-se fundamentalmente através do seguinte:

(a) Possibilidade de profissionais a trabalharem no SNS exercerem a mesma actividade no sector público e privado, fazendo uma concorrência desleal, muitas vezes não cumprindo horários, e utilizando o SNS como instrumento de *marketing* para conseguirem clientes para consultórios e empresas privadas;

(b) Utilização dos SNS como serviço complementar dos serviços privados, «levando» os seus doentes para o SNS quando as doenças assim o exigem, ultrapassando as listas de espera;

tados com a necessidade de manter os seus consultórios particulares em pleno funcionamento, assiste-se a uma tendência para a diminuição do período de trabalho no hospital, nomeadamente dos seniores que geralmente têm uma clínica particular florescente (pág. 45).

E as citações podiam continuar, mas vamos apenas apresentar mais um caso que é bem conhecido por todos aqueles que têm alguma informação do meio. E esse caso é o das hemodiálises. Cada doente tem de fazer, em média, 3 hemodiálises por semana e cada uma delas custa no privado cerca de 30 contos ao Estado, o que dá por ano um custo médio de cerca de 4 680 contos por doente. Os

horário de serviço» (n.º1); «a mesma possibilidade é concedida, independentemente da categoria, a médicos em regime de dedicação exclusiva que integrem centros de responsabilidade» (n.º2).

E como afirma o prof. Manuel Antunes, nos hospitais não se faz qualquer controlo de horários, e não se tem conhecimento de alguma vez um médico ter sido sancionado por incumprimento de horário. Assim sendo, aquela lei só poderá ser interpretada como a legalização da clínica privada nos hospitais e o branqueamento da promiscuidade existente no sector.

Um sistema orientado principalmente para a medicina curativa e não para a promoção da saúde

O Serviço Nacional de Saúde está orientado fundamentalmente para uma medicina curativa, ou seja, para curar a doença já declarada, e não para evitar e prevenir a doença, o que exigiria apostar

centros de saúde e similares. Os três hospitais escolares – Santa Maria em Lisboa, o de Coimbra e o do Porto – cada um deles tem mais de 1000 médicos. Por exemplo, «o Hospital da Universidade de Coimbra tem mais de 1100 médicos para 1630 doentes», ou seja «menos de um doente e meio por cada médico» (pág. 47, Manuel Antunes).

Relativamente ao apetrechamento dos centros de saúde, dos 390 existentes em todo o país, apenas 114 tinham aparelhagem para tirar electrocadiogramas, 42 de fisioterapia, 96 de radiologia, e somente 39 possuíam laboratório de patologia clínica.

Apesar do número de consultas nos Centros de Saúde ter aumentado – entre 1990 e 1999, o número de consultas aumentou de 24,6 milhões para 26,9 milhões de consultas – no entanto, o número de consultas de especialidade nos Centros de Saúde diminuíram significativamente (entre 1990 e 1999, o número de consultas de estomatologia – dentes – passou de 304 569 para apenas 134 518; de ginecologia baixou de 114 217 para 59 267; de oftalmologia de 73 366 para 54 370; de otorrinolaringologia de 142 914 para 51 962; etc.

É evidente a clara macrocefalia dos hospitais, nomeadamente centrais, que concentram em si a maior parte dos recursos, quer humanos quer financeiros, em claro prejuízo das populações e de uma medicina de proximidade, comunitária e preventiva, que devia como objectivo uma nova medicina apostada no bem-estar das populações e da qualidade de vida e de trabalho (esta última inclui a saúde no trabalho que até agora mereceu uma reduzida atenção).

Um sistema ainda dominado por grandes assimetrias regionais

Uma deficiência importante que ainda caracteriza todo o sistema de saúde português, e também o Serviço Nacional de Saúde, é a existência de grandes desigualdades regionais.

Efectivamente, a maioria dos recursos de saúde (unidades e profissionais) concentra-se fundamentalmente nas regiões mais desenvolvidas (Lisboa e Porto), e tanto nestas como nas restantes regiões os recursos concentram-se fundamentalmente nas cidades, e dentro destas nos hospitais, mais vocacionados para uma medicina curativa, e menos para a promoção da saúde e para uma medicina preventiva.

Os dados do quadro 2 confirmam as conclusões anteriores.

Como mostram os dados do quadro, em Portugal existe cerca de 3,1 médicos por cada 1000 habitantes, o que está próximo da média europeia, mas 43,8% dos médicos estão na região de Lisboa e Vale do Tejo, embora esta região tenha apenas 33,5% da população portuguesa.

Se se circunscrever a análise apenas ao Serviço Nacional de Saúde, conclui-se que dos 28 530 médicos que trabalhavam no SNS em 1999, 21 343, ou seja, cerca de 75% estavam em Hospitais que se concentram nas grandes cidades; e apenas 7187 (25%) trabalhavam em Centros de Saúde, que são as unidades de saúde mais próximas das populações.

Idêntica situação se observa em relação aos profissionais de enfermagem. Dos 38 936 profissionais que trabalhavam no SNS, apenas 7289 (menos de 19%) estavam em Centros de Saúde.

A macrocefalia (concentração dos recursos fundamentalmente nos Hospitais e nas cidades) mesmo a nível do próprio Serviço Nacional de Saúde é uma deficiência importante do nosso sistema de saúde que urge alterar.

Quadro 2
Repartição dos recursos da saúde pelas diferentes regiões

	POPULAÇÃO		CENTROS SAÚDE		FARMÁCIAS		MÉDICOS		ENFERMEIROS	
	Nº - 2001	Em %	Nº-1999	Em %	Nº-1999	Em %	Nº-2000	Em %	Nº-2000	Em %
PORTUGAL	10.355.824	do total	390	do total	2546	do total	32 498	do total	37 487	do total
Norte	3.687.212	35,6%	124	31,8%	746	29,3%	10 253	31,5%	12 113	32,3%
Centro	1.782.254	17,2%	86	22,1%	500	19,6%	5 487	16,9%	7 241	19,3%
Lisboa VT	3.468.869	33,5%	88	22,6%	942	37,0%	14 234	43,8%	12 706	33,9%
Alentejo	535.507	5,2%	47	12,1%	168	6,6%	807	2,5%	1 850	4,9%
Algarve	395.208	3,8%	16	4,1%	104	4,1%	877	2,7%	1 197	3,2%
Açores	241.762	2,3%	17	4,4%	46	1,8%	382	1,2%	1 051	2,8%
Madeira	245.012	2,4%	12	3,1%	40	1,6%	458	1,4%	1 329	3,5%
FONTE:	População: Censo 2001; Centros e Farmácias: CCTP; Médicos e Enfermeiros: Inscritos nas Ordens-INE									

(c) Possibilidade, com cobertura legal, de exercerem clínica privada dentro dos próprios hospitais do SNS.

Do livro «A Doença da Saúde» publicado pelo Professor Manuel J. Antunes, um homem que conhece bem o meio, pois é um conhecido cirurgião e director de serviços do Hospital de Coimbra, transcrevemos para ilustrar e confirmar o que se acabou de afirmar: «A promiscuidade entre os dois sectores é a principal causa da falta de produtividade nos serviços hospitalares. No actual sistema cerca de 90 por cento dos médicos estão integrados no sector público e destes a grande maioria também faz parte do sector privado.... isto é, o Estado paga os serviços que presta e muitos dos que são prestados pela concorrência, com o agravante que os concorrentes são os mesmos que prestam o serviço público» (pág. 18); «completa falta de controlo de assiduidade dos médicos e outro pessoal superior» (pág. 46); «a maioria dos directores de serviço trabalha em part-time» (pág. 98); «a atenção do médico está dividida entre uma actividade obviamente mais rendosa, a privada, e outra economicamente menos compensadora, a hospitalar, a pública» (pág. 146); «os serviços privados continuam a ser prestados pelos menos agentes que prestam o serviço público, o que se traduz num tipo de competitividade de tipo eminentemente incestuoso» (pág. 147); «produtividade do trabalho dos médicos é, na maior parte das circunstâncias, baixíssima. Um número significativo não cumpre os horários mínimos a que estão legalmente obrigados (...) confrontados

directores clínicos e os especialistas dos serviços públicos de hemodiálise dos hospitais (serviços de nefrologia) normalmente ou têm clínicas privadas que fazem hemodiálise ou são directores técnicos das principais empresas privadas de hemodiálise, como as multinacionais NMC (que foi adquirida recentemente pela FRESENIUS) e GAMBRO.

É também fácil de concluir que quantos menos transplantes renais se fizerem mais doentes a precisar de hemodiálise existirão, e quantas menos hemodiálises se fizerem nos hospitais públicos, mais clientes existirão para as clínicas e empresas privadas de hemodiálise, que mais receberão do Estado, que mais pagarão àqueles que as servem, e maiores lucros obterão. É um círculo vicioso onde o prejudicado é o doente e o erário público, mas que ninguém tem a coragem de denunciar e pôr cobro.

Outro exemplo de promiscuidade, esta já com a complacência e mesmo o apoio dos sucessivos governos, é a possibilidade que a própria lei dá aos médicos, nomeadamente a chefes e directores de serviço e de departamentos, de exercerem clínica privada dentro dos próprios hospitais públicos.

Efectivamente, de acordo o art.º 32 do Decreto-Lei n.º 73/90 (a chamada lei das carreiras médicas) aprovado pelo governo de Cavaco Silva, quando era ministra da Saúde Leonor Beleza, «os chefes de serviço e os directores de departamento e de serviço em regime de dedicação exclusiva poderão ser autorizados a atender doentes privados em instalações do respectivo estabelecimento e fora do

mais nos cuidados de saúde primários, ou seja, numa medicina comunitária, de proximidade e até domiciliária. A análise da forma como são utilizados os recursos mostra a situação existente que tem tendência em se agravar ainda mais.

Começamos pela forma como são aplicados os recursos financeiros do SNS. O quadro 1 mostra a sua repartição.

Como mostram os dados do quadro 1, a parcela de recursos aplicados nos hospitais, cuja função é fundamentalmente curar a doença e não prevenir e evitar a doença, é significativamente superior à destinada aos Centros de Saúde que fazem parte das ARS (Administrações Regionais de Saúde) que estão mais integrados nas comunidades e são instrumentos importantes de prevenção da doença. E o peso destinado aos hospitais que já era grande em 1995 (53,6% do total) aumentou em 1999 (passou para 54,5%).

O mesmo se verifica em relação aos recursos humanos. Dos 127 710 profissionais de saúde a trabalhar no SNS em 1999, 91 013 (71%) estavam nos Hospitais (e destes 44 324 nos hospitais centrais) e apenas 31 013, ou seja, 29% nas ARS.

Em relação às especialidades mais importantes, o panorama não era menos animador. Assim, dos 25 132 médicos que trabalhavam nos SNS em 1999, 17 424 estavam em hospitais, e apenas 7277 em Centros de Saúde e similares; em relação aos enfermeiros a repartição era semelhante: dos 35 172 que trabalhavam no SNS, 27 665 estavam em hospitais e apenas 6487 trabalhavam em

As coincidências não existem por caso

Nas últimas semanas tem surgido um conjunto de notícias, crónicas, entrevistas e comentários que são incrivelmente coincidentes. Afinal os preços praticados em Portugal são inferiores aos dos outros países da União Europeia. Afinal ganhamos mais do que os Espanhóis.

● Ricardo Oliveira

É extraordinário como estas novidades surgem no momento em que também os jornais descobriram a grande pressão do patronato para que os salários (clarifique-se que se referem aos dos trabalhadores) passem a ser revistos não pelo referencial da inflação portuguesa mas sim pelo da Zona Euro, o que, a concretizar-se, implicará a redução real dos salários. Coincidência esta proposta ter sido apresentada pelo Governo na versão de 2 de Setembro das Grandes Opções do Plano de 2003.

Como o objectivo deste escrito é a denúncia deste conjunto de coincidências, que nos permitem perceber melhor as opções de classe do Governo PSD/CDS-PP, centremo-nos nelas.

Não é inocente publicar, num dos diários de maior tiragem, um artigo - «Portugal campeão dos preços baixos na eurolândia» - com base

Após a leitura do artigo chegamos à conclusão que, de acordo com um «estudo» de uma multinacional dos recursos humanos, o nosso Salário Mínimo Nacional é superior ao espanhol. Curioso trabalho do jornalista...

Manipular a informação

Os dados referentes à matéria abordada encontram-se disponíveis nas estatísticas oficiais da União Europeia - Eurostat. Curioso é, também, o facto das conclusões do estudo não estarem de acordo com as ditas estatísticas oficiais, pois, segundo estas, o salário mínimo espanhol é 442,2 euro/mês ou 14,74 euro/dia. Se nos dermos ao trabalho de dividir o valor mensal pelo diário concluímos que o 1.º é o produto do 2.º em 30 dias de trabalho (442,2 / 14,74 = 30). Ora, de acordo com as mesmas estatísticas oficiais o salário mínimo português é 348 euro/mês, o que, seguindo o mesmo critério, resultará em 11,6 euro/dia.

Parece que, tanto 348 euro/mês é menor que 442,2 euro/mês, como, naturalmente, o mesmo acontece com os valores diários. Do que poderemos concluir que afinal o nosso Salário Mínimo Nacional até é inferior ao espanhol. Até parece que não o sabíamos...



numa análise ao nível dos preços nos vários países da União Europeia. De facto os índices comparativos do nível de preços são utilizados para isso mesmo, comparar os preços entre vários países. Acontece que, se não fizermos uma observação do nível dos salários, poderemos ficar com uma ideia distorcida do real poder de compra em cada país.

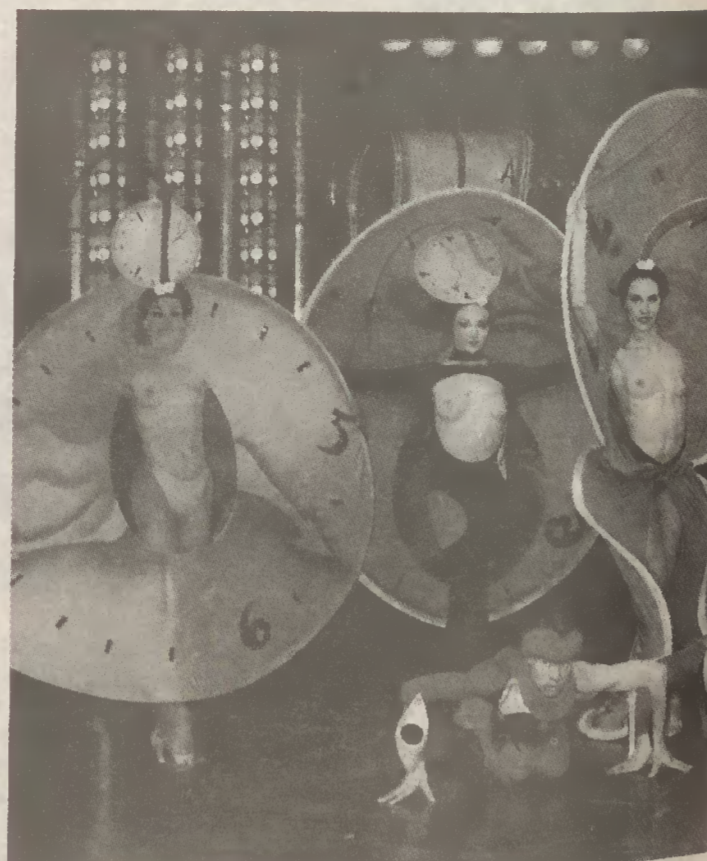
Acontece Portugal ser o país em que os preços são mais baixos, mas também ser onde os salários são inferiores. Acontece, ainda, ser a diferença entre os salários em Portugal e nos outros países muito superior à verificada entre o nível de preços respectivos. Fixemos alguns números: os ganhos líquidos dos trabalhadores da indústria em Espanha são superiores em mais de duas vezes aos praticados em Portugal, e na Grécia são também superiores em 76%; enquanto que os preços em Espanha são apenas 16% superiores aos nossos e os Gregos 11%.

Dias depois, surge noutro jornal: «Ganhamos mais do que os Espanhóis».

Estes exemplos servem para apresentar alguns dos contornos que assume a campanha do patronato, acompanhada pelo seu Governo. Tudo serve para justificar o mesmo de sempre: é na redução dos direitos e remunerações dos trabalhadores, ou seja, na redução dos custos para os patrões que reside a capacidade competitiva das nossas empresas; é necessário cortar nas despesas do Estado, corte-se no social e nas remunerações. Por isso manipula-se a informação. Dá-se a ideia de que aquilo que os trabalhadores e os seus representantes afirmam não é verdade.

Estas coincidências demonstram, também, a justiça da campanha de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores para a luta em curso. A força da Organização do Partido, dos seus militantes e de todos aqueles que estão conosco na luta pode e tem que contrariar a utilização dos poderosos meios de comunicação por parte do grande capital. E é a força dos trabalhadores que ultrapassará esta nova mas já muito velha ofensiva do patronato e da direita.

António Modesto Navarro



Lisboa triste, o capital feliz

Na campanha eleitoral de Dezembro de 2001, em Lisboa, a Coligação «Lisboa Feliz» colocou um enorme «placard» na Avenida da Liberdade, bem junto do Parque Mayer, com esta grande promessa: *O Parque Mayer estará aberto daqui a 8 meses.*

No início deste mês, face à angústia existencial ou ao gáudio dos lisboetas, apareceram finalmente, no mesmo local, dois enormes «placards». O 1.º diz: «Promessa cumprida. Oito meses depois, o Parque Mayer outra vez com vida nos espectáculos de encerramento deste acto da sua história. Muito em breve começarão as obras e um novo ciclo. Como se garantiu antes das eleições, está salvo e vai continuar o Parque Mayer, com a luz, o som, os palcos e, mais importante, com os artistas e com o público.» Assina: Renascer Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa.

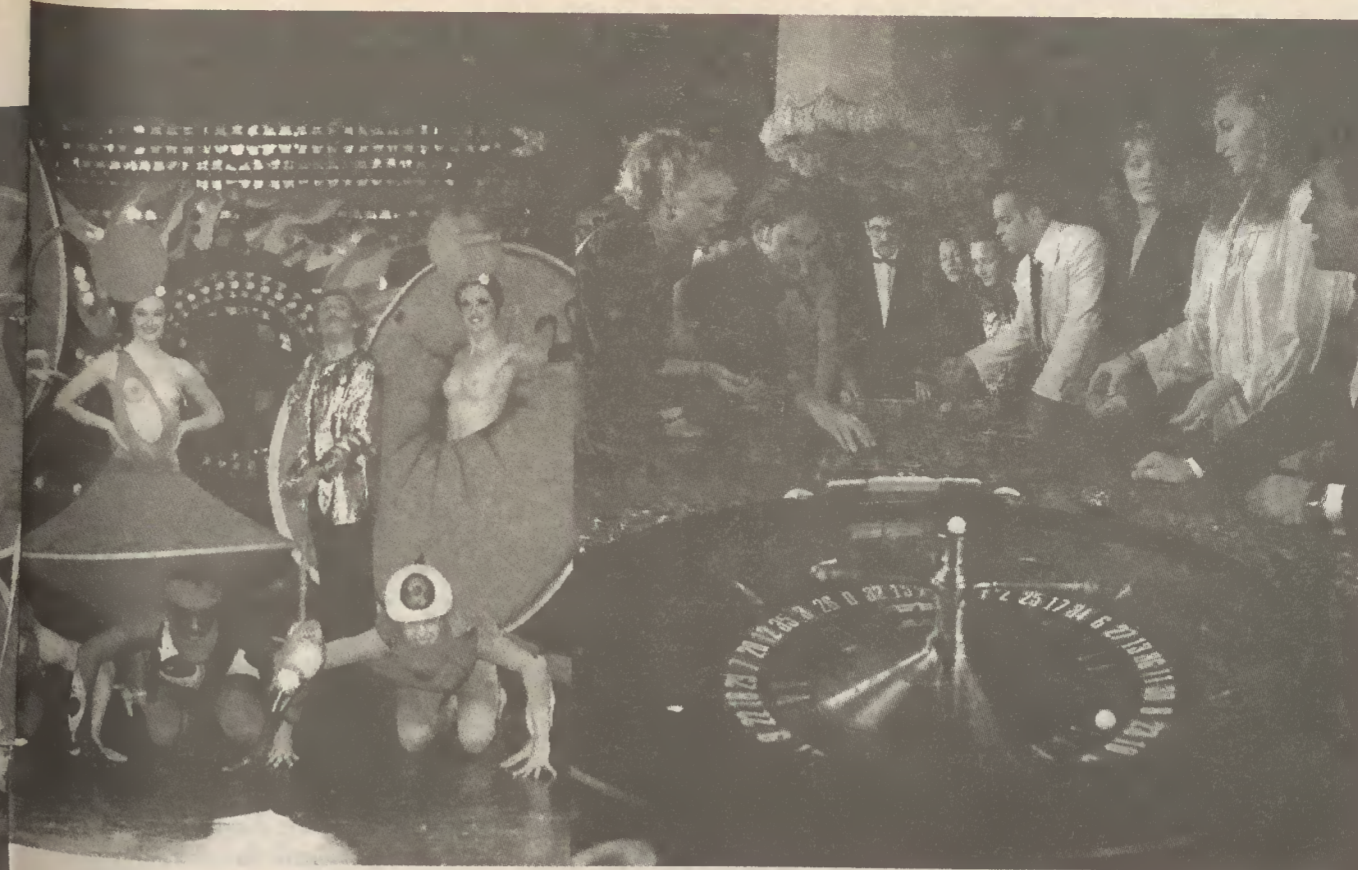
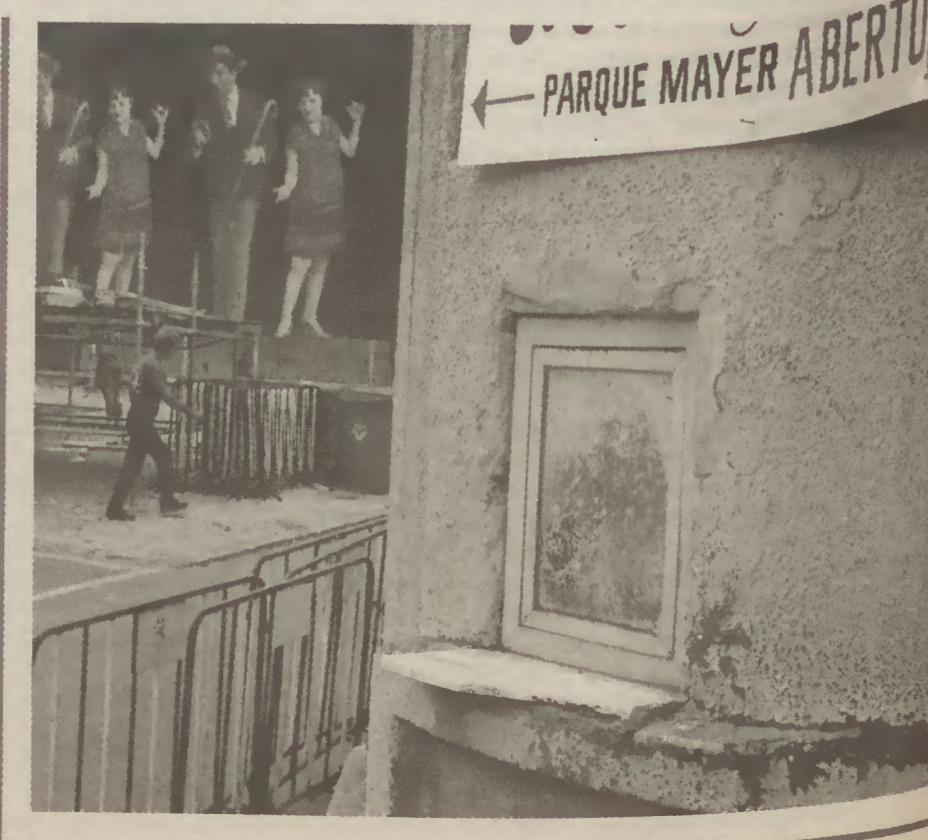
O 2.º painel diz: «Os espectáculos terminam a 28 de Setembro. As obras começam até Novembro deste ano. O

Parque Mayer, no seu novo ciclo, reabrirá até 2005.»

É o que lá está...

Entre pelo Parque Mayer dentro, no dia 12 deste mês, eram nove e meia da noite. Dois polícia à entrada, um casal de lisboetas, olhando saudosos, como turistas da casa, para os velhos teatros, e lá mais à frente, uma tenda de circo montada, ainda encerrada. Mais adiante, apercebi-me de uma esplanada onde estavam sentadas cerca de dez pessoas que assistiam à projecção, na parede de um prédio, de um vídeo em que duas artistas do «pimba» cantavam para entreter o Jardim Botânico...

Tanto a promessa eleitoral como os dois «placards» de agora são exemplares



altamente democráticas, transcritas pelo «Público» de 6/09/02.

Um Casino no Parque Mayer?

Mas a luz enorme, que ilumina toda esta grandiosidade de promessas e de ilusões que cobrem outras realidades bem mais cominhas e terrenas, vem no jornal «Diário de Notícias» de 11 de Setembro de 2002. Afinal, a montanha das promessas vai parir uma espécie de casa de jogos no centro de Lisboa, se o Grupo Amorim conseguir ampliar o Casino do Estoril ao Parque Mayer. «Slots» pagam Parque Mayer», titula o jornal. «Jogo vai financiar a nova etapa da vida do espaço lisboeta. Novos teatros vão conviver de perto com os Jackpots». «Fortuna. A nova solução financeira para o velho recinto pode ser a sua "sorte grande"... ou o azar. Cabe ao Governo ditar o futuro daquele espaço». Tudo isto vem em destaque no D.N. e, até agora, que se saiba, a Câmara Municipal de Lisboa não desmentiu esta notícia.

O Grupo Amorim detém 32% do capital da «holding» Estoril-Sol, eis a exploração maior. E pronto, aí está a economia de casino a lançar os seus abraços a Lisboa. Claro que isto do Parque Mayer não é uma negociação... pudera! Não, este é um enorme coelho, mais um enorme coelho tirado da cartola hábil e sempre activa da Coligação dita «Lisboa Feliz» e do seu presidente. Com tudo isto, Lisboa deixou de ser a capital do País. Passou a ser: O Capital Feliz!

Lisboa era, e deve ser, a capital do País, mas o presidente da Câmara nem sequer tomou posse na Junta Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa; um arrufo de «prima-dona» que queria ser presidente da Junta, e o Município não participa, de corpo inteiro, na discussão e em decisões importantes que estão a ser tomadas, como a nova legislação sobre áreas metropolitanas, a autoridade metropolitana de transportes e a suspensão, ou não, do PROTAML.

É assim, a vida triste de Lisboa e de Santana Lopes, o presidente que a cede a grosso e a retalho a quem tem mais e mais quer ganhar à custa da cidade. O verdadeiro «esplendor» do actual presidente da Câmara Municipal e da coligação que o apoia af está, na visão de casino e na promessa bem ou mal embrulhada. É isto que teremos de ver totalmente esclarecido, para percebermos melhor o jogo complicado da «salvação» do Parque Mayer.

na manipulação da palavra e da comunicação de ideias. Quem conheça um pouco do assunto poderá regalar-se com aqueles textos agora afixados.

Em Dezembro de 2001, o programa eleitoral de Santana Lopes previa e proclamava para o Parque Mayer o seguinte:

«Esta área de lazer e entretenimento merece ser requalificada através da salvaguarda de algum património edificado de que é exemplo o teatro/cinema Capitólio e, bem assim, o Pórtico de acesso, ambos do Arq. Cristino da Silva». E acrescenta:

«Criação de um espaço polivalente para as várias expressões das artes performativas.

«Requalificação dos usos tradicionais da restauração com incremento dos restaurantes típicos, tabernas, cafés musicais, nomeadamente jazz (grande proximidade com o Hot-Club).

«Proposta de transferência do Museu de Teatro e da Revista em colaboração com o Ministério da Cultura para este local.

«Criação de um condigno Museu do Cinema.

«Apoio à criação de uma escola/centro de formação no âmbito das artes do espectáculo.»

Mas, em 7 Fevereiro de 2002, o «Público» publica a seguinte notícia: «O futuro Parque Mayer será alvo de um debate público que envolva a comunidade artística, disse ontem o presidente da Câmara de Lisboa, Santana Lopes, salientando ter dúvidas quanto à possibilidade de concretização do projecto feito pelo Arq. Norman Foster para a empresa proprietária daquele espaço. (...) São opções difíceis, até porque se trata de um projecto de peso, acrescentou o presidente da Câmara, mostrando-se convicto de que, mesmo depois do debate, não vai haver idade (...) Mas quero pôr os projectos cá fora e acabar com esta opacidade, este manto de silêncio em torno do Parque Mayer.»

Outras notícias, entretanto vindas a público, dizem que o Grupo Amorim entrou maioritariamente no capital que era da Braga Parques.

E, assim, segundo os jornais e as declarações de Santana Lopes, haverá 2 teatros, 3 a 4 pequenas salas de teatro e 15 salas de cinema, isto com o S. Jorge mesmo ali ao lado... E, finalmente, 42 000 m² de construção serão autorizados, em 18 000 m² de superfície. «O Parque Mayer tem os dias contados na forma

que lhe granjeou sucessos», diz sabiamente o «Expresso» do dia 31 /08/02.

Segundo o jornal «Público», o presidente da Câmara limita-se a avançar alguns pormenores do que será o futuro do Parque. «Um novo Templo da cultura e das artes» adaptado às novas exigências dos espectáculos, é a nova (mais uma) promessa lançada. O mesmo será dizer que a intenção da autarquia não é restaurar o espaço, nem tão-pouco pô-lo a funcionar como no passado. Interesses imobiliários, comerciais, culturais e lúdicos deverão conviver no Parque, a concretiza-se a intenção de Santana Lopes. A maioria dos espaços será demolida, com excepção para o Capitólio e para a entrada no recinto, classificados pelo IPPAR.

Ainda bem que salva alguma coisa. «Tudo se moderniza», diz Santana Lopes. «As inovações tecnológicas são constantes e não se compadecem com os teatros que aqui existem tal como estão», publica o «Correio da Manhã» de 6/09/02.

«O Parque está salvo», sublinhou Santana Lopes. «Estou tão convencido de que esta solução é ótima que não haverá nenhum debate que me faça desviar do objectivo», diz ainda, em declarações

Parque Mayer Impõe-se um debate público

Apesar de, oficialmente, nada se saber sobre os verdadeiros projectos para o Parque Mayer, as notícias que têm vindo a público levam o PCP a rejeitar desde já qualquer solução que leve ao desvirtuamento da sua vertente cultural, como seja a instalação de um casino ou o aumento (fala-se em 6.000 m²) da volumetria de construção prevista no Protocolo de 1994.

Lembrando a promessa feita por Santana Lopes, em Fevereiro, de que o futuro do Parque Mayer seria alvo de debate público envolvendo a comunidade artística, a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, em comunicado divulgado na semana passada, diz que, afinal, Santana Lopes chega ao início de Setembro e anuncia que tem um acordo firmado e assinado e que as obras do novo Parque se iniciam dentro de mês e meio, dois meses. «Esquecendo-se», porém, de referir que a maioria das acções da Bragaparcques, de acordo com notícias divulgadas na imprensa, foi comprada pelo Grupo Amorim, interessado em instalar um casino no Parque Mayer.

Assim, o PCP pergunta: que compromissos foram já assumidos com o Grupo Amorim para que este comprasse a maioria das acções da Bragaparcques? Qual a edificabilidade comprometida para aquele espaço e a sua diversificação por usos? O projecto é para debate público, como foi prometido em Fevereiro?

Relacionando, por fim, o facto de a Bragaparcques - que está a construir no local do Cinema Condes - ter como negócio a construção e gestão de parques de estacionamento, o PCP pergunta, ainda, se uma das contrapartidas para o negócio que se ensaja não terá a ver com a já propalada reestruturação/privatização da EMEL.

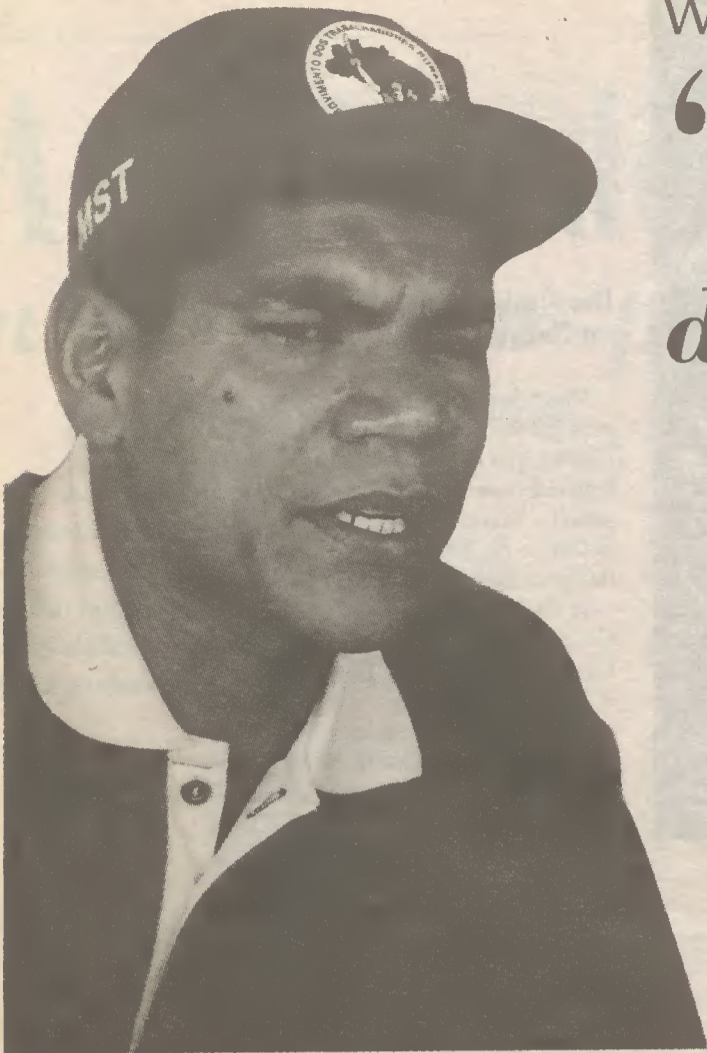
A posição do PCP

O PCP exige, desde já, a colocação a debate público de qualquer solução para o Parque Mayer.

Baseando a sua posição no protocolo entre a CML e a Ave-

nida Parque, SA, aprovado em 1994, o PCP defende, ainda, a recuperação da obra do arquitecto Cristino da Silva, nomeadamente do Capitólio, café dos artistas e entrada do recinto do Parque Mayer; a obrigação de o estacionamento subterrâneo assegurar que a exaustão de gases não prejudique as espécies arbóreas existentes no Jardim Botânico; uma área máxima de 36.000 m² como volumetria de construção global; o realojamento dos residentes no Parque; a constituição de uma Comissão de utentes integrada por representantes dos moradores, empresários teatrais, comerciantes e trabalhadores, para acompanhamento da execução e remodelação do Parque Mayer.

Entretanto, outras posições de Santana Lopes avolumaram, nos últimos dias, as preocupações dos comunistas. É o caso da proposta de suspensão do PDM e alterações ao Regulamento Geral de Edificações Urbanas, que, para a vereadora comunista Rita Magrinho, representam um «atentado ao desenvolvimento urbano equilibrado de Lisboa», fazendo entrar a cidade «no reino da arbitrariedade e do caos», apenas para beneficiar a especulação imobiliária.



Weides Queiroz, do MST, ao Avante!

“A terra deve ser um bem de todos”

Composto por cerca de 400 mil trabalhadores rurais, o Movimento dos Sem-Terra, do Brasil, empreende por suas próprias mãos a desejada e necessária reforma agrária, num dos países do mundo com a mais injusta divisão de terra. Weides Queiroz, da coordenação nacional do MST, esteve na Festa e falou para o Avante! sobre a luta nos campos, as alternativas de Outubro e o socialismo.

Actualmente, fala-se muito da ALCA (Associação de Livre Comércio da América) e das críticas de que está a ser alvo, por parte de muitos partidos e movimentos, bem como dos governos de alguns países. O que é, exactamente, a ALCA e a que se deve a vossa oposição?

A ALCA é resultado do desejo dos Estados Unidos em formar um bloco económico, juntando trinta e seis países da América. Tudo para concorrer com o mercado europeu. A ALCA representa uma grande desigualdade para nós, e que vai cada vez mais afundar a economia – e a agricultura – do nosso país. E porquê? Porque a nossa agricultura é tão arcaica que não resistirá à concorrência. Os pequenos agricultores vão falir.

Face à gravidade da situação, foi proposto no Fórum Social Mundial, realizado no início do ano, em Porto Alegre, que se lutasse em toda a região contra esse projecto que o governo norte-americano quer impor aos países pobres da América Latina. A partir daí nasceu a ideia – junto do MST, do CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, do movimento dos pequenos agricultores, e de diversos militantes de partidos de esquerda – de se organizar um plebiscito sobre este assunto.

Com que objectivo?

Nós não pensamos que o referendo resolva o problema. Mas serve para transmitir à população o mal que a ALCA representa, para desta forma a

motivar, e mostrar que o governo está a aceitar um acordo que retira ao Brasil a sua soberania nacional. Com o livre comércio, os brasileiros não vão conseguir concorrer e ficarão subordinados. Então nós organizá-mos o plebiscito e começamos a discutir nas universidades, nos assentamentos da reforma agrária, em diversos locais públicos, este problema. E esse trabalho não pára. A ideia é que um dia todos os brasileiros saibam que ALCA é mau, é o diabo... Esperamos conseguir que brevemente exista um grande movimento de massas de resistência à ALCA.

Esta consulta insere-se num projecto popular para o povo brasileiro que temos vindo a discutir, e que nascerá do resultado das diversas consultas.

Quem está envolvido nesse «projecto alternativo»?

Vários movimentos e diversos companheiros da esquerda, que acham que é fundamental construir um projecto para o Brasil. E esse projecto não é um papel. É o projecto que a população precisa ter: habitação, educação, saúde, distribuição de terra, política de reorganização do comércio... E temos que continuar a trabalhar para chegar cada vez a mais gente. E esse projecto passa pela existência de um governo que assuma a defesa dos interesses do país...

Ideologicamente, como caracterizarias o MST?

Nós temos um movimento de carácter popular, sindical e político. Temos objectivos, queremos contribuir para chegar ao socialismo, sociedade igual para toda a população. É um objectivo nosso, e é na construção de uma nova sociedade que estamos empenhados. E a nossa ideologia rege-se por estes princípios. Estamos empenhados na luta contra o imperialismo e na implementação de um sistema socialista, como Cuba o fez e como fizeram outros...

Qual a situação que se vive actualmente nos campos?

A situação actual é marcada pela existência de um governo que aderiu a um projecto neoliberal, imposto pelos EUA, o que dificulta o processo de avanço da agricultura brasileira, nomeadamente dos pequenos agricultores e dos que lutam pela reforma agrária.

O governo, sobretudo nestes últimos oito anos, tem prejudicado a agricultura. Os investimentos são poucos, a não ser para os grandes agricultores que produzem para exportação. Os produtos para consumo interno não são apoiados e não existem quaisquer tipos de subsídios para que estes produtos passem efectivamente a ser a base de sustentação da nação. O MST trabalha para que a terra seja um bem comum de todos os que a querem, de facto, trabalhar.

E qual a resposta dos militantes da reforma agrária e do seu movimento, o MST?

Nós não aceitamos as imposições do FMI e organizamos, juntamente com outras forças – como a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores e o Partido Comunista do Brasil –, a luta contra as políticas norte-americanas e contra os governos que, no Brasil, as defendem e aplicam. E muitos trabalhadores são perseguidos por isso. E alguns chegam a ser presos.

São vítimas da repressão?

Sim, mas não só. Temos a actividade dificultada também por algumas medidas do governo, que cortou o crédito – que é importante para a reforma agrária – para a assistência técnica, para os projectos de habitação, incremento de produção, etc.

Recentemente, o governo anunciou a criação de um banco de terras que os trabalhadores podem comprar. Para o governo, a compra dessas terras, que são propriedade do FMI, faz com que deixem de ser necessárias as ocupações que o MST propõe. É este o combate do governo nos meios de

comunicação social. Mas mesmo com todo este trabalho de propaganda, o governo não consegue resolver o problema da terra.

E o que defende o MST sobre isto?

O nosso entendimento é que os latifundiários concentram a terra para especulação e não para resolver o problema da fome no Brasil e têm que pagar um preço por isso. A terra tem de ser desapropriada, e os trabalhadores têm de ter subsídios para produzir e para sustentar a nação. Segundo o nosso movimento, não é a compra de terra que resolve o problema da reforma agrária, porque temos cerca de quatro milhões e meio de trabalhadores rurais sem terra no Brasil que é necessário assentar, daí precisarmos de um governo que legisle neste sentido, da desapropriação dos latifúndios.

Assinar um papel e comprar uma terra não resolve nada. Com a crise actual da agricultura brasileira, devido à falta de investimento, nem sequer os créditos dos empréstimos os trabalhadores conseguem pagar. Porque a política internacional de abertura dos mercados e livre comércio inviabiliza a sobrevivência do pequeno agricultor.

Quantos trabalhadores trabalham, neste momento, em terras ocupadas?

O Movimento conta hoje com cerca de quatrocentos mil trabalhadores nas suas fileiras. E temos conseguido alguns avanços. Não houve nenhuma distribuição de terras no Brasil que tenha sido feita pelo governo sem a acção dos trabalhadores.

O MST e o governo procuram ganhar a sociedade para as suas causas. Na vossa opinião, quem está a vencer esta batalha?

Quando iniciámos esta luta pela reforma agrária, a sociedade brasileira ainda estava pouco ganha para ela. A ocupação

da propriedade privada era um assunto muito polémico. Não era bem vista. Com o tempo, e à medida que íamos conseguindo difundir a questão do atraso da terra brasileira por estar centralizada no latifúndio, a sociedade começou a perceber e a ver com bons olhos uma distribuição de terra. E começa a mudar de opinião... Agora, o governo já não diz que não distribui a terra, como os anteriores governos. E a nossa luta actual é mostrar que essa reforma agrária não está a acontecer.

Como se organiza a vida nos assentamentos?

Apesar das diferenças existentes nas diversas regiões, nós procuramos que os trabalhadores se organizem colectiva-

«A sociedade começa a perceber a necessidade da Reforma Agrária»

mente, por cooperativas. Na base, temos a organização por grupos de dez famílias, de modo a que esteja assegurada a estrutura interna do assentamento. Existem alguns companheiros que dão prioridade ao lote individual. Mesmo assim, procuramos que se agrupem em grupos de famílias, de modo a que fique mais bem integrado na organização geral e que receba as orientações do movimento e informações sobre as lutas futuras. Nós estamos envolvidos na luta contra os transgénicos e é preciso que chegue a todos os trabalhadores informações sobre a luta mesmo aos que estão no lote individual. Estando agrupados, vão ter no seu grupo alguém do sector de formação ou do sector de produção que os põem a par de tudo.

Desporto

• Luís Carlos

A classificação da Selecção portuguesa no ranking da FIFA – actualizada em Setembro – revelou nova queda, situando-se no 11.º lugar, depois de ter ocupado a 4.º posição antes do Mundial 2002, disputado na Coreia do Sul e no Japão.

A presente edição da Liga dos Campeões não tem, pela primeira vez, qualquer equipa nacional. As partidas inaugurais da 1.ª eliminatória da Taça UEFA, que contaram com a participação de quatro representantes nacionais (Leixões, por via da Taça de Portugal, FC Porto, pelo 3.º lugar na I Liga, Sporting e Boavista, por terem sido afastados nas pré-eliminatórias da Liga dos Campeões), foram globalmente negativas para as equipas lusitanas, não obstante as vitórias do Leixões (2-1) e do FC Porto (6-0), ambas



Dirigentes têm medo da democracia (1)

em casa, frente a formações de pouca expressão internacional. A derrota do Boavista (0-1) com uma equipa israelita de segundo plano, em terreno neutro (o jogo não se realizou em Israel, por razões de segurança, e foi disputado na Bulgária), e a derrota do Sporting (1-3) frente ao Partizan de Belgrado, em pleno Estádio José Alvalade, são motivos de preocupação.

Está visto que o panorama futebolístico anda, genericamente, longe de ser motivo de orgulho para os adeptos portugueses. Se calhar nem podia ser de outra maneira, dada a real dimensão da modalidade no País, não obstante as ideias de grandeza e as promessas de glória sistematicamente transmitidas para a opinião pública. O desfasamento entre o sonho e a realidade é tão grande e tão evidente que deveria motivar uma profunda reflexão por parte da generalidade dos agentes desportivos, sobretudo dos dirigentes.

Boicote eleitoral

As eleições para a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) seriam um óptimo momento para se (re)pensar o futebol português, promovendo-se uma discussão séria e abrangente sobre objectivos a atingir e os caminhos para lá se chegar. Para além da actualidade ser preocupante, a próxima Direcção da FPF estará em funções no Euro 2004, o acontecimento desportivo e social previsivelmente mais importante em Portugal até essa data. Foi neste contexto que surgiu uma lista alternativa, encabeçada pelo ex-jogador e treinador Artur Jorge, que se propôs candidatar-se às referidas eleições para os órgãos sociais da FPF. Sem fazer juízos sobre o programa desta lista, nem sobre as pessoas que dela faziam parte, o aparecimento de

uma alternativa veio ao encontro da tal necessidade de debate. Contudo, perante a perspectiva da discussão, do confronto de ideias, da análise das acções passadas e do planeamento

das futuras, os actuais barões do futebol logo se levantaram em peso para impedir que tal sucedesse. Duas vezes se destacaram: a do actual presidente da FPF, Gilberto Madaíl, e a do presidente da Liga, Valentim Loureiro - ambos responsáveis pelas estruturas mais importantes do futebol nacional, ambos destacados militantes do PSD, ambos com forte ligação ao Governo. *Aqui del rei* que nos querem roubar o poder, assim se tocou a rebate nas cúpulas do futebol português, assim se mobilizaram forças para boicotar a nova candidatura. Dado que o sistema eleitoral da FPF obriga a que qualquer lista tenha de reunir um determinado número de votos (125), entre as estruturas da própria FPF, para se candidatar, as pressões, chantagens e tráfico de influências por parte do poder instituído - acções denunciadas por diversas pessoas - trataram de impedir que a lista de Artur Jorge chegasse, sequer, a constituir-se em candidatura (apenas obteve os apoios do Sindicato dos Jogadores e da Associação de Árbitros, que detêm 80 votos). Ainda que a correlação de forças fosse largamente favorável na actual Direcção, o que não colocaria em causa a sua reeleição a 12 de Outubro, Gilberto Madaíl e Valentim Loureiro não quiseram que houvesse concorrência, por temerem o inevitável debate que teria de ocorrer no período de campanha. Apesar da manobra, claramente antidemocrática, ter chocado a opinião pública e ter servido para branquear o desempenho muito pouco transparente da FPF (nomeadamente durante a preparação para o Mundial 2002), dando-lhe total cobertura para prosseguir até ao Euro 2004, não se ouviu uma palavra por parte do Governo, entidade que se tem demonstrado tão preocupada com as finanças do Estado, quando o dinheiro se destina a entidades públicas...

Poemas da Festa

(Serenata cínica para o Bettencourt cantar)

Menino que vais na rua,
não cantes nem chores: berra!
Cospe no céu e na lua
e aprende a pisar a terra.

Aprende a pisar o mundo.
Deixa a lua aos violinos
dos olhos dos vagabundos
e dos poetas caninos.

Aprende a pisar a vida.
Deixa a lua às costureiras
- pobre moeda caída
de quem não tem algibeiras.

Aprende a pisar no chão
o silêncio do luar
sem sentir no coração
outras pedras a gritar.

Pisa a lua sem remorsos,
estatelada no solo...
Não hesites! Quebra os ossos
dessa criança de colo.

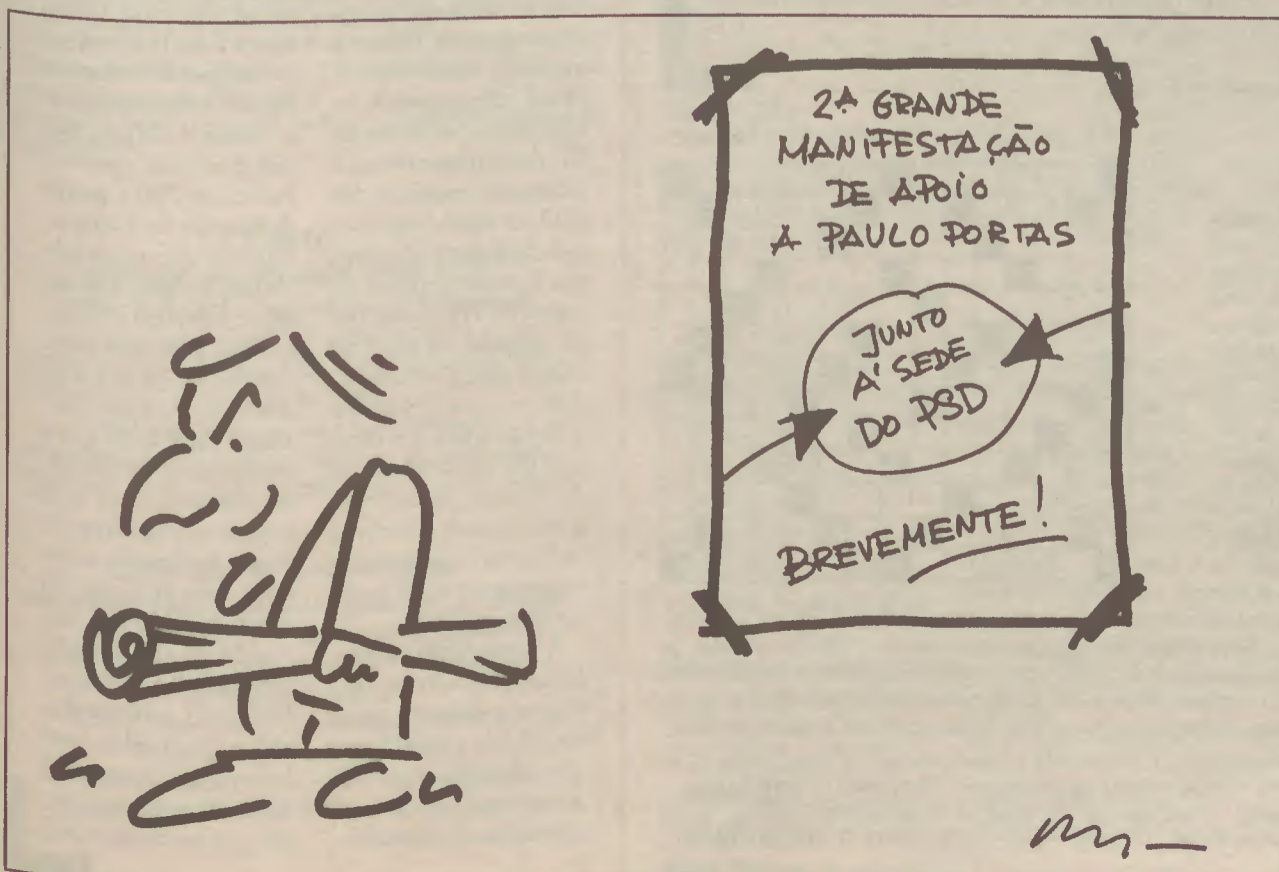
Pisa-a, frio, com coragem,
sem olhos de serenata:
que isso que vês na paisagem
não é ouro nem é prata.

Menino que vais na rua,
não chores, nem cantes: berra!
ou, então, salta prá lua

José Gomes Ferreira

Cartoon

• Monginho

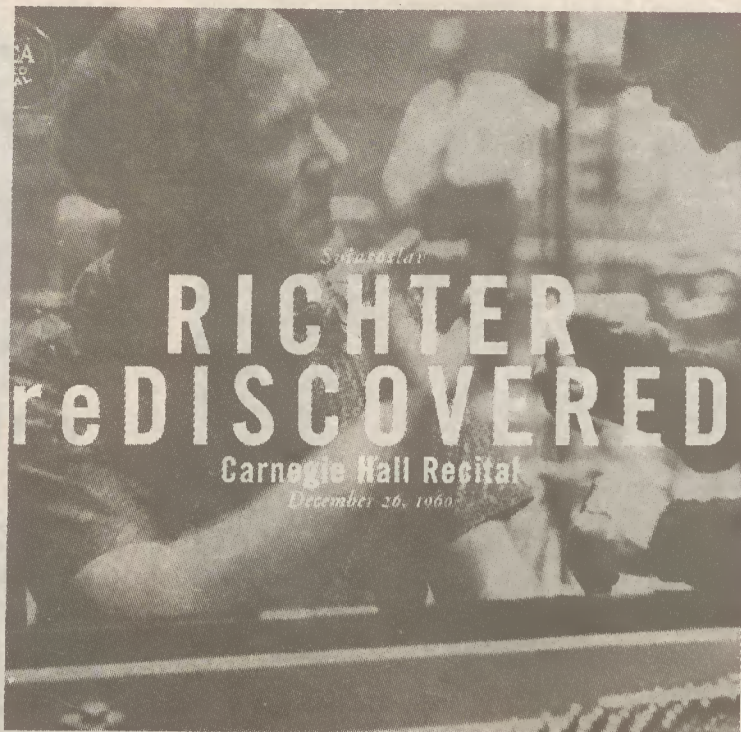


Música

• Manuel Augusto Araújo

Em 1955, a distensão das relações entre a União Soviética e os Estados Unidos da América possibilitou que o trânsito cultural entre os dois países sofresse um impulso importante. O pianista Emil Gillels, o violoncelista Mstislav Rostropovich e o violinista David Oistrakh atravessam o Atlântico e efectuam séries de concertos memoráveis. Mais ou menos por essa altura, um outro músico sai de Moscovo para, nas capitais da Bulgária e da Checoslováquia, ter um êxito estrondoso que ecoa a ocidente. O seu nome já era conhecido.

O pianista norte-americano von Cliburn, que o tinha escutado em Moscovo, ficara deslumbrado e disso dera



Um registo fonográfico inédito Sviatoslav Richter no Carnegie Hall em 26 Dezembro 1960

notícia e Emil Gillels disse, no decorrer de uma entrevista a um jornal francês, aos entrevistadores que muito elogiavam as suas interpretações de Beethoven, *esperem até ouvirem Richter*.

Estavam assim criadas as maiores expectativas para quando Sviatoslav Richter cruzasse a fronteira com o «ocidente».

Em 1960, finalmente isso sucedeu: primeiro a Finlândia, depois os Estados Unidos da América, onde efectuou um primeiro concerto em 19 de Outubro, em que tocou cinco sonatas de Beethoven. O segundo concerto, em 23 de Outubro, foi preenchido com obras de Prokofiev e dois prelúdios de Rachmanoff. Em 25 de Novembro, foram obras de Haydn, Schumann e Debussy que integraram o programa do recital e nos dois últimos concertos agendados para completar esta digressão nova-iorquina no Carnegie Hall, em 28 e 30 de Outubro, ouviu-se, com os anteriormente referidos, Chopin.

O aviso de Gillels «*esperem até ouvir Richter*» confirmava-se. O êxito foi de tal ordem que mais dois concertos foram agendados: o primeiro para 26 de Dezembro, novamente no Carnegie Hall, e o segundo para 28 de Dezembro, no Teatro Mosque em Newark. Nestes concertos, Richter tocou novamente a sonata 60, II Hob XVI / 50 de Haydn e a sonata n.º 6 de Prokofiev, pela primeira vez Ravel e obras ainda não ouvidas de Prokofiev, uma série das Visões Fugitivas, e novos prelúdios de Rachmaninoff. Entre concertos tinha realizado várias gravações em estúdio com obras de Beethoven, sonatas e o primeiro concerto para piano e orquestra, e Brahms, o segundo concerto para piano e orquestra.

Em todos estes concertos os extras foram muitos e variados.

Tudo é fascinante

O duplo CD, agora publicado pela RCA-Victor, é inédito e integra por completo o recital de 26 de

Dezembro de 1960 no Carnegie Hall, programa e extras, e os extras do recital no Teatro Mosque. É, depois da morte do lendário pianista nos finais do século XX, uma novidade e um documento extraordinário da genialidade de Richter. Porquê só agora? É uma querela para os especialistas destas «cousas estranhas» do mundo discográfico mergulharem.

Este duplo CD evidencia tudo o que torna Sviatoslav Richter num artista ímpar. A sua aquisição para os *richterianos* torna-se quase obrigatória só pela sua interpretação alucinante da sonata n.º 6 de Prokofiev, em que ultrapassa as inúmeras dificuldades técnicas como se não existissem, utilizando tempos de uma velocidade estonteante, uma energia percutiva nunca antes ouvida em contraste com um lirismo extremo e contido nas secções lentas, e tudo o que pode causar estranheza acaba por se tornar magicamente revelador da estrutura, das proporções e do sentido dramático desta *sonata de guerra* de Prokofiev.

Nesta gravação tudo é fascinante! Um Haydn que parece escrito dezenas de anos depois, um Chopin despido de todos os maneirismos, um Ravel distante e frio como nunca, um Rachmaninoff energético e sem «gorduras», um Prokofiev que se fazia ouvir como se fosse pela primeira vez.

Tudo nestes dois cd's é fascinante, como fascinante deve ter sido esta primeira digressão de Sviatoslav Richter pelo ocidente.

No entanto há um texto inserto neste álbum do, presumimos, crítico musical do New York Times que é bem revelador do clima de «guerra fria» e que é uma imperial afirmação da superioridade cultural do ocidente, guiada pelos EUA. Texto que merece alguma atenção porque possibilita na contradita melhor compreender a obra de Sviatoslav Richter. Nele nos deteremos.

Pontos Cardeais

Estacionamentos

Com toda a naturalidade, foi noticiado em todos os órgãos de comunicação social, com relevo para as televisões (que passaram reportagens *in loco*) a presença no Estuário do Tejo de um porta-aviões norte-americano, um dos mais modernos, mais bem equipados e etc., etc., num bacoco fascínio pela arma de guerra norte-americana que se instalou frente à capital portuguesa por um período de sete dias. Foi dito com igual naturalidade que o gigantesco navio «é movido a energia nuclear» e nenhuma alma tremeu ou se interrogou, e muito menos se lembrou que ainda não há muito tempo Portugal (e grande parte dos países do mundo) proíbe o trânsito e o estacionamento nas suas águas territoriais destas armas movidas a energia nuclear, pelas óbvias ameaças (mesmo que potenciais) para a segurança ambiental que elas representavam.

Agora, alegremente, aceita-se que os americanos façam o que lhes der na real gana em qualquer parte que lhes apeteça.

Incluindo estacionar uma perigosíssima arma nuclear, durante uma semana, frente à própria capital portuguesa, ficando pelos vistos toda a gente que manda actualmente neste país muito entusiasmada com a «honra» que nos foi concedida...

Excepções...

Já que estamos a falar da subserviência generalizada face aos actuais ditames dos EUA, assinalemos a extraordinária decisão dos responsáveis pela União Europeia (UE) de «autorizarem» os Estados-membros a estabelecer protocolos individuais com os EUA na questão do Tribunal Penal Internacional, ou seja: os responsáveis da EU decidiram aceitar a intolerável exigência dos EUA em não admitir que cidadãos norte-americanos fiquem sujeitos às regras do TPI (serem por ele julgados em casos de crimes contra a Humanidade) e, como apesar de tudo não tiveram a coragem (ou o descaramento) de assumirem directamente essa incrível cedência, trataram de «autorizar» cada país-membro a fazê-lo...

A partir daqui, é absolutamente intolerável que, seja quem for, possa ser julgado pelo TPI porque, obviamente, o TPI assim configurado (com «cidadãos de primeira»,

os norte-americanos, e «cidadãos de segunda», todos os outros habitantes do planeta) não tem qualquer legitimidade ou credibilidade, além de ser, ele próprio, um gritante e flagrante exemplo de injustiça, pois estende o seu poder e as suas leis apenas aos mais fracos.

Que, na actual conjuntura imperial dos EUA, são todos os habitantes do planeta que não são norte-americanos.

... e pressas

A propósito desta pretensa «autorização» de Bruxelas para que os países-membros da EU ratifiquem, individualmente, compromissos com os EUA a isentar os cidadãos deste país de prestar contas perante o TPI, em caso de crimes contra a Humanidade, assinalemos que o Governo de Durão Barroso já afirmou, com toda a pressa, que Portugal «está disposto» a assinar este compromisso com os EUA.

Ah está?!... Somos, portanto, os primeiros (pela voz autorizada dos nossos actuais governantes) a aceitar oficialmente que somos cidadãos de segunda, sendo os norte-americanos, obviamente, cidadãos de primeira. Está bonito, isto da governação em Portugal...

Rectificação da «Marina»

Há semanas, publicámos nesta secção um comentário sobre o «Edifício da Marina», construído há 10 anos pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, no meio do Estuário do Rio Lima e em plena frente ribeirinha, edifício que nunca serviu para nada, que nunca mereceu qualquer explicação para a sua existência e que voltou agora à baila porque a actual gestão camarária decidiu «relançar o debate» sobre o edifício. Mas cometemos um erro, atribuindo ao PSD a gestão da câmara de Viana do Castelo que pretende «relançar» agora o debate sobre o destino a dar ao edifício, entretanto praticamente sem uso e ao abandono. Errámos. Queríamos dizer o PS, que é efectivamente o partido responsável tanto pela gestão da câmara de Viana do Castelo como pela tal decisão do «relançamento» da discussão do «Edifício da Marina» referido no texto. Pelo lapso, pedimos desculpa aos visados e aos leitores, agradecendo aos que nos chamaram a atenção para o erro cometido.

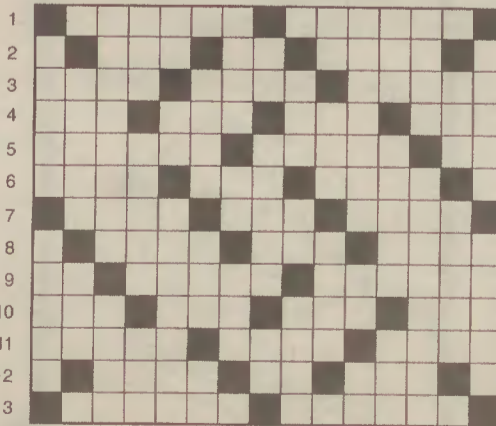
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Vastidão (fig.); delicadas. 2 - O m.q. lírio; oferece; declamar. 3 - Fronteira; mulher formosa (fig.); que não é o mesmo. 4 - Composição poética de assunto elevado e destinada ao canto; oferecer; sinal radiotelegráfico internacional para pedir socorro; aqui está. 5 - Possuidor de feudo; dar à luz filhos; ósmio (s.q.) 6 - Acto público; escudeiro; criar ovas. 7 - Pref. de origem latina que significa metade, meio ou quase; contr. da prep. *em* com o art. indef. *um*; cheiro agradável. 8 - Carta ou face de dado com seis pintas; apetite sexual dos animais em determinados períodos; ave palmípeda, espécie de pato. 9 - Avenida (abrev.); monte de pouca altura; embarcação comprida e estreita feira de um tronco escavado, usada na África e na América. 10 - Debaixo de; composição musical para duas vozes ou instrumentos; maior; progenitor. 11 - Torcido; desgastar; carga disparada por arma de fogo. 12 - Tontura; designa dor (interj.); criada de quarto. 13 - Camponês dos arrabaldes de Lisboa; madrugada.

VERTICAIS: 1 - O conjunto de doze dúzias; pau de bandeira. 2 - Despedida; impulso rápido (fig.). 3 - Freguês (pl.); pão de milho. 4 - Emprega-se para excitar ou animar (interj.); pessoa adulta do sexo masculino; sinal gráfico que serve para nasalar a vogal à que se sobrepõe. 5 - Aquelas; contr. da prep. *de* com o art. def. *o*; que não tem cheiro. 6 - Escassa; espécie de sapo da região do Amazonas; grito aflitivo. 7 - Aroma; índio (s.q.); grande quantidade. 8 - Carta de jogar; em pequena quantidade; designa alternativa. 9 - Apêndice, em forma de arco ou argola, de vários utensílios, pelo qual se lhes pega; terceira nota da escala musical; tecido de malha para cobrir o pé e parte da perna. 10 - Molibdénio (s.q.); discurso; objectar. 11 - Corrosivo; caminhar; atmosfera. 12 - Antigo navio de guerra, de alto porte; triturar; irmão dos pais ou dos avós. 13 - Ofício; remoinhar. 14 - Curso de água natural; borrar. 15 - Retenção ou fruição de uma coisa ou direito; que atinge a maioria legal.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Oceano; amens. 2 - Lst; d; oar. 3 - Rata; rosa; outro. 4 - Ode; dar; SOS; eis. 5 - Senhor; part; Os. 6 - Auto; ato; ovar. 7 - Semi; num; olo. 8 - Sent; eio; adem. 9 - Av; morro; prog. 10 - Sob; dup; pat. 11 - Torto; roer; tiro. 12 - Torto; roer; tiro. 13 - Salto; aurota. VERTICAIS: 1 - Grosa; haste. 2 - Adens; vo; 3 - Chentes; bra; 4 - Kja; homem; ul. 5 - As; do; modoro. 6 - Rara; ar; at. 7 - Odo; In; or. 8 - As; pouco; ou. 9 - Ass; mt; meia. 10 - Mo; ore; opor. 11 - Erosivo; in; ar. 12 - Na; r; r; r. 13 - Arte; rodopiar. 14 - Rio; regar. 15 - Posse; maior.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



Carlos Carvalhas participa no Encontro Regional de Évora da JCP

Sábado, 5 de Outubro, às 15h00
na Escola Secundária de Montemor-o-Novo
(Intervenção de Carlos Carvalhas cerca das 17h45)



Preparação do VII Congresso

Amadora

- Sexta-feira, 4, às 22h00, no CT da Amadora - abertura do Bar Rubro's, sobre 85.º aniversário da Revolução de Outubro.
- Sábado, 5, às 15h00, no CT da Amadora - Plenário da Organização do Ensino Secundário da Amadora, com projecção de documentário e abertura do Bar da JCP.

Aveiro

- Domingo, 6, às 15h00, no CT de Aveiro - Plenário de Jovens Trabalhadores de Aveiro, e, também às 15h00, reunião do Colectivo do Ensino Superior da Universidade de Aveiro da JCP, para discussão do Projecto de Resolução Política.

- Quarta-feira, 9, às 21h00, no CT de Aveiro - debate sobre política educativa, com Joel Vasconcelos, da Comissão Política da JCP.

Coimbra

- Sábado, 5, às 15h00, no CT de Coimbra - Plenário regional da organização do ensino secundário de Coimbra, para discussão do Projecto de Resolução Política, a que seguirá um jantar-convívio e uma iniciativa com leitura de poesia.

Covilhã

- Hoje, 3, às 21h00, no CT da Covilhã - Reunião do Colectivo do Ensino Superior da Covilhã da JCP, para discussão do Projecto de Resolução Política.

Évora

- Terça-feira, 8, às 21h00, no CT de Évora - Reunião da Organização do Ensino Superior de Évora da JCP, para discussão do Projecto de Resolução Política.

Lisboa

- Hoje, 3, às 18h00, no CT Vitória - Plenário da Organização do Ensino Superior de Lisboa da JCP, para discussão do Projecto de Resolução Política, com Célia Violante, do Secretariado e da Comissão Política da JCP.

- Sábado, 5, às 21h00, no CT de Benfca - Debate sobre Congresso da JCP, com animação, convívio e poesia, com a participação de Margarida Botelho, do Secretariado e da Comissão Política da JCP.

- Terça-feira, 8, às 21h00, no CT Vitória - Plenário de camaradas do Ensino Superior Particular e Cooperativo da Organização do Ensino Superior de Lisboa, para discussão do Projecto de Resolução Política, com Miguel Madeira, do Secretariado e da Comissão Política da JCP.

Odivelas

- Domingo, 6, às 16h00, no CT de Odivelas - Plenário de discussão do Projecto de Resolução Política.

Palmela

- Sábado, 5, às 21h00, em Palmela - Debate sobre Situação Internacional.

Porto

- Sábado, 5, 15h, no CT da Boavista - Encontro de Jovens Trabalhadores

São João da Madeira

- Terça-feira, 8, às 21h00, em São João da Madeira - Plenário de militantes da JCP para discussão do II Capítulo do Projecto de resolução Política.

- Quinta-feira, 10, às 21h00, em São João da Madeira - Plenário de militantes da JCP, para discussão do III e IV Capítulos do Projecto de Resolução Política.

Santarém

- Sábado, 5, às 15h00, em Alparça - Plenário regional da Organização do Ensino Secundário da JCP de Santarém, para debater, também, as actuais alterações do Governo ao Estatuto do Aluno.

Seixal

- Sexta-feira, 4, às 20h00, no Espaço Jovem da JCP-Atrentela - Jantar-convívio e debate sobre «Trabalhadores do Séc. XXI com Direitos do Séc. XIX», com a participação de Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP.

- Domingo, 6, às 16h00 - Pintura de mural de divulgação do 7.º Congresso da JCP.

- Quarta-feira, 9, às 21h00, no CT do Seixal - Plenário de jovens trabalhadores, para discussão do Projecto de Resolução Política.

Setúbal

- Hoje, 3, às 18h30, no Edifício Arrábida, CT do PCP, em Setúbal - Assembleia electiva do colectivo da Escola Secundária do Bocale.

- Sexta-feira, 4, às 21h00, no Utopia, Edifício Arrábida, Setúbal - Debate «Transformar é possível», com Paulo Raimundo, do Secretariado e da Comissão Política da JCP.

- Sábado, 5, às 09h30, na Concelhia de Almada - Curso de formação ideológica, com Aurélio Santos, da Comissão Central de Controlo do PCP. Às 18h00, no Edifício Arrábida, CT do PCP em Setúbal - Assembleia electiva do colectivo da Escola Secundária Sebastião da Gama.

- Domingo, 6, às 15h00, no CT do PCP em Setúbal - Plenário concelhio de militantes. Também às 15h00, no CT de Alhos Vedros - Plenário de militantes da freguesia de Alhos Vedros.

- Segunda-feira, 7, às 21h30, no CT da Moita - plenário de militantes da freguesia da Moita.

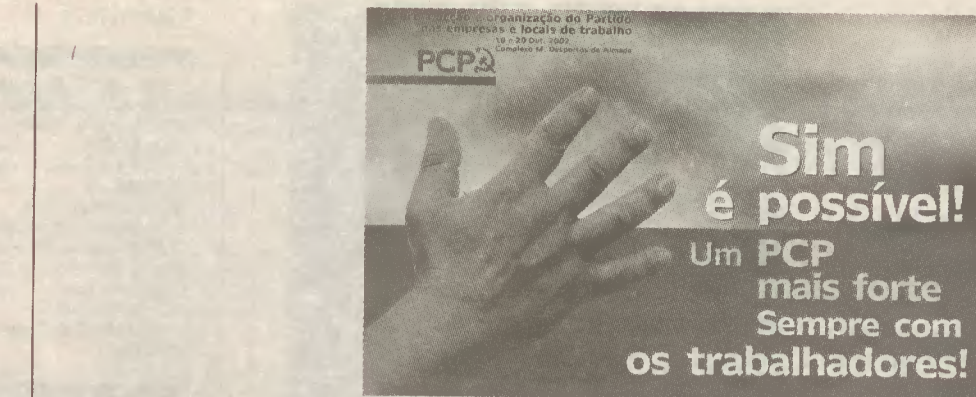
Porto

Debate promovido pela JCP

inserido no Encontro Nacional sobre a intervenção do Partido junto dos trabalhadores
Trabalhadores do Séc. XXI, direitos do Séc. XIX
Sábado, 5, às 15h00,
na Junta de Freguesia de Santo Ovídeo
com a participação de Miguel Madeira, do Secretariado e Comissão Política da JCP, e Júlio Vintém, do CC do PCP

Jornada de homenagem aos resistentes antifascistas de Setúbal

promovida pela URAP, Dia 5 de Outubro
11h30 - concentração junto ao Cemitério N.º Sr.ª da Piedade para deposição de flores
13h - Almoço-convívio no restaurante «O Melro»,
Av. Bento Gonçalves, 25, em Setúbal
(Inscrições para o almoço: cams. Natércia-tel. 265231095,
Américo Leal-tel. 265521180, Vítor Zacarias-tel. 919257228)



Plenários de militantes de preparação do Encontro

Águeda

- Da Organização Concelhia - Sábado, 5, 21h, com António Salavessa.

Alcácer do Sal

- Da organização da Carrasqueira, em Comporta - Quinta, 3, às 20h30.

Alcanena

- De militantes do concelho - Sábado, 5, 17h30, CT de Alcanena, com Jorge Ferreira e Valdemar Henriques.

Almada

- Das organizações das freguesias de Caci-lhas (CT Alberto Araújo), Pragal (CT Pragal), Cova da Piedade (CT C. Piedade) - todos Quinta-feira, dia 3, às 21h; da freguesia de Laranjeiro - Sexta, 4, 21h, CT Laranjeiro; das freguesias Caparica/Pia Raposo (CT Monte Caparica), C. Piedade (CT local), Feijó (CT local), Almada (CT Alb. Araújo) - Sábado, 5, 15h; das freguesias de Sobreda (na Comissão Moradores Vale Figueira) e Trafaria (nos Bomb. Voluntários) - Terça, 8, 21h; de Militantes do Arsenal do Alfeite - Quarta, 9, 18h, CT Concelhio; de Trabalhadores da Autarquia - Quarta, 9, 18h30, CT Concelhio-

Amadora

- Das freguesias de Alfozinhos e Brandoa - Domingo, 6, 15h, CT da Brandoa; da Com. Concelhia de Amadora - Terça, 8, 20h30, CT Amadora; da freguesia de Venteira - Quarta, 9, 21h, CT da Amadora.

- Debate: «As novas gerações de trabalhadores e a intervenção do Partido» - Quinta-feira, 10, 20h30, no CT da Amadora, com Paulo Raimundo.

Amadora

- Das freguesias de Alfozinhos e Brandoa - Domingo, 6, 15h, CT da Brandoa; da Com. Concelhia de Amadora - Terça, 8, 20h30, CT Amadora; da freguesia de Venteira - Quarta, 9, 21h, CT da Amadora.

- Debate: «As novas gerações de trabalhadores e a intervenção do Partido» - Quinta-feira, 10, 20h30, no CT da Amadora, com Paulo Raimundo.

Arouca

- Da Organização Concelhia - Sábado, 5, 15h, em casa do cam. Armando, com João Frazão

Aveiro

- Reunião com trabalhadores de empresas industriais do concelho - Segunda, 7, 21h, CT Aveiro; da célula da PT - Terça, 8, 18h, com Alexandre Teixeira.

Barrancos

- Da organização concelhia de Barrancos - Segunda, 7, 20h30, Centro de Convívio

Barreiro

- Da freguesia de Coia - Quinta, 3, 21h, CT da Freguesia; da freguesia de Barreiro - Sexta, 4, 21h, CT da Freguesia; da freguesia de Palhais - Sexta, 4, 21h, CT da Freguesia; da freguesia de Alto do Seixalinho - Sábado, 5, 15h, CT da Freguesia; da freguesia de Santo André - Domingo, 6, 15h, CT da Freguesia. Plenário concelhio de Quadros - Segunda, 7, 21h, CT Concelhio, com Júlio Vintém; da organização dos Ferroviários - Terça, 8, 18h, CT Concelhio; da organização dos Químicos - Quarta, 9, 18h, CT do Lavradio.

Beja

- Da célula da CM - Quinta, 3, no CT de Beja

Cascais

- Da Freguesia de Alcabideche - Sábado, 5, CT local; de Militantes e Amigos da Organização de Empresas de Cascais - Sábado, 5, no CT de Tires, antecedido por almoço-convívio que tem início às 13h.

Cascais

- Da Freguesia de Alcabideche - Sábado, 5, CT local; de Militantes e Amigos da Organização de Empresas de Cascais - Sábado, 5, no CT de Tires, antecedido por almoço-convívio que tem início às 13h.

Cascais

- Da Freguesia de Alcabideche - Sábado, 5, CT local; de Militantes e Amigos da Organização de Empresas de Cascais - Sábado, 5, no CT de Tires, antecedido por almoço-convívio que tem início às 13h.

Cascais

- Da Freguesia de Alcabideche - Sábado, 5, CT local; de Militantes e Amigos da Organização de Empresas de Cascais - Sábado, 5, no CT de Tires, antecedido por almoço-convívio que tem início às 13h.

Cascais

- Da Freguesia de Alcabideche - Sábado, 5, CT local; de Militantes e Amigos da Organização de Empresas de Cascais - Sábado, 5, no CT de Tires, antecedido por almoço-convívio que tem início às 13h.

Cascais

- Da Freguesia de Alcabideche - Sábado, 5, CT local; de Militantes e Amigos da Organização de Empresas de Cascais - Sábado, 5, no CT de Tires, antecedido por almoço-convívio que tem início às 13h.

Cascais

- Da Freguesia de Alcabideche - Sábado, 5, CT local; de Militantes e Amigos da Organização de Empresas de Cascais - Sábado, 5, no CT de Tires, antecedido por almoço-convívio que tem início às 13h.

Cascais

- Da Freguesia de Alcabideche - Sábado, 5, CT local; de Militantes e Amigos da Organização de Empresas de Cascais - Sábado, 5, no CT de Tires, antecedido por almoço-convívio que tem início às 13h.

Cascais

- Da Freguesia de Alcabideche - Sábado, 5, CT local; de Militantes e Amigos da Organização de Empresas de Cascais - Sábado, 5, no CT de Tires, antecedido por almoço-convívio que tem início às 13h.

Cascais

- Da Freguesia de Alcabideche - Sábado, 5, CT local; de Militantes e Amigos da Organização de Empresas de Cascais - Sábado, 5, no CT de Tires, antecedido por almoço-convívio que tem início às 13h.

Cascais

- Da Freguesia de Alcabideche - Sábado, 5, CT local; de Militantes e Amigos da Organização de Empresas de Cascais - Sábado, 5, no CT de Tires, antecedido por almoço-convívio que tem início às 13h.

Cascais

- Da Freguesia de Alcabideche - Sábado, 5, CT local; de Militantes e Amigos da Organização de Empresas de Cascais - Sábado, 5, no CT de Tires, antecedido por almoço-convívio que tem início às 13h.

Cascais

- Da Freguesia de Alcabideche - Sábado, 5, CT local; de Militantes e Amigos da Organização de Empresas de Cascais - Sábado, 5, no CT de Tires, antecedido por almoço-convívio que tem início às 13h.

Castelo Branco

- Plenário da organização concelhia - Sexta, 4, no Centro de Trabalho

Castelo de Paiva

- Da organização concelhia - Sexta, 4, 21h, em Sobrado, com Oscar Oliveira.

Entroncamento

- Da célula dos Ferroviários - Quinta, 4, 17h30, no CT do PCP/Zona Verde, também sobre a situação na EMEF.

Espinho

- Da organização concelhia - Sexta, 4, 21h30, CT local, com Júlio Vintém.

Ferreira do Alentejo

- Da organização de Alfundão - Quinta, 3, 20h, no Centro de Convívio; de Olhas - Sexta, 4, às 20h, no Centro de Convívio; de Figueira de Cavaleiros - Sábado, 5, às 16h, no Café da cam. Rosa Aniceto; da freguesia de Canhestros - Segunda, 7, às 16h, no CT.

Golegã

- Convívio e debate sobre «O PCP e os direitos dos trabalhadores» - Sábado, 5, 15h30, no CT da Azinhaga, com Luísa Mesquita.

Ilhavo

- Plenário concelhio de Ilhavo e Vagos - Quarta, 3, 21h, CT de Ilhavo, com António Salavessa.

Lisboa

- Encontro de militantes do Partido nas empresas rodoviárias privadas de passageiros do distrito de Lisboa - Sábado, 5, a partir das 10h, no CT Vitória, com Jerónimo de Sousa. Almoço-convívio (com inscrições directamente no CT Vitória ou pelo tel. 213307000 até sexta-feira).

- Plenários do Sector dos Transportes da ORL: da Carris/CIC - Quarta, 9, 17h30, CT Vitória; da Carris/Reformados - Terça, 8, 15h, CT Vitória; do Metro/ORT's - Terça, 8, 9h30, CT Vitória; da TAP/Manutenção - Sexta, 4, 17h, CT Olivais; da TAP/Secret. alargado - Quarta, 9, 17h, CT Vitória; da ANA - Quinta, 3, 18h30, CT Vitória; da Av. Estrangeira - Sexta, 4, 18h30, CT Vitória; de Agências e Despachantes - Quarta, 9, 18h30, CT Vitória.

Lisboa

- Encontro de militantes do Partido nas empresas rodoviárias privadas de passageiros do distrito de Lisboa - Sábado, 5, a partir das 10h, no CT Vitória, com Jerónimo de Sousa. Almoço-convívio (com inscrições directamente no CT Vitória ou pelo tel. 213307000 até sexta-feira).

- Plenários do Sector dos Transportes da ORL: da Carris/CIC - Quarta, 9, 17h30, CT Vitória; da Carris/Reformados - Terça, 8, 15h, CT Vitória; do Metro/ORT's - Terça, 8, 9h30, CT Vitória; da TAP/Manutenção - Sexta, 4, 17h, CT Olivais; da TAP/Secret. alargado - Quarta, 9, 17h, CT Vitória; da ANA - Quinta, 3, 18h30, CT Vitória; da Av. Estrangeira - Sexta, 4, 18h30, CT Vitória; de Agências e Despachantes - Quarta, 9, 18h30, CT Vitória.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de militantes do Sector da Saúde da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória, com Arménio Carlos. - Da célula Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL - Segunda, 7, 21h, CT Vitória. - Do sector Comunicações, Água e Energia - Terça, 8, 18h30, CT Vitória. - Da freguesia de S. Vicente - Sexta, 4, 21h, CT da Graça; da freguesia de Marvila - Sábado, 5, 17h, CT de Marvila; da freguesia de S. João - Sábado, 5, 15h, salão da Junta de Freguesia local.

- Plenário de

ATVer

Perigo Íntimo vive, essencialmente, do «duelo» entre as estrelas Harrison Ford e Brad Pitt

Viagem ao Princípio do Mundo

(Sexta-feira, 04.10.02, RTP-2)

Em *Viagem ao Princípio do Mundo*, Manoel de Oliveira deu a Marcello Mastroianni o seu último (e grande) papel no cinema, num belo filme construído, literalmente, como um *road movie* de uma grande simplicidade, onde Mastroianni encarna o próprio Oliveira, aqui ficcionado como um velho mestre que percorre o Norte de Portugal, cruzando dados autobiográficos, memórias e evocações pessoais, enquanto vai reflectindo, com humor e nostalgia, sobre a vida e a morte. Um belo filme dedicado ao seu principal intérprete - Mastroianni - que dificilmente se poderia despedir melhor do cinema e da vida.

Perigo Íntimo

(Sexta-feira, 04.10.02, RTP-1)

Perigo Íntimo é um thriller quase intimista sobre a relação de amizade e camaradagem que se estabelece entre um jovem militante do IRA (Brad Pitt) e um pacato e honesto polícia de Nova Iorque (Harrison Ford), que o recebe em casa como hóspede desconhecendo a sua verdadeira identidade. O realizador Alan J Pakula explora com inteligência este jogo de ilusões e enganos, ao longo do qual um bom-bista implacável enfrenta o dilema de cumprir a sua missão (compra de armas nos EUA) sem, ao mesmo tempo, comprometer o polícia e a sua família que lhe deram generoso abrigo. O filme vive essencialmente do confronto das duas estrelas que o protagonizam - e que, de resto, se deram bastante mal durante as filmagens, ao ponto de quase comprometerem a conclusão do filme... - embora nele se deve assinalar também a bela fotografia do mestre Gordon Willis.

Prisão de Alta Segurança

(Sábado, 05.10.02, RTP-1)

Feito à medida de Christopher Lambert (o cabotino de origem francesa que Hollywood elevou ao estrelato, nomeadamente com a série *Highlander*), *Prisão de Alta Segurança* passa-se em ambiente de Ficção Científica, numa prisão «do futuro» toda controlada eletronicamente, com máquinhas, andróides, seres mutantes e mais uma enorme (e pouco convincente) parafernália tecnológica, de onde o herói vai tentar escapar, enfrentando muitos e variados perigos... Para entreter plateias pouco exigentes.

Assalto ao Aeroporto

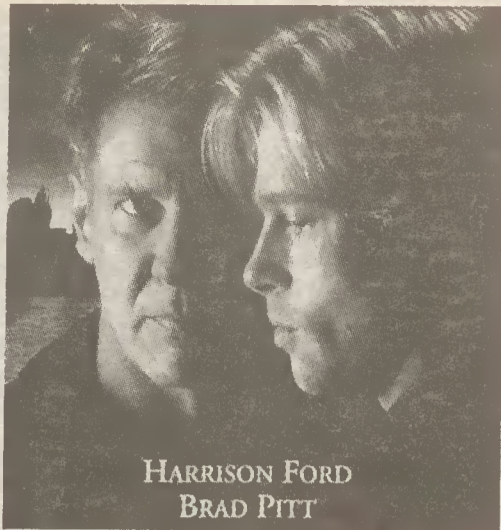
(Sábado, 05.10.02, SIC)

Assalto ao Aeroporto é a primeira sequência de *Assalto ao Arranha-céus* (seguir-se-ia ainda uma terceira sequência), um dos grandes filmes de acção, suspense e puro divertimento do final dos anos 80, tendo Bruce Willis como estrela principal (que, aliás, se firmaria nesta série como estrela incontestável de filmes de acção). Sofre do mal de todas as sequelas (citações permanentes do filme fundador, repetição de arquétipos, previsibilidade narrativa, etc.) mas, mesmo assim, o apuro da realização e os grandes meios técnicos postos a funcionar no ecrã... safam o espectáculo.

O Fio do Suspeito

(Domingo, 06.10.02, RTP-1)

O Fio do Suspeito é um thriller policial passado em tribunal, sobre o jogo de suspeitas, aparências e sedução que se desenrola entre uma



HARRISON FORD
BRAD PITT

advogada de defesa e o seu cliente, acusado do brutal assassinio da sua mulher. O conflito, o mistério e o suspense são levados quase até ao limite pela competente realização de Joe Eszterhas, que tem ao seu dispor dois actores de primeira água: Glenn Close, no papel de advogada, e Jeff Bridges como suspeito em julgamento.

Mary Reilly

(Terça-feira, 08.10.02, RTP-1)

Mary Reilly é a mais recente e original abordagem da célebre história de dupla personalidade criada pelo escritor britânico Robert Louis Stevenson, através das personagens do respeitado cientista Dr. Jekyll que, misteriosamente, se vai transformando repetidamente no perigoso e sedutor Mr. Hyde, sem disso ter consciência. A grande originalidade desta versão reside no facto de toda a história ser observada a partir do ponto de vista de uma bela criada do Dr. Jekyll - Mary Reilly - que se apaixona por ele e se deixa seduzir pelo seu «duplo». Um filme primoroso ao nível da recriação de época, que conta com um excelente trabalho de fotografia do mestre Rousselot e é servido pelas superlativas interpretações de John Malkovich (no duplo papel Jekyll/Hyde) e Julia Roberts.

Gangsters Falhados

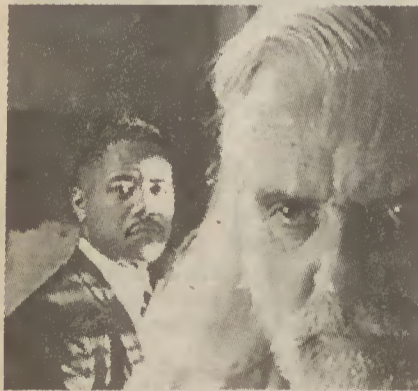
(Quarta-feira, 09.10.02, RTP-2)

Gangsters Falhados, realizado por Mário Monicelli em 1958, é um dos seus filmes mais célebres e uma das comédias italianas mais engenhosas, inteligentes e hilariantes de sempre, mostrando como uma desastrosa quadrilha de assaltantes se envolve num incrível e difícil plano para roubar um banco, que nunca conseguem assaltar devido a uma sucessão de inacreditáveis e incríveis contratempos e erros. O elenco é de luxo: Vittorio Gassman, Renato Salvatori, Marcello Mastroianni, Cláudia Cardinale e o inimitável Totó, no papel do truculento (e trapalhão) mestre arrombador de cofres.

Instinto

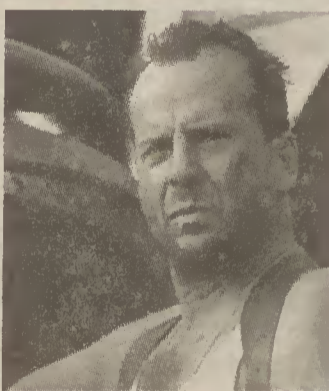
(Quarta-feira, 09.10.02, SIC)

Instinto é, sobretudo, mais uma grande criação de Anthony Hopkins, aqui no papel de um antropólogo que estuda gorilas em África, assimila os seus comportamentos e é capturado e encerrado numa cela de alta segurança após actos de incompreensível selvajaria, a que se segue um mutismo total, donde sai através de um ambicioso psiquiatra (Cuba Gooding Jr.), que obtém autorização para estudar o caso e de onde resulta uma surpreendente compreensão dos instintos animais, que existem tanto no homem como no gorila...



Anthony Hopkins apresenta-nos mais uma grande criação em *Instinto*

Bruce Willis tornou-se famoso como herói de filmes de acção a partir destes «Assaltos». Este é o segundo, agora num *Aeroporto*



Glenn Close e Jeff Bridges brilham no confronto e suspense que percorre *O Fio do Suspeito*



Mary Reilly é uma inovadora abordagem da história de dupla personalidade Dr. Jekyll/Mr. Hyde

Quinta, 3

VRTP 1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.30 Vencedores
- 15.30 Marisol
- 16.30 Carita de Anjo
- 17.15 Espaço Infantil/Juvenil
- 18.15 Quebra-cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.30 O Elo Mais Fraco
- 22.00 Philly

Sexta, 4

VRTP 1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.30 Vencedores
- 15.30 Marisol
- 16.30 Carita de Anjo
- 17.15 Espaço Infantil/Juvenil
- 18.15 Quebra-cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.30 O Elo Mais Fraco
- 22.00 A Minha

Sábado, 5

VRTP 1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 12.00 Um Desastre de Bruxa
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Top +
- 15.00 João Baião
- 19.30 Camilo, o Pendura
- 20.00 Telejornal
- 21.00 O Elo Mais Fraco
- 22.00 «Juramento de Amor» (Telefilme)
- 23.30 Prisão de Alta Segurança (Filme de Stuart Gordon, Austrália-EUA/1993, com Christopher Lambert)



NUIT ET BROUILLARD

un film de ALAIN RESNAIS

«*Nuit et Brouillard*», de A. Resnais, um documento impressionante, considerado «o» filme sobre os campos de concentração nazis, passa domingo às 24h na RTP2

- 23.00 Grande Debate
- 00.30 Jag
- Em Nome da Justiça
- 01.30 24 Horas
- 01.50 «A Grande Cidade» (Filme)

VRTP 2

- 07.00 Espaço Infantil
- 12.30 Lizzie McGuire
- 13.00 Companhia dos Animais
- 14.00 O Conde D'Abranhos
- 15.00 Informação Gestual
- 16.30 David e Golias
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Horizontes da Memória
- 19.00 Crónica do Século
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Amigas do Peito
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Roswell
- 23.30 «Crime em Hong Kong 2» (Filme)
- 01.20 Monos com Becky

VSIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.00 Não Há Pai!
- 17.30 Olhar da Serpente
- 18.00 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Coração de Estudante
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Não Há Pai!
- 22.00 Esperança
- 23.15 Olhar da Serpente
- 00.15 Não Há Pai!
- 01.00 «Crime na Universidade» (Filme)
- 03.00 Quando Tudo Corre Mal
- 04.15 No Fim do Mundo

VTVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 A Vida É Bela
- 15.00 BB Famosos
- 16.15 Dawson's Creek
- 17.10 Anjo Selvagem
- 18.00 Vidas Reais
- 19.00 Tudo por Amor
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.30 Anjo Selvagem
- 22.45 Sonhos Traídos
- 00.15 Imagens que Falam
- 01.00 Ally McBeal
- 02.00 «Dr. Quinn, Medicine Woman» (Filme)
- 04.30 Frasier



Mísia: domingo à noite na RTP1

- Sogra É uma Bruxa
- 22.30 «Perigo Íntimo» (Filme de Alan Pakula, EUA/1997, com Harrison Ford e Brad Pitt)
- Ver Destaque
- 00.30 24 Horas
- 00.50 Paraíso Filmes
- 01.20 «Uma Mão Cheia de Surpresas» (Filme)

- Ver Destaque
- 01.15 24 Horas
- 01.30 Paraíso Filmes
- 02.00 «Exorcismo» (Filme)

VRTP 2

- 08.00 Repórter RTP
- 09.00 Musical
- 10.00 Crónica do Século (2)



«Os Simpsons» de regresso - aos sábados, 20h30, na RTP2

VRTP 2

- 07.00 Espaço Infantil
- 12.30 Lizzie McGuire
- 13.00 Companhia dos Animais
- 13.30 Sozinhos em Casa
- 14.00 O Conde D'Abranhos
- 15.00 Informação Gestual
- 16.30 «A Espada Encantada» (Filme)
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Gente da Cidade
- 19.00 2010
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 As Três Irmãs
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Sinais do Tempo
- 23.30 «Uma Bala na Cabeça» (Filme)
- 01.45 Ser Forçado

VSIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.00 Não Há Pai!
- 17.30 Olhar da Serpente
- 18.00 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Coração de Estudante
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Não Há Pai!
- 22.00 Esperança
- 23.15 Olhar da Serpente
- 00.15 Não Há Pai
- 01.00 Máquina da Verdade
- 02.00 Caça ao Tesouro

VTVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 A Vida É Bela
- 15.00 BB Famosos
- 16.15 Dawson's Creek
- 17.10 Anjo Selvagem
- 18.00 Vidas Reais
- 19.00 Tudo por Amor
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.30 Anjo Selvagem
- 22.45 Sonhos Traídos
- 00.15 Imagens que Falam
- 01.00 «Um Lobisomem em Paris» (Filme)
- 03.15 Frasier

- 12.00 Iniciativa
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto 2
- 19.00 Horizontes da Memória
- 19.30 Bombordo
- 20.00 Palavras Ditas
- 20.30 Os Simpsons (Série XI)
- 21.00 Jornal 2
- 22.00 O Lugar da História
- 23.00 Por Outro Lado
- 00.00 Britcom
- 01.15 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)
- 02.30 Noites Curtas no Onda-Curta

VSIC

- 07.00 SIC a abrir
- 12.00 Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Catarina.Com
- 14.45 O Camião
- 15.30 A Vingadora
- 16.45 Air América
- 17.30 «Assalto ao Aeroporto» (Filme de Renny Harlin, EUA/1990, com Bruce Willis, Bonnie Bedelia)
- Ver Destaque
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 21.30 Linha da Sorte
- 22.30 Olhar da Serpente
- 23.15 Especial Herman Sic
- 00.30 «Medidas Desesperadas»
- 00.30 Chuva de Estrelas (1.ª Final)

VTVI

- 07.30 Balatooon
- 09.30 Sempre a Abrir
- 11.00 «Um Cãozinho Chamado Eddie»
- 12.00 Taux
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Survivor
- 15.00 BB Famosos
- 15.45 «Sonhei Contigo» (Filme)
- 18.00 «O Rei do Bowling» (Filme)
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Super Pai
- 22.00 Sonhos Traídos
- 23.00 O Último Beijo
- 24.00 «O Próximo a Abater» (Filme)
- 02.00 «Pânico na Cidade» (Filme)

Domingo, 6

VRTP 1
07.00 Infantil/Juvenil
12.00 Um Desastre de Bruxa
12.30 Planeta Azul
13.00 Jornal da Tarde
14.00 O Mundo Perdido
16.00 Estúdio 5
19.00 Domingo Desportivo
20.00 Telegiornal
21.00 Especial Informação
22.00 Contra-Informação
Fim-de-Semana
22.30 «O Fio do Suspeito»
(Filme de Richard Marquand, EUA/1985, com Glenn Close e Jeff Bridges. Ver Destaque)
00.20 24 Horas
00.35 Fados - «Mísia»
01.05 «Epiões»
Mercenários» (Filme)

VRTP 2
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Horizontes da Memória
12.00 Lusitana
13.00 Untamed Australia
14.00 Desporto 2
18.30 Technopolis
19.30 Hóquei em Patins Portugal-Japão
20.00 A História de Nikita
21.00 Jornal 2
22.00 Artes e Letras - James Nahtwey, Reporter de Guerra
23.00 Artes de Palco «Moon Water»
00.15 Odisseia nas Imagens «Nuit et Brouillard», de A. Resnais

VSIC
07.00 SIC a abrir
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Delirante» (Filme)
16.00 «Memórias de Um Homem Invisível» (Filme)
18.00 «Spy Kids, o Filme» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Mentas Brilhantes
22.30 Herman SIC
24.00 «Oito Oito» (Filme)

VTVI
07.30 Super Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
11.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
14.00 «O Pequeno Génio» (Filme)
16.00 «Fama» (Filme)
18.00 «Nascida Ontem» (Filme)
20.00 Jornal Nacional
21.15 O Último Beijo
23.15 Compacto BB Famosos
00.45 «Guerra do Golfo» (Filme)

VTVI
07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.15 BB Famosos
15.45 BB Extra
17.15 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.00 BB Famosos
21.15 Anjo Selvagem
22.00 Gala BB
00.45 Vidas Reais
01.45 «Armadilha Explosiva» (Filme)
03.45 Frasier
04.15 Animais do Mundo

Esperança, diariamente na SIC

22.15 Esperança
23.15 Olhar da Serpente
00.15 «Os Melhores Anos» (Filme)

VTVI
07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.30 BB Extra
16.00 BB Fim-de-Semana
17.10 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.45 A Jóia de África
23.00 Sonhos Traídos
00.00 Vidas Reais
01.00 Ficheiros Secretos
02.00 1.ª Vaga
03.15 Frasier

Segunda, 7

VRTP 1
07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 Espaço Infantil/Juvenil
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telegiornal
21.00 Sorte Grande
21.15 O Elo Mais Fraco
22.15 «Prós e Contras»
00.15 24 Horas
00.30 Acontece
00.35 Jag-Em



Imagem de uma nova telenovela da TVI, A Jóia de África

Nome da Justiça
01.30 «O Processo» (Filme)

VRTP 2
07.00 Espaço Infantil
12.30 Lizzie McGuire
13.00 Companhia dos Animais
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 O Conde D'Abranhos
15.00 Informação Gestual
16.30 «Milagre no Campo de Golfe» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Em Busca da Beleza
19.30 Hóquei em Patins Portugal-Suíça
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.30 «Francesca, Um Amor Impossível» (Filme)
00.00 A História da Talomida

VSIC
07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.00 Não Há Pai!
17.45 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.30 Malucos do Riso

VTVI
07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.15 BB Famosos
15.45 BB Extra
17.15 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.00 BB Famosos
21.15 Anjo Selvagem
22.00 Gala BB
00.45 Vidas Reais
01.45 «Armadilha Explosiva» (Filme)
03.45 Frasier
04.15 Animais do Mundo

22.15 Esperança
23.15 Olhar da Serpente
00.15 «Os Melhores Anos» (Filme)

VTVI
07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.30 BB Extra
16.00 BB Fim-de-Semana
17.10 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.45 A Jóia de África
23.00 Sonhos Traídos
00.00 Vidas Reais
01.00 Ficheiros Secretos
02.00 1.ª Vaga
03.15 Frasier

Terça, 8

VRTP 1
07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 Espaço Infantil/Juvenil
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telegiornal
21.00 O Elo Mais Fraco
22.00 O Processo dos Távoras
23.00 «Mary Reilly» (Filme de Stephen Frears, EUA/1995, com Julia Roberts, John

Malkovich. Ver Destaque)
00.30 24 Horas
00.50 Jag - Em Nome da Justiça
01.50 «A Companhia da Noite» (Filme)

VRTP 2
07.00 Espaço Infantil
12.30 Lizzie McGuire
13.00 Companhia dos Animais
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 O Conde D'Abranhos
15.00 Informação Gestual
16.30 «Mulheres do Sul» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Onda Curta
19.00 Páginas da Estrada
19.30 Hóquei em Patins - Portugal-China
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.30 Eden
23.30 «Um Dia Inesquecível» (Filme)
01.20 Confissão

VSIC
07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.00 Não Há Pai!
17.45 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.30 Malucos do Riso
22.15 Esperança
23.15 Olhar
00.15 «A Arma Perfeita» (Filme)

VTVI
07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.15 BB Famosos
15.45 BB Extra
17.15 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.00 BB Famosos
21.15 Anjo Selvagem
22.00 Gala BB
00.45 Vidas Reais
01.45 «Armadilha Explosiva» (Filme)
03.45 Frasier
04.15 Animais do Mundo

VTVI
07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.30 BB Extra
16.00 Gala BB Famosos
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.30 Anjo Selvagem
22.45 Sonhos Traídos
00.15 Vidas Reais
01.00 «Justiciero Solitário» (Filme)
03.00 Frasier

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Quarta, 9

VRTP 1
07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 Espaço Infantil/Juvenil
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telegiornal
21.00 O Elo Mais Fraco
22.00 O Processo dos Távoras
23.00 «Mary Reilly» (Filme de Stephen Frears, EUA/1995, com Julia Roberts, John

VRTP 2
07.00 Espaço Infantil
12.30 Lizzie McGuire
13.00 Companhia dos Animais
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 O Conde D'Abranhos
15.00 Informação Gestual
16.30 «A Estrela do Norte» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Bombordo
19.00 Águas da Vida
20.00 Viver no Campo
20.30 As Três Irmãs
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.30 A Educação de Max Bickford
23.30 «Gangsters Falhados» (Filme de Mario Monicelli, Itália/1958, com Totó, Vittorio Gassman, Renato Salvatori, Marcello Mastroianni. Ver Destaque)
01.30 O Grupo dos Quatro

VSIC
07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.00 Não Há Pai!
17.45 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!



21.30 Malucos do Riso
22.15 Esperança
23.15 Fúria de Viver
00.15 Hora Extra
01.15 «Instinto» (Filme de Jon Turteltaub, EUA/1999, com Anthony Hopkins, Cuba Gooding Jr., Donald Sutherland. Ver Destaque)

VTVI
07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.30 BB Extra
16.00 Gala BB Famosos
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.30 Anjo Selvagem
22.45 Sonhos Traídos
00.15 Vidas Reais
01.00 «Justiciero Solitário» (Filme)
03.00 Frasier

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

• Correia da Fonseca

O caso do cinto que aperta

Preocupo-me, não se julgue que não, com a

circunstância de estas linhas semanais de comentários à TV saírem sempre com um perfil muito politizado. Não direi, entenda-se, que é um perfil feio; mas sei lindamente que o caso não cai bem nos que pensam, decerto sabiamente, que a chamada crítica de televisão não deve andar «metida na política», antes tem a obrigação de pairar acima do bem e do mal, desprendida quanto possível das coisas terrenas, neutra e equidistante entre Caim e Abel ou, para usar exemplo mais chegado no tempo e aliás já utilizado por outro, entre Hitler e as vítimas de Auschwitz. É claro que estes exemplos são caso-limite, mas isso é que não é coisa que me preocupe porque, como se sabe, são os casos-limites que iluminam melhor as situações

e melhor as fazem entender. Quanto à desagradável politização destes alinhavos, essa sim, que no mínimo acho que pode parecer mal a muita gente fina, acho que tem uma enorme atenuante: politizadinha de uma ponta a outra, mesmo quando não o parece, anda a televisão e contudo ninguém ralha com ela.

Por isto é que percorro as tónicas da TV nestes últimos dias, percebo que o simples critério de dar relevo ao essencial me obriga uma vez mais a falar de política, e contudo não me deixo afundar em desalentos. Eu já nem me atrevo a falar do Portagate transformado em telenovela por vontade do próprio protagonista e seus próximos, primeiro com Paulo numa espécie de confessorário do «Big Brother» dessa voz instalado no estúdio do Jornal Nacional; depois com uma cena dramática rodada no cenário histórico de S. Julião da Barra; depois ainda com um episódio rodado no exterior que implicou a utilização de umas boas dezenas de figurantes; finalmente com dois episódios também estúdio mas da SIC, um centrado na solidariedade de dois amigos, Pedro e Herman de suas graças, e, no mesmo ambiente mas uma semana depois, um outro que não descrevo nem comento porque respeito sentimentos e porque bem sei que, como em tempos disse Jô Soares com terna ironia, «tem pai que é cego».

Um só cinto e dois «países»

Não falo, pois do Caso Portas apesar do relevo que ainda manteve na TV em dias recentes. Mas é inevitável, porque a tanto me obrigam a consciência e o dever de escolha do mais importante, falar daquilo a que talvez se possa chamar «O Caso do Cinto que Aperta», programa em vários fragmentos e com incontáveis figuras e intervenções, protagonizado por uma das raras televedetas que não pode reivindicar a glória de ter sido Rainha de Beleza ao menos num concurso estival em praia secundária. Entre estrelas de primeira grandeza, meros planetas que reflectem luz alheia e mesmo fugazes cometas. «O Caso» tem formigado de personagens. Nem mesmo o *superstar* Marcelo, conhecido por muitas vezes fugir ao papel que presumivelmente estaria escrito para ele e optar por meter «buxas» impertinentes, desta vez deixou de se portar como um bom menino: sim senhores, confirmou ele, é preciso apertar o cinto! Como se sabe, o aperto do cinto é quase todo o entrecho da estória, o resto é quase nada.

Ora, exactamente o que estranho é que a estória fique por aqui e não acrescente, ao menos, de que cinto ou cintos se está a falar. Ou melhor: se não estará ali a faltar cintos. Muito se repete, é claro, que o mau da estória é o Dragão Défice que, estranhamente, será sufocado com o aperto do cinto de quem trabalha. E por isso lá se diz que aumentos-nem-pensar, que quando muito uma aplicaçãozinha de não-actualizações baseadas na inflacção média da UE, que é uma inflacção muito boazinha e amiga de fazer vontades ao patronato. Mas ainda ninguém explicou, nem de longe nem de perto, onde estão os cintos patronais que decerto há-de ser preciso apertar também; onde vão situar-se as suas retenções até porque, para falar com franqueza, são capazes de terem muito mais para reter que os trabalhadores comuns, que não são gente de banquetes nem de férias nas Seychelles. A questão é que a gente ouve na TV, agora com carácter quase permanente, que «o País precisa de apertar o cinto», mas depois, perante os projectos de medidas concretas, fica a desconfiar de que o País que vai ter de apertar o cinto é apenas o País dos Pobres, não o Outro, aquele de que os mais ilustres e imponentes elementos vão desfilando nos ecrãs. A gente desconfia e fica triste. A gente desconfia e fica indignada. A gente desconfia e fica com uma irreprimível vontade de gritar que «não!».

A talhe de foice

• Anabela Fino

Sonhadelos

Durão Barroso aproveitou o congresso da JSD para informar o País que o Orçamento de Estado para 2003 tem como objectivo instaurar «ordem nas finanças públicas, cortar despesas e gastos inúteis» e que o Governo não tem «medo de ir contra as forças poderosas que não querem a mudança». Mais informou que «as forças da contra-reforma» estão na oposição e que «as forças reformistas estão no PSD». Tudo isto à mistura, claro, com grandes promessas de crescimento, desenvolvimento e modernidade.

A «jota» gostou do que ouviu, e para mostrar que em matéria de reformas não se fica atrás do grande líder, Jorge Nuno Sá, recém-eleito dirigente da JSD, aplaudiu o fim do crédito bonificado à habitação, clamou por cortes na RTP e na TAP, defendeu a extinção do serviço militar obrigatório e apelou à libertação do sistema educativo «dos fantasmas da esquerda».

É caso para dizer que em matéria de «reformas» os juniores não desmerecem os seniores laranjas.

Não consta que no conclave se tenha falado em miudezas como o aumento de falências que deixam no desemprego milhares de trabalhadores, apesar do estudo do Instituto Informador Comercial informar que só nos primeiros seis meses deste ano fecharam as portas quase mil empresas, mais 20,6 por cento do que em 2001. Tão-pouco se disse que o OE prevê, entre outras coisas de arrear, um aumento de desemprego, cuja taxa pode chegar aos 5,5 por cento; um agravamento significativo dos impostos; a indexação das actualizações salariais à inflação média da União Europeia, apesar dos salários nacionais serem notoriamente os mais baixos da UE. Ou que mais de 50 por cento dos portugueses está pessimista em relação ao futuro, acreditando que a situação económica do País será ainda pior dentro de um ano. Questões destas, convenhamos, corriam o risco de esfriar os ânimos da «jota», agora mais preocupada com a alta política, que é como quem diz em concentrar no futuro próximo os seus esforços na concretização do sonho «de uma maioria, um governo e um presidente», como disse Nuno Sá.

Por falar em futuro, e porque até os laranjinhos têm de deitar contas à vida, mais dia menos dias, aqui fica a sugestão para que se dediquem, por exemplo, ao notariado, gestão hospitalar ou ao ramo dos seguros.

É o que está a dar. Veja-se, por exemplo, a decisão do Governo de privatizar os cartórios notariais, que só no ano passado tiveram uma receita superior a 211 milhões de euros e um saldo líquido de 150 milhões de euros, o que equivale a cerca de 11 por cento do orçamento total da Justiça.

Num exemplo de «rigor» e de «intransigência com os «lobbies»» de que fala Durão Barroso, o sector vai para as mãos dos privados, que já começaram a fazer contas para aumentar o pecúlio: redução de despesas a nível de pessoal e instalações, para além, naturalmente, do aumento do preço dos serviços prestados.

É a modernidade laranja em prol do «interesse nacional». Resta saber o que farão os «jotas» que não encontrarem lugar à mesa do capital e sejam confrontados com necessidade de comprar casa, fazer escrituras, pagar ao hospital privado ou vejam desaparecer na bolsa o seu fundo de reforma. É nessa altura que os sonhos se transformam em pesadelos.

Grupo Parlamentar do PCP toma posição

Contra a alienação de imóveis do Estado

O PCP vai apresentar dois projectos de lei na Assembleia da República contra a venda de imóveis do Estado em hasta pública. António Filipe e Honório Novo divulgaram a iniciativa em conferência de imprensa.

O primeiro projecto visa atribuir às Câmaras Municipais o direito de adquirir por ajuste directo os imóveis do Estado situados no seu território e que a Administração Central pretende alienar, e propõe igualmente a atribuição de um direito de opção de compra destes imóveis em hasta pública às pessoas colectivas de utilidade pública e administrativa que pretendam afectá-los à prossecução das suas actividades estatutárias de interesse social.

O segundo é um projecto de lei que, tendo em conta o facto de diversas hastas públicas se encontrarem previstas para dentro de poucos dias, suspende de imediato os processos de alienação em curso até à definição das novas regras.

Em coerência com esta última proposta, o PCP anuncia que irá desencadear o processo de urgência para a apreciação deste projecto de lei, nos termos do artigo 286.º do Regi-

mento da Assembleia da República.

Em causa estão 66 prédios rústicos, 15 prédios militares, 16 postos fiscais, 11 edifícios escolares, 3 casas de cantoneiros, 54 prédios urbanos e 7 imóveis de valor significativo, incluindo uma parcela de terreno no Porto Brandão, instalações da PSP em Campanhã, 3 imóveis em Lisboa, o Forte do Carrascal em Carnaxide e a Quinta do Estado na Amadora.

O PCP não põe em causa, como questão de princípio, a possibilidade de alienação de imóveis de Estado que sejam considerados excedentários. No entanto, entende que essa venda

não deve ser feita tendo como único propósito «arrecadar dinheiro» para a Administração Central, sem olhar aos impactos que tais vendas possam ter na comunidade em que se localizam os imóveis em causa. Foram ainda criadas expectativas quanto à sua utilização em benefício das comunidades locais, designadamente através da sua aquisição pelas autarquias.

O Grupo Parlamentar do PCP entende que essas expectativas não devem ser defraudadas e que, sempre que possível, a alienação de imóveis do Estado deve ser feita tendo em atenção, em primeiro lugar, os interesses da população.

Debate de urgência sobre o Alqueva

O PCP vai pedir um debate de urgência sobre o Alqueva e chamar vários ministros envolvidos no projecto à Assembleia da República. Carlos Carvalhas visitou, esta terça-feira a barragem do Alqueva e mostrou-se preocupado com a incerteza em relação ao futuro.

«Vamos chamar os ministros e exigir à Assembleia da República um debate de urgência sobre o ponto da situação do projecto e os objectivos a que o Governo se propõe», disse Carlos Carvalhas, no final de uma reunião com a administra-

ção da empresa gestora do empreendimento.

O secretário-geral do PCP estranhou que as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento de Estado para 2003 «praticamente não tenham referências ao Alqueva», pelo que vai a solicitar a discussão «ainda antes do debate sobre o Orçamento de Estado».

«Não queremos aqui uma piscina ou reservatório de água cujo aproveitamento fique muito aquém das possibilidades», disse. «Temos aqui um grande investimento nacional e é preciso



A delegação do PCP reuniu com a administração da EDIA

uma visão integrada do empreendimento.»

Carlos Carvalhas mostrou-se também preocupado com a falência agrícola e a necessidade de reestruc-

turação fundiária da zona de influência do Alqueva. «Por isso, vamos voltar a entregar o nosso projecto na Assembleia da República», concluiu.

Governo viola constituição

O PCP acusou antontem o Governo de não ter legitimidade constitucional para, em nome de Portugal, ter subscrito o compromisso entre a União Europeia e os Estados Unidos sobre o Tribunal Penal Internacional.

Nesse sentido, o PCP vai propor em conferência de líderes um debate de urgência sobre o tema com a presença do ministro dos Negó-

cios Estrangeiros, Martins da Cruz.

Segundo o deputado, do PCP, António Filipe, a posição do Governo «foi inaceitável, porque Portugal fez recentemente uma revisão constitucional extraordinária por causa do TPI».

«Em Portugal, nenhuma entidade, ou órgão de soberania, escapa à jurisdição nem mesmo o Presidente da

República. É vergonhoso que o Governo português aceite excepções para os militares e responsáveis norte-americanos», afirmou o deputado comunista.

Para António Filipe, o acordo entre a União Europeia e os EUA «não surpreende, porque sempre houve cepticismo em relação às condições de criação do TPI».

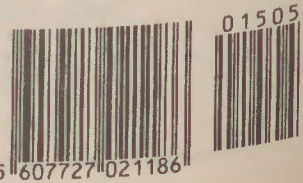
Lançamento de O Rei Lear

O Auditório da Sociedade Portuguesa de Autores foi pequeno para os que quiseram assistir ao lançamento de *O Rei Lear*, de Shakespeare, traduzido por Álvaro Cunhal. «Um grande autor traduzido por um grande português», assim se referiu Luís Francisco Rebelo, presidente da SPA, à obra apresentada, sublinhando tratar-se de «um dos mais belos textos de toda a literatura dramática mundial». O livro foi apresentado pelo professor Luís de Sousa Rebelo, após o que se seguiu um debate no qual participaram vários dos assistentes.

Lançado há um mês, *O Rei Lear* — traduzido por Álvaro Cunhal, na Penitenciária de Lisboa, onde se encontrava detido pelo regime fascista — vai já na sua terceira edição.



O secretário-geral do PCP participou ontem, junto às instalações das OGMA, em Alverca, numa acção de esclarecimento no âmbito da jornada nacional do PCP sobre Pacote Laboral e Segurança Social. Carlos Carvalhas, juntamente com outros dirigentes e militantes comunistas, contactou com os trabalhadores da empresa, alertando-os para a feroz ameaça que as propostas do Governo constituem



5 607727 021186

01505